



Universidade de Évora

Mestrado em Políticas de bem-estar em Perspectiva: Evolução, Conceitos e Actores

Pobreza e assistência em Évora (2000-2010):

A intervenção social da Caritas Diocesana

Gisela Sofia Banha Sardinha

Orientação: Prof^a Laurinda Faria Santos Abreu

Junho de 2013

Gisela Sofia Banha Sardinha

Pobreza e assistência em Évora (2000-2010):

A intervenção social da Caritas Diocesana

Dissertação para a obtenção do grau de
Mestre em *Políticas de Bem-Estar em
Perspectiva: Evolução, Conceitos e Actores*

Universidade de Évora

Orientação: Prof^a Laurinda Faria Santos Abreu

Évora

2013

Agradecimentos

Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que, pelo apoio e incentivo, tornaram possível a realização desta dissertação:

À Professora Doutora Laurinda Faria Santos Abreu um grande obrigada pela disponibilidade demonstrada e pelo apoio prestado na orientação deste trabalho.

À D^a Maria José, D^a Maria do Carmo Gomes, D^a Maria João Venâncio, Dr. João Rodrigues, Dr. Pedro Ferreira, Dona Zilda e restante pessoal da Cáritas Diocesana de Évora, um enorme obrigada pela disponibilidade, colaboração, apoio e amizade demonstrados.

Um obrigada muito especial aos meus pais, Deolinda e Francisco, por me terem facultado sempre todas as condições para a minha evolução académica e, principalmente, por nunca terem deixado de acreditar em mim. Sem vocês este meu percurso não teria sido possível. Perdoem-me alguma impaciência minha.

À minha querida irmã, Patrícia, que à sua (boa) maneira brincalhona sempre me deu sugestões, apoiou e deu ânimo para continuar a escrever. Perdoa-me a falta de disponibilidade e tempo que deixei de dedicar-te.

À restante família, principalmente aos meus avós (Manuel, António e Mariana), tios/as e primos/as, um muito obrigada pela preocupação e estímulo.

Ao meu namorado, Mário Soares, ouvinte sempre atento de hesitações, inquietudes, sorrisos e desalentos e pelo carinho, apoio, confiança, valorização e admiração do meu trabalho, transmitindo-me coragem para superar todos os obstáculos.

A todos os meus amigos/as, agradeço a paciência, carinho e amizade.

A todos quantos, directa ou indirectamente, com a sua ajuda e boa vontade, tornaram possível este trabalho.

Resumo

Num momento em que o mundo e, em particular, Portugal, atravessam uma crise de grandes proporções, a escolha do tema desta dissertação tem plena actualidade. O seu objectivo central é o aprofundar o conhecimento sobre a actuação da Cáritas Diocesana, no apoio da população de Évora (entre 2000-2010). Para melhor o entender, abordar-se-ão os princípios do *Welfare-State* e a política social da Igreja no Concílio Ecumênico Vaticano II, bem como a evolução histórica da Cáritas enquanto conceito e prática.

A metodologia usada foi a da análise quantitativa e qualitativa dos relatórios da Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010) e dos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Da análise realizada a toda a população apoiada pela Instituição constatámos que os problemas socioeconómicos que predominam são o do desemprego e situações de pobreza associadas (principalmente, insuficiência de rendimentos e endividamento); situações de pobreza resultantes de divórcio (associado à monoparentalidade), doença, baixa escolaridade e falta de apoio familiar (abandono e solidão no que diz respeito a crianças em risco e idosos).

Palavras-chave: *Pobreza, Exclusão Social, Cáritas, Modelo Social Europeu, Lei dos Pobres*

Abstract:

Poverty and assistance in Évora (2000-2010): The social intervention of Diocesan Caritas.

At a time when the world and, in particular, Portugal, going through a major crisis, the choice of the theme of this work is fully present. Its central objective is to deepen the knowledge on the role of Diocesan Caritas, in support of the people of Évora (between 2000-2010). To better understand, will be addressing the principles of

the Welfare-State and social policy of the Church in Vatican II, as well as the historical evolution of Caritas as a concept and practice.

The methodology used was the quantitative and qualitative analysis of the reports of the Diocesan Caritas of Évora (2000-2010) and data from the Institute of Employment and Vocational Training. Analysis of the entire population supported by Institution found that the socioeconomic problems that predominate are the unemployment and poverty associated (mainly insufficient income and indebtedness); poverty resulting from divorce (associated with single parenthood), disease, poor education and lack of family support (abandonment and loneliness in relation to children at risk and elderly).

Keyword: *Poverty, Social Exclusion, Caritas, European Social Model, Poor Law*

Índice geral

Introdução	10
-------------------	-----------

Parte 1

Cap. 1 – A Cáritas como conceito e prática: evolução histórica	32
1.1 – Do conceito de pobre merecedor até às Lei dos Pobres (Século XVI a Século XIX)	32
1.2 – A emergência do Modelo Social Europeu (Estado Providência): os pilares do bem-estar social	38
Cap. 2 – Do <i>Welfare-State</i> à política social da Igreja no Concílio Ecumênico Vaticano II	48
2.1 – A <i>Rerum Novarum</i> : da condição dos operários à propriedade colectiva/particular e à caridade	48
Cap. 3 – Cáritas enquanto Instituição: consolidação e implementação de um projecto de apoio social de base religiosa	52
3.1 – A <i>Caritas Internationalis</i> da Alemanha (Lorenz Werthmann, 1897)	52
3.2 – Portugal e a União de Caridade Portuguesa; autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas Diocesanas e a criação da Cáritas Portuguesa	55
Cap. 4 – A Cáritas Diocesana de Évora	58
4.1 – A Cáritas de Évora – do seu nascimento à actualidade: características gerais de uma Instituição nova	58
4.2 – As fontes de financiamento	60
4.3 – Serviços prestados à comunidade, organização e funcionamento	62

Parte 2

Cap. 5 – A Instituição em acção (2000 – 2010)	64
5.1 – Zonas de atendimento e os respectivos pólos: organização geográfica e recursos humanos	64
5.2 – Subsídios de carência e subsídios de emergência: uma assistência diferenciada conforme o tipo de pobreza	67
5.3 – O universo social dos assistidos e problemas socioeconómicos dominantes	68
5.4 – As diversas formas de assistência	69
Conclusões	93
Bibliografia	98
Fontes	101
Anexos	102

Índice de figuras

Figura 1 – Os cinco grandes factores de pobreza (Phil Bartle, 2008)	17
Figura 2 – Pólos de Atendimento Social de Proximidade e a sua abrangência (Cáritas Diocesana de Évora)	64
Figura 3 – Distribuição segundo o número e valor dos apoios concedidos por pólo no ano	66

Índice de gráficos

Gráfico 1 – População no limiar de risco de pobreza (2004-2010): privação de Refeição (Portugal)_____	68
Gráfico 2 – População no limiar de risco de pobreza (2004-2010): privação de pagamento de despesas inesperadas (Portugal)_____	69
Gráfico 3 – Atendimento social na Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)_____	71
Gráfico 4 – Execução financeira da Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)_____	72
Gráfico 5 – Execução financeira da Cáritas Diocesana de Évora, por finalidades (2001-2010)_	73
Gráfico 6 – Tipos de apoios concedidos (2001-2010) na Cáritas Diocesana de Évora_____	74
Gráfico 7 – Distribuição segundo o grupo etário da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)_____	77
Gráfico 8 – Distribuição segundo os graus de instrução (2001-2010) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora_____	78
Gráfico 9 – Distribuição segundo a ocupação profissional (2001-2010) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora_____	79
Gráfico 10 – Desemprego registado em Évora (2004-2010)_____	80
Gráfico 11 – Desemprego registado no Alentejo (2004-2010)_____	81
Gráfico 12 – Desemprego registado em Évora segundo o grupo etário (2004-2010)_____	82
Gráfico 13 – Desemprego registado no Alentejo segundo o grupo etário (2004-2010)_____	83
Gráfico 14 – Desemprego registado em Évora segundo o grau de escolaridade (2004-2010)_	84
Gráfico 15 – Desemprego registado no Alentejo segundo o grau de escolaridade (2004-2010)___	85
Gráfico 16 – População desempregada por género (2000-2010) em percentagem (Portugal)_____	85

Gráfico 17 – Género da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)_____	86
Gráfico 18 – Distribuição segundo a situação de saúde da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)_____	87
Gráfico 19 – Distribuição segundo a situação habitacional (tipo de habitação) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)_____	88
Gráfico 20 – Dimensão do agregado familiar da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2002-2009)_____	89
Gráfico 21 – Fontes de rendimento familiar da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2002-2010)_____	90
Gráfico 22 – Rendimento <i>per capita</i> da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)_____	91
Gráfico 23 – Problemas identificados na população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)_____	92

Índice de anexos

Anexo A – Taxa de mortalidade das empresas no Alentejo Central (2004-2008)___ 102

Anexo B – População desempregada por grupo etário em Portugal (2000-2010)___ 102

Introdução:

A pobreza e os pobres são temas de todos os tempos para os quais se desenvolveram políticas específicas “em gestos individuais, em atitudes dos poderes públicos, e através da criação de instituições de reposta à privação”¹. Numa perspectiva de longa duração, já em 1211, em Portugal, D. Afonso II se apresentava como um “defensor *pauperis*”, isto é, visava a protecção dos fracos, principalmente na defesa contra os poderosos (Bruto da Costa, 2008). Em 1375 foi criada a Lei das Sesmarias, de D. Fernando, que visava combater a errância e a ociosidade e obrigar os proprietários de terras a cultivá-las e a conceder trabalho aos errantes e desocupados (Bruto da Costa, 2008). No fundo, para além do aproveitamento das terras, o que se pretendia era que os indivíduos que estivessem aptos para trabalhar o fizessem e não recorressem à mendicância como forma de sustento. Esta lei mostrava como a Coroa e o poder local pretendiam combater e prevenir a ociosidade, além de óbvias preocupações com a pobreza. A Coroa, as instituições religiosas e os cidadãos forneciam uma assistência diversificada, ainda que sempre insuficiente face à procura. No entanto, para António Sérgio (s.d.), a política de D. Fernando tinha “predomínio dos interesses mercantis”, pois ao mesmo tempo que legislava sobre a agricultura, também incentivava as actividades marítimas as quais, para o autor, a nobreza não estava interessada em acompanhar².

A Peste Negra (1348), a fome e as guerras são os pontos de referência na assistência aos pobres, pois a pobreza atingia indivíduos, comunidades e regiões inteiras, logo, não poderia ser entendida como um “estatuto atribuído, mera vagabundagem, ou um problema individual de subsistência física atribuível aos insucessos pessoais do indivíduo” (Bruto da Costa, 2008). Mais tarde, em Portugal aparecem as Misericórdias (a primeira em Lisboa em 1498 com a Rainha D. Leonor³) tendo como objectivo a assistência, ao nível local, à população mais desfavorecida (na

¹ COSTA, Bruto, 1983 – *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, 2008, Gradiva

² SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, (s.d.)

³ Caeiro, Joaquim Manuel Croca - *Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia*. Revista *Katálisis* 11.1 (2008)

área da saúde e na acção social)⁴. Estas Instituições, para além de administrarem alguns hospitais (locais e gerais), prestavam assistência aos expostos (crianças abandonadas) e aos presos pobres⁵, por exemplo.

Actualmente, a pobreza tornou-se o “problema social mais sério que a comunidade internacional enfrenta (...) é um fenómeno complexo e amplo, que afecta profundamente indivíduos e famílias”⁶. Associam-se as situações de pobreza a situações de exclusão social, na medida em que a falta de recursos não permite a total participação na vida normal da sociedade. Para Alfredo Bruto da Costa (2008), o indivíduo excluído poderá sofrer várias rupturas com a sociedade (familiares, amizade, trabalho, entre outras), logo, considera a existência de vários tipos/categorias de exclusão. Já Phil Bartle considera que existem diferenças entre causas e factores da pobreza e que, para a combater, é necessário ter em conta a doença, a ignorância, a desonestidade e a apatia. Portanto, por um lado, a pobreza tem várias causas e é um fenómeno multidimensional, existem situações de pobreza persistente e pobreza pontual, bem como determinadas classes vulneráveis à pobreza.

Sendo um problema à escala mundial, a pobreza tanto afecta os países subdesenvolvidos como os desenvolvidos. Na Europa, a crise que se está a verificar, em diversos países, é, essencialmente, financeira (os países já não possuem capacidades para fazer face ao défice e à dívida pública), aliada à globalização (que eliminou barreiras permitindo o contacto entre todos os países do mundo, mas tornou-se uma via de contágio) e à crise do estado social (o Estado não consegue cumprir os objectivos propostos tendo em vista a protecção e o bem-estar social, na medida em que o sistema de protecção (contribuinte/beneficiário) encontra-se sobrecarregado) levou ao agudizar das situações de pobreza.

No pós-25 de Abril de 1974, Portugal, assistiu a um reforço do papel do Estado que foi consagrado na primeira Constituição (1976). Com esta Constituição, indivíduos

⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia – *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁵ OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do poder local : dos finais da idade média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996

⁶ Luciana Blazejuk Saldanha cita MACPHERSON, Stewart; SILBURN, Richard. *The meaning and measurement of poverty*. In: DIXON, John; MACAROV, David (Orgs.) *Poverty. A persistent global reality*. Londres: Routledge, 1998, p. 17. [consultada em url: <http://revistapraedicatio.inf.br/download/artigo04.pdf> - a 22 de Maio de 2011]

passaram a viver num regime democrático parlamentar, onde se estabeleceram as liberdades individuais e colectivas (por exemplo, o direito à livre expressão do pensamento ou a liberdade de associação (partidos políticos ou sindicatos)), bem como o sufrágio universal entre outros. Para Boaventura de Sousa Santos, a revolução dos cravos “foi o momento político mais decisivo do século XX para Portugal”, na medida em que permitiu a integração da nossa sociedade no seio das sociedades europeias modernas, o que significava “descolonização, democracia e Estado social”⁷. Esta revolução foi preponderante, também, na criação do Estado social (que tinha como pilares: a educação pública, a saúde pública, a segurança social e os direitos laborais), “pois, até então, o Estado remetia, em boa parte, a protecção social para filantropia privada e reservava para si uma intervenção subsidiária e minimalista” (Boaventura Sousa Santos, 2012). João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Costa et al. (1992), salientam o desenvolvimento dos esquemas de protecção, tendo em vista a aproximação às normas europeias e que culmina em 1977 com a criação de um “Sistema de Segurança Social”⁸. No entanto, devido às dificuldades económicas com que o país vivia este sistema só é implementado após 1984, cuja configuração se baseia em três níveis de actuação: o Regime Geral, o Regime Não-contributivo e a Acção Social⁹. O primeiro destina-se a garantir a protecção social aos trabalhadores e respectivas famílias e as prestações atribuídas cobrem as eventualidades de doença, maternidade, acidentes de trabalho e doenças profissionais, desemprego, invalidez, velhice e morte, bem como compensações por encargos familiares. O segundo pretende garantir a protecção àqueles que se encontrem em situação de carência económica e social e que não estejam abrangidos pelo anterior, por exemplo o apoio a crianças e jovens através da atribuição de prestações familiares, subsídios de aleitação, por orfandade ou deficiência, bem como a ajuda a pessoas idosas e deficientes, a quem são atribuídos a pensão social e de invalidez (João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, et al., 1992). Por último, o terceiro pretende responder a problemas de ruptura económica e social cuja resolução não é possível no âmbito dos regimes

⁷ FROMMHOLD, Eduarda. – Blog Dinheiro Vivo – Boaventura Sousa Santos: os desenvolvimentos e retrocessos em Portugal depois do 25 de abril, 2012. Disponível em url: <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO042985.html> [consultada a 1 de Setembro de 2012]

⁸ Resultante da fusão da antiga Caixa de Previdência com a Assistência.

⁹ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

anteriores, logo, actua na prevenção e reparação de situações de carência, disfunção e marginalização social (principalmente crianças, jovens, idosos e deficientes) e realização de acções e programas destinados à promoção da integração social e comunitária (por exemplo, projectos de luta contra a pobreza) (João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, et al., 1992). António Barreto também defende que a revolução de 1974 trouxe alterações à vida política e que teve implicações sociais, culturais e económicas de grande dimensão¹⁰, bem como “a nacionalização de vastos sectores produtivos e de numerosas empresas, no que representou um real desmembramento ou destruição dos grupos económicos privados (...) e as explorações agrícolas de uma parcela importante do território agrícola do país foram objecto de ocupação e de nacionalização”, ou seja, a reforma agrária (António Barreto, 2002).

Porém, desde a “Revolução de Abril” que Portugal já passou por várias crises. Primeiramente, em 1977/78, devido aos excessos feitos na revolução e à absorção dos muitos cidadãos refugiados de Angola e Moçambique (devido à guerra colonial e descolonização), o programa de estabilização das contas nacionais e públicas por parte do Fundo Monetário Europeu (FMI) e a desvalorização da moeda e da fraca conflitualidade social permitiram cumprir os objectivos¹¹. Em 1980/82, a dívida pública duplicou, verificaram-se “apertos de cinto” mais gravosos como um grande número de despedimentos e a retirada de meio 13º mês; de seguida, em 1993, “uma onda de abrandamento geral causado pelo segundo choque petrolífero”, recorrendo, novamente, à desvalorização do escudo para repor a competitividade¹². Mais recentemente, as crises de 2002/2003 e 2008/2009 pautadas por “sequelas a nível da correcção do défice e da dívida pública” que obrigam a mais apertos, não podendo recorrer à desvalorização da moeda como solução, devido ao país encontrar-se integrado numa União Europeia com uma moeda única e ter que cumprir os objectivos comuns. Actualmente, devido ao momento de grande crise que o país atravessa, a *Troika*¹³ implantou um programa de ajuda financeira, com o objectivo de salvar

¹⁰ BARRETO, António – *Mudança Social em Portugal, 1960/2000*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002, disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf> [consultado a 1 de Setembro de 2012]

¹¹ METELO, António Perez. *Cinco vezes a entrar e a sair de crises* – DN Portugal, 2010. Disponível em url: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1678224 [consultado a 1 de Setembro de 2012]

¹² Idem

¹³ Constituída por responsáveis da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Portugal (e outros países em igual situação) da (má) situação em que se encontra e torná-lo competitivo. Contudo, continua a verificar-se o aumento do fosso entre ricos e pobres e, principalmente, ao aumento do número de pobres. Serão, realmente, as injeções de dinheiro e as medidas de austeridade a melhor solução?¹⁴

Em cenários de crise, algumas decisões políticas poderão criar/agravar as situações de pobreza, na medida em que, se verifica um aumento do desemprego, logo, começa o círculo vicioso da crise: mais desempregados significam menor consumo, logo, regista-se um grande número de falência de empresas, conseqüentemente, mais desemprego, perda do poder de compra, diminuição da procura e assim sucessivamente. Assim, os pobres que já eram pobres veem a sua situação agravar-se, juntando-se-lhes os “novos pobres”, isto é, aqueles indivíduos que, apesar de terem um salário, não conseguem fazer face às necessidades e despesas do agregado familiar, ou, ainda, aqueles indivíduos que devido a situações de despedimento ficaram sem remuneração e encontram-se com despesas contraídas antes da crise (por exemplo, compra de uma habitação).

Para Stewart Macpherson e Richard Silburn “a pobreza é o problema social mais sério que a comunidade internacional enfrenta”¹⁵ e, apesar da sua definição variar consoante o país, a sua natureza essencial “como uma condição é universal”. Para estes autores, a pobreza encontra-se relacionada com a exclusão e é um fenómeno complexo que afecta indivíduos e famílias¹⁶, logo, a falta de recursos impede a participação na vida normal da comunidade, mas a forma particular daqueles recursos será diferente em comunidades diferentes (Stewart Macpherson e Richard Silburn, 1998). Porém, é uma definição demasiado restritiva por acentuar um único critério – o rendimento¹⁷.

¹⁴ Algumas medidas relacionadas com o aumento dos impostos como é o caso do IVA de bens e serviços (os transportes públicos, gás, electricidade, alimentação e um aumento das taxas moderadoras), bem como um imposto extraordinário sobre os rendimentos (50% do subsídio de Natal) conduzem a novos problemas sociais: por exemplo, os “novos-pobres”.

¹⁵ MACPHERSON, Stewart; SILBURN, Richard. “The meaning and measurement of poverty”. In: DIXON, John; MACAROV, David (Orgs.) *Poverty. A persistent global reality*. Londres: Routledge, 1998, p. 17. [consultada em url: <http://revistapraedicatio.inf.br/download/artigo04.pdf> - a 22 de Maio de 2011]

¹⁶ Idem

¹⁷ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

Já para Phil Bartle, “não podemos combater a pobreza aliviando os seus sintomas, mas apenas combatendo os factores de pobreza”¹⁸: doença, ignorância, desonestidade e apatia, pois as “causas do problema social da pobreza têm raízes em vários factores”. Para o autor existe uma diferença entre causas e factores que contribuem para manter as condições da pobreza, na medida em que “uma *causa* pode ser vista como algo que contribui para a origem do problema como a pobreza, enquanto um *factor* pode ser visto como algo que contribui para a sua continuação após a sua existência” (Phil Bartle, 2008). Logo, para este, a identificação dos factores da pobreza e a acção sobre os mesmos, além de uma, aposta na saúde e educação, pode ser a forma de erradicar a pobreza.

Relativamente à doença, o autor refere que “o *estar bem* (bem-estar) contribui para a erradicação da pobreza na comunidade” (Phil Bartle, 2008). É um facto que se um país tiver uma população saudável gerará mais riqueza, isto é, terá mais indivíduos aptos a produzir/trabalhar. Esta ideia existe desde as medidas políticas de saúde criadas na Revolução Industrial, no entanto, tinham apenas a preocupação de manter saudáveis os pobres/trabalhadores para usufruto dos ricos/proprietários, ou seja, a mão-de-obra.

O segundo, a ignorância diz respeito à “falta de informação ou falta de conhecimento” (Phil Bartle, 2008), ou seja, é importante que os indivíduos estejam informados e tenham conhecimentos para que possam ter o poder – *empowerment* – logo, a aposta na educação poderá ser um caminho para o combate à pobreza. Contudo, o facto de educar os indivíduos em situação de pobreza leva a que estes tenham consciência dos direitos que possuem e se tornem exigentes com o sistema de protecção e levar à queda deste (como aquela a que estamos a assistir actualmente), pois os indivíduos que habituaram-se a estender a mão ao sistema e a ter tudo – dependência.

Em relação ao terceiro factor, a dependência, entende-o como “uma atitude ou crença de que alguém ou um grupo é tão pobre que não se pode ajudar a si próprio e

¹⁸ BARTLE, Phil. *Factores da pobreza: os cinco grandes*, 2008 [consultado em url: <http://www.scn.org/mpfc/modules/emp-povp.htm> - a 22 de Maio de 2011]

que, por isso, deve depender de assistência que vem do exterior” (Phil Bartle, 2008). Portanto, o ideal seria ter conhecimento de quem realmente necessita de ajuda e quem, através da formação e força de trabalho, consegue sustentar-se, de forma a não sobrecarregar o sistema. No entanto, como seria possível este controlo? É evidente que, mesmo com qualquer forma de controlo existente, irão sempre existir indivíduos, saudáveis e aptos para trabalhar, que contornarão o sistema em busca do apoio que (não) necessitam.

O quarto factor, a apatia, relaciona-a com o facto de “as pessoas não se interessarem, ou quando se sentem tão incapazes que não tentam modificar as coisas, ou seja, ou melhorar as condições” (Phil Bartle, 2008). Isto é, o sentimento de que foram afectadas por algo tão mau que não terá solução e sentem-se inaptas para contornar e controlar a situação, logo acomodam-se à espera que algo aconteça. Por exemplo, uma pessoa que fique desempregada, num contexto de conjuntura desfavorável da economia, poderá entrar neste sentimento de apatia, pois sentirá que não conseguirá mais encontrar um posto de trabalho para se auto-sustentar a si e à família, logo sente que poderá ficar numa situação de pobreza.

Por último, a desonestidade, relaciona-o às “fraudes económicas efectuadas por aqueles que têm o poder e que pode levar ao agudizar da pobreza num país, ou seja, o que está em causa é o dinheiro público” (através das contribuições dos trabalhadores, pagamentos de impostos, etc.). Phil Bartle (2008) defende que este “deveria ser utilizado para o bem-estar da população, mas é desviado para os bolsos privados de alguém numa posição de poder”.

De acordo com Phil Bartle, os cinco factores enumerados encontram-se interligados, ou seja, “a doença contribui para a ignorância e apatia, a desonestidade contribui para a doença e dependência”¹⁹, e por aí adiante, como podemos verificar no esquema seguinte (Figura 1):

¹⁹ Idem

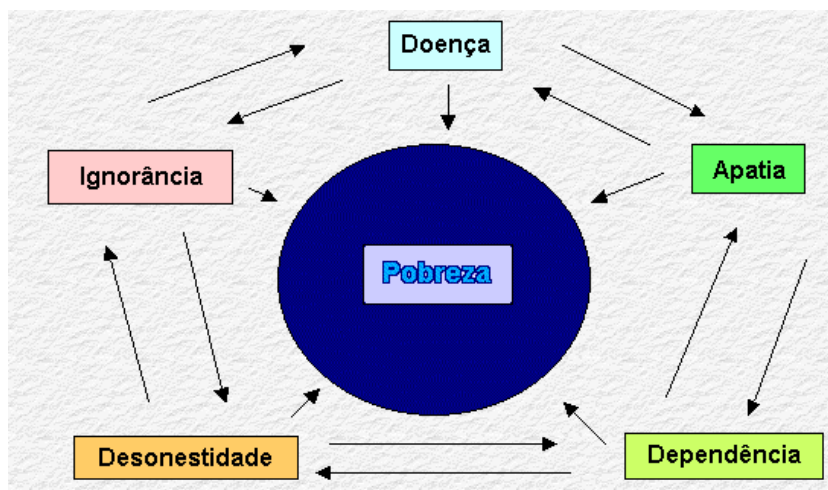


Figura 1 – Os cinco grandes factores de pobreza (Phil Bartle, 2008)

Portanto, estes factores, por um lado, “contribuem para a pobreza e, por outro lado, contribuem para factores secundários como a falta de mercados, fracas infra-estruturas, fraca liderança, má governação, sub-emprego, falta de capacidades, falta de capital, e outros” (Phil Bartle, 2008), logo, para o autor, a erradicação da pobreza poderia passar pela “remoção dos factores da pobreza”. Mas qual seria o caminho para esta remoção? Talvez a solução passe pela redistribuição da riqueza. No entanto, qual a melhor forma para esta redistribuição abranger toda a população e extinguir as desigualdades sociais?

As alterações económicas verificadas no início do século XVI, e as duas grandes revoluções do século XVIII (Revolução Industrial e a Revolução Francesa) levaram a que comunidades e regiões inteiras fossem atingidas pela pobreza e passasse a olhar-se para os pobres de outra forma, ou seja, não apenas como “um problema individual de subsistência física atribuível aos insucessos individuais do indivíduo”²⁰. Para Alfredo Bruto da Costa, a pobreza define-se como uma “situação de privação resultante da falta de recursos”²¹ que poderá afectar a personalidade do pobre e que não terá acesso aos sistemas geradores de rendimento e ao mercado de trabalho, o mesmo acontecendo na questão do acesso aos serviços de saúde e educação. A “privação” e “falta de recursos” são diferentes, quer no que diz respeito à sua natureza quer na forma como poderão ser resolvidas, ou seja, “a privação pode ser solucionada, por

²⁰ COSTA, Bruto, 1983 - *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa. 2008, Gradiva

²¹ COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Coleção Fundação Mário Soares, Gradiva, 1998

exemplo, por intermédio de apoio monetário (subsídios, transferências sociais, etc.), mas esta via é considerada insuficiente para resolver a questão da “falta de recursos”, designadamente recursos que possibilitem alguma auto-suficiência”²², isto é, por exemplo, ao nível da alimentação (o subsídio recebido pode fazer face a despesas pendentes, não sobrando para a alimentação, ou vice-versa). Considera que nos centros urbanos o pobre desempregado perde a sua identidade social e um dos mecanismos de integração e de *status* social (o emprego); enquanto nos meios rurais se verifica a solidariedade com o pobre (existência de maior coesão e apoio social). Então, a concepção inerente a isto é que o pobre sofre um processo de exclusão social que se caracteriza pelas “sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade” (Bruto da Costa, 1998) – rupturas, estas, ao nível familiar, afectivas e de amizade que podem advir de várias “causas”. No entanto, não podemos descurar que o indivíduo também pode auto-excluir-se da sociedade quando não concorda com determinados valores, por exemplo.

Porém, António Teixeira Fernandes (1998) defende que o indivíduo “pobre não é aquele que se encontra em situação de privação, com falta de recursos de toda a ordem”, mas sim aquele que “com a privação e a falta de recursos, vive na dependência”²³. Então, para o autor, se a luta contra a pobreza consistisse somente no fornecimento de recursos (redistribuição justa de bens), poderíamos verificar a existência de pessoas que, tendo esses meios considerados relativamente suficientes, continuassem sendo pobres.

Bruto da Costa cita Hawley que refere que “o pobre é alguém destituído de poder”²⁴, no entanto, o autor rejeita esta ideia, pois considera que todos os cidadãos detêm alguma forma de poder, ou seja, o pobre tem o poder de mudar a sua situação. No entanto, isto só se torna realidade aquando da consciência da existência de direitos humanos, nunca esquecendo os deveres. Considera, ainda, que não se deve dividir entre indivíduos “pobres” e “não pobres”, porque, para o autor, os principais factores

²² COSTA, Bruto, 1983 - *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa. 2008, Gradiva

²³ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra – FERNANDES, António Teixeira: “O pobre em luta pela cidadania”

²⁴ COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Colecção Fundação Mário Soares, Gradiva, 1998

explicativos da pobreza e da exclusão social devem ser procurados na sociedade e para que se possa lutar contra a pobreza de longa duração é importante ter em conta a mudança social e, ainda, fazer um trabalho de reabilitação psicológica e social do pobre – durante alguns séculos, defendeu-se que a pobreza era um problema moral, por isso, era necessário reformar o carácter do pobre²⁵. Esta concepção fez com que os indivíduos reconhecessem os direitos que tinham e tornaram-se exigentes. Alfredo Bruto da Costa refere, ainda, o carácter preventivo da acção para antecipar as causas da pobreza e o carácter curativo para resolver a privação, as consequências da pobreza e as causas da pobreza, dando relevância às medidas redistributivas, tais como o rendimento mínimo garantido que actualmente é denominado como Rendimento Social de Inserção, que “são necessárias, mas não suficientes” (Bruto da Costa, 1998) para erradicar a pobreza. No entanto, cada vez mais começa a existir uma dependência deste tipo de ajuda e deveria ser canalizado apenas para os indivíduos que realmente necessitam, porque a realidade é que existem muitos indivíduos acomodados a ele e outros a receberem este tipo de apoio e depois têm, em paralelo, um trabalho remunerado/clandestino.

Quando nos referimos à pobreza temos que ter em conta que pode ser entendida por pobreza absoluta e relativa²⁶ (Eduardo Rodrigues, Florbela Samagaio, et al.). O primeiro tipo de pobreza encontra-se relacionada com os recursos que os indivíduos possuem – se um indivíduo tiver “n” rendimento mais baixo em relação ao rendimento mínimo, encontra-se no limiar da pobreza. A pobreza relativa está relacionada com os padrões sociais em geral, ou seja, por exemplo uma turma de alunos universitários, apesar das diferenças entre uns e outros, não são considerados pobres, mas se fossem todos viver para Hollywood eram considerados pobres em relação aos padrões lá existentes. Para Eduardo Rodrigues, Florbela Samagaio e outros, a pobreza pode, ainda, ser considerada como objectiva (baseia-se num padrão de referência que tipifica as situações de pobreza e permite caracterizar objectivamente os pobres) e subjectiva (representações da pobreza construídas pelos actores e grupos sociais com uma percepção e perspectiva subjectiva da pobreza); tradicional (situação

²⁵ Nos séculos XVI e XVII eram utilizadas as *workhouses*.

²⁶ RODRIGUES, Eduardo Vítor, SAMAGAIO, Florbela, FERREIRA, Hélder, MENDES, Maria Manuela, JANUÁRIO, Susana. *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal* (S/D)

crónica localizada no meio rural) e nova pobreza (relacionada com as reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo, no crescimento do desemprego estrutural e na precariedade do emprego); rural (devido à escassez básica de recursos relacionada com a baixa produtividade agrícola), urbana (afecta diversos grupos sociais) e suburbana (devido a problemas sociais emergentes, por exemplo o consumo e tráfico de droga); temporária (fluxos de saída e entrada na pobreza, delimitados no tempo) e duradoura (remete para a reprodução social e para o processo cíclico da reprodução da pobreza)²⁷.

Para João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António da Costa et al. (1992), são vários os domínios em que se pode verificar a existência de pobreza²⁸. Primeiro, as condições de habitação, na medida em que à situação de pobreza poderá corresponder uma falta de conforto habitacional derivada de elevados graus de insalubridade, de superlotação e de inadequação geral dos alojamentos; são exemplo os bairros de lata ou bairros degradados onde várias famílias partilham o mesmo alojamento, o número médio de pessoas por divisão é elevado e muito poucos têm acesso às infraestruturas básicas – electricidade, água, rede de esgotos, recolha de lixo. Em segundo lugar, as condições de saúde relacionadas com as desigualdades que se manifestam sobretudo por uma esperança de vida mais curta, maiores níveis de mortalidade infantil, menor consumo de serviços médicos e, simultaneamente, maior risco de contrair doenças, incluindo doenças profissionais e os acidentes de trabalho. Em terceiro, a educação onde à pobreza se poderão associar, ainda, níveis de escolaridade mais fracos e tardios, saídas precoces do sistema educativo, e reprovações, tudo isto resultando numa maior proporção de analfabetos e de pessoas com muita baixa escolaridade. Por último, o emprego e desemprego, onde a ligação entre desemprego e pobreza é de identificação imediata e ainda mais significativa quando se trata de desemprego de longa duração ou de situações de trabalho meramente temporário.

²⁷ Idem

²⁸ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

Como já referido, os indivíduos em situação de pobreza sofrem um processo de exclusão social, ou seja, dá-se um corte e conflito com a sociedade, sendo difícil integrar-se – é mais fácil excluir do que integrar, devido a todas as dimensões afectas e às políticas que têm que ser criadas. Assim, “a pobreza representa uma forma de exclusão social, isto é, não existe pobreza sem exclusão social”²⁹, pese embora existam situações de exclusão social que não implicam, necessariamente, a pobreza, como por exemplo “os idosos que são excluídos apenas por serem idosos, ou a situação de determinadas minorias étnicas e/ou culturais”³⁰. O conceito de exclusão é, tal como o de pobreza, algo recente e surge quando entra no discurso político e com a agudização das desigualdades sociais, ou seja, uma oposição entre aqueles que mobilizam os seus recursos para uma participação social e aqueles que não têm esses recursos, logo não o poderão fazer. Para Marianela Esteves (1998), “o conceito de exclusão social implica, para lá do económico, o seu alargamento ao plano moral, cultural, educacional, ético e físico”³¹. Quanto maiores forem os intervalos de exclusão (diferença entre os que têm recursos e os que não têm) mais grave será o fenómeno “exclusão social”.

A exclusão é multidimensional e cumulativa, ou seja, não tem só uma dimensão e quando o indivíduo é afectado num sistema, tem repercussões nos outros, por exemplo ficar desempregado poderá levar à perda da habitação, por isso este fenómeno é de difícil resolução. No entanto, o grau de integração nos vários sistemas pode variar, ou seja, “o indivíduo pode estar integrado a uns níveis e excluídos de outros” ou, ainda, existir uma ruptura extrema com todo os sistemas (Pedro Perista, 2010). As dimensões que podem ser enumeradas são: económicas, sociais, políticas e culturais – logo, para resolver a exclusão social é preciso “atacar” todas as dimensões. Pode, ainda, assumir-se que um indivíduo excluído não tem as seguintes grandezas: ser, ter, estar, fazer, criar e saber. A primeira diz respeito ao aspecto psicológico, tangível, relacionado com a personalidade, auto-estima e dignidade das pessoas – a ausência desta grandeza poderá levar ao suicídio; a segunda está relacionada com o aspecto intangível, económico e material, isto é, o acesso às coisas materiais – a

²⁹ PERISTA, Pedro – *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*, Lisboa, 2010, revista nº 20

³⁰ Idem

³¹ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra – ESTEVES, Marianela: “Exclusão social à entrada do século XXI”

sociedade dá mais importância a este; a terceira grandeza refere-se a um problema de pertença social; a quarta está relacionada com o trabalho (vida profissional), ou seja, o emprego ou voluntariado dá *status* social; a quinta relaciona-se com a dimensão de empreender, ter a capacidade de criar (por exemplo criar oportunidades de vida), assumir a iniciativa (por exemplo não ficar à espera que um emprego “caia do céu”). A sexta, e última, diz respeito ao acesso à informação (é mais do que formação e qualificação), por exemplo saber que existe um emprego adequado para determinado indivíduo e pressupõe uma capacidade de crítica (analisar os factos e decidir). Estas grandezas estão interligadas e afectam os indivíduos de formas diferentes e a capacidade de ultrapassar estas perdas depende de cada indivíduo³².

A exclusão está, ainda, relacionada com uma questão de cidadania, isto é, o indivíduo excluído não participa, não tem voz activa na sociedade, é um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente, direitos de cidadania³³. Então, qual será o papel do indivíduo excluído na sua integração? Para António Teixeira Fernandes (1998), “os pobres, devidamente apoiados, devem pôr-se em busca da cidadania em vez de esperarem que alguns busquem a cidadania para os pobres, enquanto acção de outros”³⁴, ou seja, devem sair da dependência.

Portanto, considera-se que existiam três categorias de vulnerabilidade à pobreza e exclusão³⁵: 1) os baixos montantes dos subsídios recebidos pela grande maioria dos idosos (pensões de reforma, de invalidez e de sobrevivência) faz que a incidência da pobreza ou da vulnerabilidade à pobreza e exclusão sejam grandes nesta categoria³⁶, pois poderá trazer, por um lado, a solidão³⁷ e conseqüentemente o isolamento, isto é, um indivíduo que está só (componente objectiva) e não conta com a rede de apoio ou um indivíduo que está sozinho, mas que pode contar com a rede de

³² Informação recolhida da matéria leccionada na unidade curricular *Exclusão e Políticas de Integração Social*, leccionada pelo docente José Ilhéu, na *Universidade de Évora*, no ano lectivo 2009/2010 [Não publicada]

³³ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra – CAPUCHA, Luís. “Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário”

³⁴ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra – FERNANDES, António Teixeira: “O pobre em luta pela cidadania”

³⁵ RODRIGUES, Eduardo Vítor, SAMAGALHO, Florbela, FERREIRA, Hélder, MENDES, Maria Manuela, JANUÁRIO, Susana. *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal (S/D)*

³⁶ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

³⁷ É um sentimento subjectivo pois não se consegue medir e é mais perigosa porque afecta o foro psicológico.

apoio; e por outro lado, poderá trazer a desintegração familiar; 2) camponeses pobres que têm como fonte parcial ou exclusiva de meios de vida o trabalho em explorações agrícolas economicamente inviáveis e que funcionam, no essencial, em regime de auto-subsistência³⁸; 3) assalariados que abrange certos sectores operários não-especializados e com remuneração abaixo da média da classe, alguns escalões mais desqualificados dos empregados do comércio e uma parte significativa dos assalariados dos serviços pessoais domésticos³⁹. No entanto, assumem-se, hoje, novas categorias: desempregados de longa duração (as carências derivam do pequeno montante do subsídio de desemprego e de este ser atribuído durante um período de tempo limitado⁴⁰), grupos étnicos e culturais minoritários, famílias monoparentais, pessoas com deficiência, jovens em risco (toxicodependentes), sem-abrigo, trabalhadores da economia informal (no caso dos trabalhadores com contrato a prazo, devido a não terem garantida a continuidade de trabalho pode atingi-los não só em termos imediatos como o desemprego, como a longo prazo por não terem à partida assegurada regularidade de participação nos esquemas de Segurança Social⁴¹), mulheres, jovens à procura do primeiro emprego, indivíduos com doenças crónicas e beneficiários do Rendimento Social de inserção⁴².

Luís Capucha (1998) defende, portanto, que é necessário desenvolver políticas específicas de combate à exclusão social e deverão obedecer a critérios como: a focalização (sistemas de pensões, de saúde, de educação, de formação, entre outros, deverão ser complementados com medidas correctivas para as pessoas em situação de exclusão), a multidimensionalidade (promover a inserção social e profissional dos grupos desfavorecidos implica uma abordagem de todos os aspectos relevantes da sua vida: educação e qualificação para o acesso a um emprego, oferta ou criação desse emprego, entre outros), a integração (actuar em todas as esferas sociais), a organização dos parceiros em rede (os serviços do Estado, autarquias, parceiros sociais, organizações de solidariedade, associações locais deverão assentar numa base

³⁸ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

³⁹ Idem, *ibidem*

⁴⁰ Idem, *ibidem*

⁴¹ Idem, *ibidem*

⁴² RODRIGUES, Eduardo Vítor, SAMAGAIO, Florbela, FERREIRA, Hélder, MENDES, Maria Manuela, JANUÁRIO, Susana. *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal (S/D)*

cooperativa e funcionamento em rede, com contribuições baseados nos recursos de cada um e participações em igualdade de estatuto), a inovação (utilizar novas tecnologias, experimentar respostas a necessidade, estímulo à imaginação e capacidade criativa), a acessibilidade (as políticas de combate à exclusão devem ser acessíveis e transparentes e assentar em organizações próximas das populações), a contratualização (deve haver confiança mútua entre as instituições e os cidadãos), a continuidade (as políticas devem ter carácter permanente, estabilidade e regularidade), a paciência e a persistência (os processos de inserção não são lineares nem rápidos), e a articulação com o desenvolvimento (o combate à exclusão social implica a satisfação de necessidades e o fornecimento de um conjunto de serviços que dependem de processos de desenvolvimento local)⁴³.

Foram vários os autores que analisaram estas temáticas, em perspectivas muito diferenciadas, como vimos. Entre eles, no campo da sociologia, Alfredo Bruto da Costa⁴⁴, tendo como base os conceitos de “pobreza” e “exclusão social”, elaborou “O retrato da pobreza e exclusão social em Portugal”, (um painel de 1995 a 2000 como referência para analisar o ano de 2004). Defende que a pobreza já não é um fenómeno predominantemente rural como acontecia da década de 80⁴⁵, ou seja, começam a verificar-se situações de pobreza urbana que podem ser explicadas pelo facto de o meio rural estar a ficar, cada vez mais, despovoado (mas onde, ainda, existem enraizados a coesão, apoio e solidariedade social entre os habitantes registando-se, ou não, uma situação vulnerável) e o meio urbano, pelo contrário, encontrar-se muito povoado (isto aquando do êxodo rural, os indivíduos tentaram na cidade uma oportunidade de melhorar a vida) e, tendo em conta a situação vulnerável da economia que se está a verificar no país, aumentam cada vez mais as situações de desemprego que poderão trazer consequências tanto para o indivíduo como para a família, visto que, um dos sistemas vitais de integração na sociedade e *status social* é o emprego, se esse não se verifica, o indivíduo pode deixar de ter meios de subsistência (por exemplo, para satisfazer as necessidades básicas como a alimentação) e não

⁴³ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra – CAPUCHA, Luís. “Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário”

⁴⁴ COSTA, Bruto, 1983 – *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, 2008, Gradiva

⁴⁵ Idem, ibidem

conseguir fazer face a despesas esperadas/inesperadas (por exemplo, o pagamento da renda da casa) – o que se poderá tornar num ciclo vicioso, onde um facto leva ao outro, isto é, por exemplo, se numa família, um dos conjugues (ou os dois) ficar desempregado poderá haver perda da habitação, levar ao fim dos estudos por parte das crianças (se as existirem nessa família) e por aí adiante.

Bruto da Costa refere que a pobreza é entendida como um fenómeno residual e periférico e que os programas de combate à pobreza são, igualmente, residuais e periféricos: “são residuais, na medida em que constituem um acrescento marginal às políticas económicas e sociais; são periféricos porque não atingem os factores estruturais que residem na sociedade dominante (*mainstream society*)”⁴⁶, ou seja, considera os programas de luta contra a pobreza e promoção da inclusão como ineficazes. Portanto, para o autor, “a pobreza é gerada pela sociedade, é gerada pela configuração da sociedade e, portanto sem mudanças sociais não é possível resolver o problema”⁴⁷. Já Pedro Perista (2010) considera que a “pobreza, em Portugal, mais do que uma realidade conjuntural ou marginal da sociedade portuguesa, assume, antes, características de um problema social estrutural e extenso”⁴⁸.

António Barreto⁴⁹ reflectiu sobre as mudanças sociais ocorridas entre 1960 e 2000 na sociedade portuguesa, referindo que alguns traços do país de 1960 desapareceram. Assim, salienta que Portugal foi, em 1959, um dos fundadores da EFTA (*European Free Trade Associatio*) que permitiu uma abertura à economia ao exterior (comércio e indústria como alternativa à agricultura), registando-se grandes fluxos migratórios (emigração e migração). Defende, também, que a guerra colonial, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Constituição que implicaram grandes mudanças sociais e económicas no país. Contudo, o autor ressalva que “ao fim de quarenta anos de evolução acelerada e de aproximação constante dos níveis de desenvolvimento europeus, o país encontra-se, no início do século XXI, a braços com uma sempre muito

⁴⁶ Idem

⁴⁷ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra - COSTA, Alfredo Bruto da: “Depoimento”

⁴⁸ PERISTA, Pedro – *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*, Lisboa, 2010, revista nº 20

⁴⁹ BARRETO, António – *Mudança Social em Portugal, 1960/2000*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002, disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf> [consultado a 1 de Setembro de 2012]

baixa produtividade, a falta de capital e de organização empresarial e escassez de recursos financeiros públicos”⁵⁰.

O sociólogo Luís Capucha, na sua tese sobre os desafios da pobreza⁵¹, refere que a modernidade teve a sua génese na era das revoluções que levaram a uma série de rupturas, à ideia de um mundo justo e a mudanças sociais, tal como defende António Barreto em relação à Revolução de 1974 em Portugal. Para ele, é com esta modernidade que surge a “questão social” (também referida por Maria Carmelita Yazbek) e a evidência do pauperismo. Salienta o enfoque nos pobres como “classes perigosas” e um resultado da preguiça e “desadaptação”. Neste seguimento, defende que a instituição de um modelo social (como uma das grandes invenções europeias do século XX mas que tinha limitações) e a intervenção do Estado nunca teve como intenção abolir a pobreza, visto que “a promoção da segurança social ou a regulação do mercado de emprego foram sendo centrais”⁵² e a globalização que criou um “novo paradigma económico”. Para Joaquim Manuel Croca Caeiro⁵³ os modelos existentes são: o Escandinavo ou Regime Social-democrata (Dinamarca, Finlândia e Suécia), o Continental ou Regime Corporativo (Áustria, Alemanha e França), o anglo-saxónico ou Regime Liberal (Irlanda e Reino Unido), e o Mediterrâneo (Grécia, Itália, Portugal e Espanha). Portanto, para Luís Capucha, os estados-providência viram-se, nos últimos anos, confrontados com novos problemas sociais como o envelhecimento da população, o aumento dos rácios de dependência, os níveis de emprego baixos, mudanças na organização familiar, erosão das formas tradicionais de prestação de cuidados sociais, entre outros e a crescente exigência dos cidadãos face aos serviços prestados pelo Estado. A questão da globalização (ou nova economia global) é, ainda, evidenciada por Luís Capucha como referente às novas condições de competitividade económica, na medida em que, as sociedades passam a ser “sociedades em rede” (Castells, 2002), muito devido à construção da União Europeia. Em relação à pobreza defende que pensou-se que esta poderia ser erradicada nos países desenvolvidos, mas

⁵⁰ Idem

⁵¹ CAPUCHA, Luís, 1957 “Desafios da pobreza”, 2005, CELTA EDITORA, Oeiras [p. 337-365], Cap. 1 *Sociedade sem pobreza: utopia ou projecto?*

⁵² Idem

⁵³ CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, (2008). *Políticas Públicas, política social e Estado Providência*, (Manuais), Lisboa, Universidade Lusíada Editora

esta sobreviveu até aos nossos dias e pode ter-se reforçado em anos recentes, levando ao aparecimento de novas categorias (os “novos pobres”).

No campo da História, Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro reflectiram sobre a exclusão social na História⁵⁴ defendem que sempre existiram indivíduos excluídos. Entre outras ideias, salientam que as condições de trabalho eram diferentes em séculos anteriores e que as classes trabalhadoras são, hoje, as classes pobres. Entendem, também, que o desemprego constitui a exclusão do mercado de trabalho.

A historiadora Maria Carmelita Yazbek⁵⁵ entende “a pobreza como uma das manifestações da questão social⁵⁶ e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade”, ou seja, “os pobres são produtos das relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, económico e cultural”. Portanto, “não se reduz às privações materiais”, logo, “é uma categoria multidimensional, pois não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades (...) é uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta” (Yazbek, 2012).

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi⁵⁷ refere que “o conceito de pobreza, pelo seu carácter histórico, possui características que variam no tempo e no espaço, como variam as interpretações feitas pelos contemporâneos acerca das razões de sua origem e das diversas alternativas de sua redução”, pois “a pobreza esteve relacionada à necessidade de trabalho e, mais recentemente, à sua ausência”, tal como defendem Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro. Salienta que a forma como se encaram os pobres foi-se modificando desde a pobreza voluntária até à diferenciação dos pobres (os pobres mercedores e não mercedores) e também as classes

⁵⁴ VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice, PINHEIRO, Nuno – *Exclusão na História*, Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social, Oeiras, 2000, Celta Editora

⁵⁵ YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. Serviço Social e Sociedade, 2012, n.110, pp. 288-322. ISSN 0101-6628., disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lang=pt [consultado a 3 de Setembro de 2012]

⁵⁶ Maria Carmelita argumenta que a questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza.

⁵⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, 2011, vol.18, suppl.1, pp. 179-197. ISSN 0104-5970. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500010&lang=pt#back [consultado a 3 de de Setembro de 2012]

trabalhadoras que passam a ser classes vulneráveis. Neste contexto, faz referência à “Lei dos Pobres na Inglaterra, em 1531, prevendo a cobrança de uma taxa a ser paga pela população (*poor rate*) e destinada à ajuda aos pobres”, porém “a reforma de 1834 implicou a redução dos investimentos estatais, tornando a Lei dos Pobres menos inclusiva”, pois pretendia “enrijecer ainda mais a separação entre os pobres merecedores e os não merecedores de assistência” (Cláudia Viscardi, 2011).

Tanto Van Leeuwen⁵⁸ como Simon Szreter⁵⁹ reflectiram sobre os pobres que tinham trabalho, mas necessitavam de ser ajudados, enquanto Laurinda Abreu⁶⁰ incidiu sobre a pobreza extrema como os mendigos, vagabundos e ciganos, ou seja, os “miseráveis”⁶¹. Portanto, existem os pobres que têm uma actividade profissional, mas precisam de outros tipos de ajuda para subsistirem, e aqueles que vivem na pobreza extrema sem qualquer tipo de meios de sobrevivência e, por isso, considerados parasitas da sociedade porque não possuem qualquer tipo de trabalho (fonte vital do status social). Van Leeuwen defende que “a falta de educação era uma das causas da pobreza”, pois os pobres não tinham o direito de acesso a ela e os pobres eram mão-de-obra, ou seja, trabalhavam para as elites. Se os pobres adoecessem não poderiam trabalhar e, mais importante, poderiam contagiar os ricos com as doenças, logo, “o problema dos ricos era a pobreza, enquanto a principal preocupação dos pobres era a sobrevivência”. Para Simon, aquando da Revolução Industrial, com as mudanças sociais e o crescimento económico que acarretou, também se assistiu a uma “transferência de um excedente de trabalho significativo da terra para a cidade, com as mãos cada vez mais para a fabricação e serviços”, ou seja, estávamos perante um novo tipo de trabalhador vulnerável à pobreza.

Sigrun Kahl⁶² defende que a Assistência Social moderna e as políticas de pobreza são influenciadas pela religião que o país pratica e expõe os valores/práticas

⁵⁸ VAN LEEUWEN M H.D. *Logic of Charity: Poor Relief in Preindustrial Europe*, “Journal of Interdisciplinary History”, Vol. 24, No. 4 (Spring, 1994), pp. 589-613

⁵⁹ SZRETER, Simon, (2004). *Health, Economy, State and Society in Modern Britain* in “Hygiea Internationalis” 4(1): 205-227. <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.0441205> (Outubro 2010).

⁶⁰ ABREU, Laurinda (2007), *Beggars, Vagrants and Romanies: Repression and Persecution in Portuguese Society (14th-18th Centuries)*, in “Hygiea Internationalis” 6(1): 41-66. <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.076141> (Outubro 2010)

⁶¹ Todos eles têm pontos em comum de análise, pois referem-se à assistência aos pobres tendo como pontos de referência: a Peste Negra (que alterou a Europa em meados do século XIV); as alterações económicas do início do século XVI; e as duas grandes revoluções do século XVIII – Revolução Industrial (nascimento do *Welfare State*) e a Revolução Francesa (uma revolução das ideias – Iluminismo).

⁶² KAHL, Sigrun. *The Religious of Modern Poverty Policy: Catholic, Lutheran, and Reformed Protestant – Traditions Compared*, 2005

defendidos/as do Catolicismo, Luteranismo ou Protestantes. Para a autora, nas sociedades Católicas, a Igreja assumia a supremacia no que tocava à Assistência Social. Já nos países Luteranos, a Segurança Social por parte do Estado era algo desejável em que os seguros sociais iriam cobrir riscos sociais e não existiu resistência por parte da Igreja. Por fim, as sociedades com uma herança da Reforma Protestante negavam a participação do Estado e implementaram os seguros privados de assistência para “combater a dependência de prestações sociais, promover a responsabilidade individual da superação da pobreza e ajudar as pessoas a encontrar emprego o mais rapidamente possível”. Portanto, as doutrinas religiosas lidam de formas diferentes com os pobres.

Conclui-se que todos os autores fazem uma reflexão sobre os conceitos “pobreza” e “exclusão social” e como foram/são tratados os indivíduos nestas situações, ao longo do tempo, bem como as políticas e acções criadas para o seu combate (Estado e Instituições privadas), contudo, não existem obras em Portugal que aprofundem o papel actual das Instituições de Solidariedade Social no combate ao problema social que mais aflige as sociedades: a pobreza. Portanto, com esta dissertação irei analisar a actuação de uma destas Instituições (Cáritas Diocesana de Évora) no atendimento às famílias, na última década e, assim, obter o perfil da população por ela apoiada.

Conhecer qual a situação socioeconómica que leva os pobres a procurar o apoio da Cáritas Diocesana de Évora e saber quem eram, e que tipo de assistência obtiveram, foram as preocupações que orientaram este trabalho. O objectivo central é o de aprofundar o conhecimento sobre uma parte da população de Évora, aquela que foi assistida pela Cáritas Diocesana, entre 2000 e 2010. Basicamente procurar-se-á conhecer as mudanças socioeconómicas ocorridas em Évora, na última década; caracterizar a Caritas Diocesana de Évora, dando particular atenção ao Atendimento Social às famílias (diagnóstico de necessidades); e identificar e explicar as formas de apoio social da Caritas, bem como as fontes de financiamento da mesma.

A dissertação organiza-se em duas partes. Na primeira parte, intitulada “A Cáritas como conceito e prática: evolução histórica”, pretendemos fazer uma resenha

desde o conceito de *pobre merecedor* até às *Lei dos Pobres* tendo em conta os mecanismos formais e informais de assistência no período moderno e início do contemporâneo e, ainda, analisar o papel da Igreja e os poderes políticos na prestação de cuidados assistenciais. No primeiro ponto, denominado “Do *Welfare-State* à política social da Igreja no Concílio Vaticano II” pretende-se reflectir sobre a emergência do *Modelo Social Europeu* (os pilares do bem-estar social) e da *Rerum Novarum*; e no segundo ponto, designado “Cáritas enquanto Instituição: consolidação e implementação de um projecto de apoio social de base religiosa”, abordaremos a *Caritas Internationalis* da Alemanha, Portugal e a União de Caridade Portuguesa, a autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas Diocesanas e a criação da Cáritas Portuguesa. Na segunda parte, intitulada “A Cáritas Diocesana de Évora”, abordaremos as características gerais de uma Instituição nova, bem como as fontes de financiamento, os serviços prestados à comunidade e a forma de organização e funcionamento. No primeiro ponto desta parte, denominado “A Instituição em acção (2000 – 2010) ” analisaremos a organização geográfica, os recursos humanos da Cáritas de Évora e funcionamento, as formas de assistência diferenciada e os problemas socioeconómicos dominantes. Finalmente, nas conclusões pretendemos salientar os objectivos, bem como as sugestões para trabalhos futuros.

A metodologia usada foi a análise quantitativa e qualitativa, ou seja, procedi à análise dos relatórios semestrais e anuais (referentes ao período 2000-2010) que me foram disponibilizados na Cáritas Diocesana de Évora, que descrevem a actividade da Instituição no apoio social à população (Protocolo “Actos/2000”), bem como a caracterização desta segundo os indicadores (género, grupo etário, grau de instrução, situação profissional, situação de saúde, situação habitacional, fonte de rendimento familiar, rendimento per capita, problemas socioeconómicos dominantes), cruzando com os dados disponibilizados no *site* da Internet do Instituto de Emprego e Formação Profissional e na base de dados PORDATA.

Temos, portanto, como pressupostos de análise: a existência de um grande número de indivíduos desempregados e hipotéticas situações de pobreza associadas; situações de pobreza resultantes de divórcio e de doença; e falta de apoio familiar.

Contudo, como em qualquer método de análise, existem vantagens e desvantagens no seu uso. A análise de conteúdo, que irei utilizar na investigação, é a indicada para analisar informação implícita, submete o investigador a afastar-se de interpretações imediatas, bem como permite um controlo posterior do trabalho, não prejudicando a profundidade e criatividade do pesquisador⁶³ (Quivy, 2008). No entanto, este método não permite efectuar generalizações dos resultados e, por exemplo, a análise categorial torna-se muito simplista, logo poderá ter que se recorrer a outro método ou utilizar vários. Por outro lado, a análise de conteúdo é muito laboriosa e exige muito tempo e meios necessários para atingir os resultados⁶⁴. No caso específico dos dados recolhidos na Caritas Diocesana de Évora colocaram-se, inicialmente, alguns problemas que poderiam vir a revelar-se obstáculos à concretização dos objectivos. Principalmente, o facto de os relatórios que me foram disponibilizados, devido a não conterem as características individuais da população apoiada, serem muito simplistas, isto é, não tive acesso às pessoas mas sim, apenas, a números que, por vezes, não conseguem dar conta da realidade, no entanto, tentei desvanecer este obstáculo ao longo da pesquisa. Assim, as fontes utilizadas foram as que estavam disponíveis: os relatórios trimestrais e anuais da Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010); os relatórios mensais, semestrais e anuais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (2004-2010); e a base de dados PORDATA (2000-2010). Em relação à análise dos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional não foram verificados inconvenientes de maior relevância, na medida em que se encontram disponíveis para consulta na Internet, apesar de, igualmente, só conterem números e não uma caracterização individual da população.

⁶³ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2008

⁶⁴ Idem

Parte 1

Cap. 1 – A Cáritas como conceito e prática: evolução histórica

1.1-Do conceito de pobre merecedor até à Lei dos Pobres (Século XVI a Século XIX)

Quando dos grandes movimentos migratórios do campo para a cidade, tornou-se necessário saber quem necessitava realmente de ajuda e quem eram os impostores ou “errantes”, isto é, “pessoas desenraizadas, sem direitos sociais, recusando-se a trabalhar, apesar de terem capacidade para isso”⁶⁵, visto que a procura estava a tornar-se maior que a oferta de recursos. Assim, o conceito de *pobres merecedores* ou *deserving poor*⁶⁶ toma grande importância na medida em que o pobre teria que mostrar que era merecedor da ajuda, logo eram-lhe exigidas a fixação num local (habitação) e um emprego – no fundo, o cumprimento das regras sociais. Com isto, um dilema que já vinha do século XVI emerge: será a comunidade cigana merecedora de ajuda? Esta comunidade é difícil de controlar pois não quer cumprir as tais regras sociais e, também, porque o seu aparecimento coincidiu com as leis vigentes contra a mendicidade e foram considerados como tal devido à vida nómada que levavam. Em Portugal, por exemplo, a Legislação contra a mendicidade e a vadiagem foi implementada através da Lei das Sesmarias (1375), de D. Fernando, que “combatia a errância e a ociosidade injustificadas, obrigava os proprietários de terras incultas a facultar trabalho aos errantes e desocupados” (Bruto da Costa, 2008), no fundo, diferenciava o verdadeiro do falso pobre através de uma espécie de fiscalização aos pobres mendigos, pois eram uma ameaça para a população⁶⁷. Obviamente que existiam sanções para os impostores e, algumas delas eram a pedido do povo, portanto era uma lei muito violenta⁶⁸. Por exemplo, “a perda de pertences pessoais, se eles tivessem alguns, bem como a prisão e chicotadas eram inerentes a cada uma dessas punições”⁶⁹.

⁶⁵ ABREU, Laurinda (2007), *Beggars, Vagrants and Romanies: Repression and Persecution in Portuguese Society (14th-18th Centuries)*, in *Hygiea Internationalis* 6(1): 41-66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.076141> (Outubro 2010)

⁶⁶ Conceito criado na Idade Média.

⁶⁷ Eram considerados uma ameaça para a população pois não pagavam impostos e, em caso de doença, poderiam transmiti-la.

⁶⁸ Quem ajudasse a detectar os vagabundos e mendigos (os “errantes”) teria um aumento no salário.

⁶⁹ ABREU, Laurinda (2007), *Beggars, Vagrants and Romanies: Repression and Persecution in Portuguese Society (14th-18th Centuries)*, in *Hygiea Internationalis* 6(1): 41-66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.076141> (Outubro 2010)

Em 1531, na Inglaterra, a Lei dos Pobres, previa três princípios: a obrigação do socorro aos mais necessitados, a assistência pelo trabalho, a cobrança de uma taxa a ser paga pela população (*poor rate*) e destinada à ajuda aos pobres, e a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho⁷⁰. Porém a reforma de 1834 fez reduzir os investimentos estatais e levou a uma reformulação da Lei dos Pobres (a “Nova Lei dos Pobres”), adequando-a a exigências burguesas, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho⁷¹. Porém, para Cláudia Viscardi (2011), esta Lei pretendia “enrijecer ainda mais a separação entre os pobres merecedores e os não merecedores de assistência”⁷².

Como referido, um dos objectivos era que os pobres tivessem trabalho, mas, segundo alguns autores, este resistiriam. Será que poderemos falar em dependência deste tipo de assistência (por parte dos pobres) para que eles não queiram trabalhar? Por exemplo, podemos fazer referência aos reformatórios, e às *workhouses* Inglesas que praticavam a disciplina social para resolver a referida resistência, ou seja, eram instituições de correcção para aqueles que não eram socialmente integrados.

Com o reconhecimento da precariedade estrutural do trabalhador sem propriedade, as ideias do século XVII, que deram início ao movimento que levaria ao fim da divisão entre os pobres merecedores e não merecedores e de que o principal problema de saúde pública era a pobreza, consolidaram-se no século XVIII. A partir daqui procura actuar-se a dois níveis de responsabilidades: social e individual, ou seja, por um lado legislou-se sobre as condições de trabalho, habitação, entre outras e, por outro, actuou-se sobre os comportamentos individuais, por isso, estávamos perante uma liberdade condicionada, isto é, o Estado dá mas pede em troca (assume que os cidadãos têm direitos mas também têm deveres).

⁷⁰ ENGELS, Friedrich, 1820-1895, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*/ Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=FtVrpdgyfusC&oi=fnd&pg=PA7&dq=lei+dos+pobres+inglaterra&ots=24o56e-Ba9&sig=cL2H_VIswEGCX_1Vnj90jjNGwwE&redir_esc=y#v=onepage&q=lei%20dos%20pobres%20inglaterra&f=false [consultado a 19 de Novembro de 2012]

⁷¹ Idem

⁷² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, 2011, vol.18, suppl.1, pp. 179-197. ISSN 0104-5970. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500010&lang=pt#back [consultado a 3 de de Setembro de 2012]

O século XIX foi marcado por dois fenómenos que tiveram graves efeitos sociais: a urbanização e a industrialização. A primeira caracteriza-se pela, já referida, deslocação da população rural para as cidades. Esta deslocação trouxe problemas pois existiam uma grande concentração de pessoas e as condições básicas de vida não eram asseguradas, bem como o fornecimento de água e o sistema de esgotos que se encontravam desactualizados, isto é, com a referida fuga dos camponeses para as cidades verifica-se um sufoco destas porque são muito organizadas e de repente tiveram que se deparar com muita gente nela, o que fez com que aumentasse a pobreza e o número de pobres. Então, torna-se difícil o controlo do território e dos seus habitantes - começa a tornar-se fundamental o Estado para efectuar o controlo. O segundo problema estava relacionado com os trabalhadores industriais – por exemplo, Paris foi considerada como “doente” e tinha “problemas de saúde urbana” (serviu de laboratório dos higienistas)⁷³. Portanto, estava a assumir-se que a doença existia devido a causas climáticas, às (más) condições ambientais e aos miasmas⁷⁴; e assumia-se, também, que a pobreza era a principal causa de doença e mortalidade. No entanto, após a epidemia de cólera de 1832 e altas taxas de mortalidade, que obrigaram à reforma da saúde pública, Parent-Duchâtelet investigou estas correlações e concluiu que a ideia “miasmática” estava errada pois algumas pessoas próximas ao surto não o contraíram, logo existiam outras causas para a doença e “a teoria da causalidade das doenças ambientais deu lugar à teoria social”⁷⁵.

Outro aspecto importante estava na prevenção da doença e da pobreza que se tratava de um conceito “novo” e importante aliado às preocupações permanentes com as duas questões evidenciadas, ou seja, para que o Estado consiga melhorar as condições de saúde e de vida da população necessita dar apoio permanente à mesma e não dar esse apoio só quando o país se encontra à beira de uma epidemia, por exemplo. Então, para que isto se concretizasse, o Estado precisava ser intervencionista e autoritário (quanto baste) e, logo, a Polícia Médica⁷⁶ poderia assumir, aqui, um papel importante. Mas porquê a Polícia Médica e o *Welfare State*? Muito devido a uma forte

⁷³ Os higienistas foram o grupo de médicos, cientistas e administradores que formaram o núcleo do movimento de saúde pública. Destacam-se Alexandre Parent-Duchâtelet e Louis-René Villermé.

⁷⁴ Considera-se “miasma” a sujidade ou mais cheiros que provocam doenças.

⁷⁵ BERGE, Anne la. *Mission and Method – The early-nineteenth-century French: Public Health Movement (S/D)*

⁷⁶ Ideia a desenvolver na parte dois da dissertação.

intervenção do Estado. Porquê na Alemanha? Qual terá sido o seu objectivo para implementar cada um deles? No fundo, para travar a luta social⁷⁷ que se estava a formar no país e que já se tinha verificado noutros países como a França e a Inglaterra, por exemplo, ou seja, o principal objectivo era travar os conflitos sociais⁷⁸.

O conceito de *Medical Police*⁷⁹ é cunhado por Johann Peter Frank (Alemanha desde 1764) mas é com a publicação da sua obra *System einer volistöndigen medicinischen Polizey* em 1779 que se consolida e, posteriormente, se expande a outros países próximos dela. O autor refere-se ao poder do médico e do poder do Estado sobre o médico e, mais concretamente, o controlo do quotidiano dos cidadãos desde as questões de saúde às de higiene tendo como objectivo as políticas populacionais e como meio os princípios higiénicos e sanitaristas e depois sociais – estávamos no início da Revolução Industrial quando é cunhado este princípio. A polícia médica⁸⁰ que foi desenvolvida por Johann Peter Frank tinha um “carácter autoritário e paternalista quando aplicada a problemas específicos”⁸¹, na medida em que se começa a ter consciência da precariedade estrutural do trabalhador sem propriedade e a afirmação de que o principal problema da Saúde Pública era a pobreza. Johann Peter Frank influenciou as publicações de outros autores como Friedrich Rober que definiu a polícia médica como “os cuidados do Estado para a saúde dos seus cidadãos”, salientando que esta esfera de actividade poderia ser considerada sob duas vertentes “a de prevenção e a curativa” (George Rosen, 1957).

Apesar de, como referido, o conceito de polícia médica ter-se estendido a vários países, a Inglaterra e a França resistiram-lhe, porque as suas práticas políticas não aceitavam um tão grande intervencionismo do Estado. Foi na França, no entanto, que o movimento da saúde pública “nasceu e desenvolveu-se no contexto sociopolítico da Restauração de Bourbon e a Monarquia de Julho, com as suas políticas nacionais de saúde pública e programas, alguns dos quais foram herdados do Antigo

⁷⁷ As reivindicações dos trabalhadores.

⁷⁸ Matéria leccionada na unidade curricular leccionada pela Professora Laurinda Abreu: *O sistema de saúde e bem-estar em Portugal em Perspectiva Histórica* no dia 9 de Dezembro 2010 [Não publicada]

⁷⁹ A teoria e a prática deste conceito só foi importante e possível porque a Alemanha encontrava-se no mercantilismo.

⁸⁰ Tradução do conceito *Medical Police* para a língua portuguesa.

⁸¹ ROSEN, George. *The fate of the Concept of Medical Police 1780-1890*, Centaurus 1957: vol 5: no. 2: pp.97-113

Regime e os revolucionários e eras napoleónicas”⁸². Neste movimento, existiam duas ideologias que dominavam: por um lado o liberalismo onde os líderes da Monarquia de Julho defendiam que a intervenção do Estado “deveria ser limitada para preservar a saúde pública” e, por outro lado o estatismo que defendia que o Estado deveria assumir o papel principal na reforma e gestão da saúde pública”, ou seja, os estatistas acreditavam que o Estado deveria ser responsável por manter a saúde dos seus cidadãos e os especialistas em saúde pública deveriam funcionar como consultores do mesmo, como veremos mais adiante. Este dilema de ideologias foi ultrapassado quando foi assumido o “cientificismo” da higiene pública, ou seja, esta teve que ser transformada em disciplina científica para, assim, se chegar “ao conhecimento positivo que proporcionaria um antídoto para o poder de autoridade e construtores de sistemas”⁸³.

Desde o século XVII que a *Royal Society of Medicine*⁸⁴ vinha desenhando um novo papel do médico como investigador médico-social, ou seja, “um funcionário público de colecta de dados científicos e realiza experimentos” que serviria ao governo – união entre o médico e o poder político. Foi a partir daqui que se desenvolveu a Medicina Social. O conceito *Medicina Social* data de 1848 (deve-se ao médico Francês Jules Guérin) e define-se “como sinónimo de *Sociologia Médica*, bem como a colaboração dada pela Medicina à Segurança Social, ou ainda como a utilização da higiene, assistência, previdência e pedagogia (com o auxílio do Serviço Social) para melhorar as condições da vida humana”⁸⁵. No século XIX, com as mudanças sociais e o crescimento económico⁸⁶ que acarretaram, assistiu-se a uma “transferência de um excedente de trabalho significativo da terra para a cidade, com as mãos cada vez mais para a fabricação e serviços”⁸⁷, ou seja, estávamos perante um novo tipo de trabalhador vulnerável à pobreza⁸⁸, na medida em que bastava perder o trabalho ou

⁸² BERGE, Anne la. *Mission and Method – The early-nineteenth-century French: Public Health Movement (S/D)*

⁸³ Idem

⁸⁴ A *Royal Society of Medicine* é uma organização independente educacional para médicos, dentistas, cientistas e outros profissionais envolvidos na medicina e na saúde.

⁸⁵ CORREIA, Fernando da Silva. *O conceito de Medicina Social*. Comunicação apresentada à 8.ª secção do XVIII Congresso Luso-Espanhol, Coimbra, 1956

⁸⁶ O crescimento económico, mudanças sociais e desenvolvimento nem sempre são sinónimos de melhoria do Bem-Estar, por vezes tem consequências negativas.

⁸⁷ SZRETER, Simon, (2004). *Health, Economy, State and Society in Modern Britain* in *Hygiea Internationalis* 4(1): 205-227. <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.0441205> (Outubro 2010)

⁸⁸ O conceito *vulnerável* é actual mas foi definido no século XVI e diz respeito aos grupos que se encontram numa situação frágil e necessitam de ajuda pois são propensos à pobreza como as crianças, as mulheres, os doentes, as viúvas com filhos, entre outros.

ter um acidente de trabalho para deixar de ser auto-suficiente. Foi neste contexto que políticas como a da medicina social desenvolveram mecanismos de apoio às populações mais vulneráveis. E daqui se partiu, ainda que num processo que em caso algum foi linear, para o Welfare State (Estado-Providência).

1.2 – A emergência do Modelo Social Europeu (Estado Providência): os pilares do bem-estar social

A construção do *welfare-state* pode ser abordada em três vertentes: a caridade (para a sobrevivência do indivíduo), um sistema de seguros (para uma segurança mínima) e um Estado Social (pautando por uma universalidade de direitos). No entanto, a sua construção tem várias abordagens teóricas. Enquanto uns autores defendem que foi construído através da realidade e reforma social dando-se uma transição do *laissez-faire* para o *welfare-state*⁸⁹, outros defendem que este Estado teve origem na Inglaterra dando importância à pobreza⁹⁰ e aos determinantes da saúde⁹¹, entre outras, bem como os modelos⁹² que lhes estão associados.

Cada sociedade tem as suas próprias leis ou normas que regem os comportamentos dos indivíduos e que são determinadas pela tradição e pela realidade (Calvin Woodard). No entanto, podem verificar-se mudanças (demoradas) nas normas, ou seja, mudanças sociais e de comportamento que poderão levar à queda da tradição. Portanto, é com esta concepção que se dá o mote para a abordagem da transição do *laissez-faire* para o *welfare-state*. O *laissez-faire* colocava o homem no centro com livre arbítrio e tudo o que era considerado “problema social” era concebido para ser “moral” (Calvin Woodard). A questão central era que a pobreza seria uma questão moral e, também, por isso um estágio transitório, ainda que inevitável (inerente à natureza humana), ou seja, numa sociedade individualista, os problemas sociais eram morais. Por outro lado, Calvin Woodard, assumia que a pobreza era um fenómeno económico com uma dimensão avassaladora que só o Estado poderia resolver. Então, para o autor, o *laissez-faire* estava bem adaptado à tradição, mas viu a sua queda quando confrontado com a realidade, pois a pobreza, ao ser entendida como inevitável à vida humana, condenou as causas e consequências morais, ou seja, os pobres como vítimas das circunstâncias fora do seu controlo e eram

⁸⁹ WOODARD, Calvin. *Reality and Social Reform: The Transition from Laissez-Faire to the Welfare State*, The Yale Law Journal, Vol. 72, No. 2 (Dec., 1962), pp. 286-328 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/794816>]

⁹⁰ WOODROOFE, Kathleen. *The Making of the Welfare State in England: A Summary of Its Origin and Development*, *Journal of Social History*, Vol. 1, No. 4 (Summer, 1968), pp. 303-324 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/3786627>]

⁹¹ FRANK, John W. and MUSTARD, J. Fraser. *The Determinants of Health from a Historical Perspective*, *Daedalus*, Vol. 123, No. 4, Health and Wealth (Fall, 1994), pp. 1-19 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/20027264>]

⁹² ANDERSEN, Esping. *O presidencialismo em questão & Welfare e experiências neoliberais: as três economias políticas do Welfare-State*, *Lua Nova – revista de cultura e política*, nº 24, Setembro 91

merecedores de assistência e reforma moral; enquanto os ricos eram moralmente obrigados a prestar-lhe assistência.

Noutra abordagem, Kathleen Woodroffe, defende que a origem do “rótulo” de *welfare-state* é recente e foi utilizado pela primeira vez por Sir Alfred Zimmern durante a década de 1930, na medida em que resumia o contraste entre guerra e bem-estar e, mais tarde, em 1942 pelo *Relatório de Beveridge* e pela legislação do governo trabalhista quando o conceito de bem-estar foi ampliado a partir de um conjunto de serviços sociais para o atendimento das pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, ou seja, através de um seguro social contributivo que garantisse em todos os momentos um rendimento para a subsistência individual e da família. Lucie Paquy (2004) também defende que a construção do Estado social moderno encontra-se ligada ao nome de Beveridge e que o *Plano Beveridge* assentava em três princípios: universalidade (relacionada a organização da proteção social num o Sistema Único), unidade (relacionada com o conseguir cobrir toda a população contra os riscos sociais) e uniformidade (diz respeito ao ligação contribuinte-beneficiário, ou seja, contribuir para receber)⁹³. Para Kathleen Woodroffe, “a Lei dos Pobres foi a semente da qual cresceu a flor da segurança social”, pois tinha nela um “embrião de um amplo sistema de segurança social” e, por volta de século XVIII, esta oferecia mais do que comida e abrigo, fez as escolas para as crianças no reformatório e, mais tarde, um sistema de educação, um sistema de hospitais para os mendigos e, posteriormente, um sistema nacional de saúde - estamos perante uma concepção linear dos acontecimentos feita pela autora. A constatação do aumento da pobreza na Inglaterra levou o Parlamento de Elisabeth I a passar da Lei dos Pobres, em 1601, para um sistema que se responsabilizasse pela assistência dos pobres, administrado pelas paróquias, gerando uma responsabilidade comunitária. No entanto, Kathleen assume, ainda, que as origens do Estado de bem-estar no país devem ser procuradas mais tarde na história: a era Vitoriana que apesar de ser reconhecida pela existência de um domínio do *laissez-faire*, deve também estar assente uma progressiva intervenção estatal, na medida em que ambos eram utilizados por diferentes grupos para atingir determinados fins. Para os vitorianos, a pobreza era entendida como um lapso temporário de prosperidade,

⁹³ PAQUY, Lucie – *European Social Protection Systems in Perspective*, Compostela Group of Universities, 2004, Vol. 3

uma triste necessidade, ou como prova de ineficácia individuais, indolência ou imprevidência⁹⁴.

Portanto, o *welfare-state* tinha como objectivos garantir aos indivíduos e famílias um rendimento mínimo para a subsistência, reduzir o grau de insegurança permitindo atender às contingências sociais (doença, velhice e desemprego) e disponibilizar a todos os indivíduos serviços sociais comuns. O Estado pretendia conseguir isso através das políticas públicas sociais como serviços de atendimento social, serviços de segurança social (como o seguro nacional de saúde, seguro-desemprego, pensões de viuvez e velhice) e, ainda, por último, um tipo de protecção contra interrupções de rendimento por doença, acidente, desemprego ou velhice. Para Kathleen, “a Inglaterra, na procura de uma solução para o problema da pobreza, passou por cada uma destas três fases de assistência, seguro e segurança”.

Esping-Andersen define o *welfare-state* baseando-se em Titmuss (1958) que defende a existência de dois tipos de Estado de bem-estar: residual (o estado só assume a responsabilidade quando a família ou o mercado são insuficientes, procura limitar a sua prática a grupos sociais marginais e merecedores) e institucional (destina-se a toda a população, tem carácter universalista)⁹⁵. Para o autor, o que possibilitou este tipo de Estado foi uma vertente estruturalista (é o sistema que “quer” e o que acontece é facilmente interpretado como um requisito funcional para a reprodução da sociedade e da economia, aliada a uma burocracia moderna) e uma vertente institucional (os economistas políticos clássicos defendiam que as instituições democráticas deveriam influenciar o desenvolvimento do *welfare-state*)⁹⁶.

Assim, o Modelo Social Europeu tem origem na Europa do pós-guerra (alguns teóricos defendem que surgiu com o Tratado de Roma) definindo os pilares do bem-estar social, dando importância ao papel do Estado como “árbitro” que dita as regras,

⁹⁴ WOODROOFE, Kathleen. *The Making of the Welfare State in England: A Summary of Its Origin and Development*, *Journal of Social History*, Vol. 1, No. 4 (Summer, 1968), pp. 303-324 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/3786627>]

⁹⁵ ANDERSEN, Esping. *O presidencialismo em questão & Welfare e experiências neoliberais: as três economias políticas do Welfare-State*, Lua Nova – revista de cultura e política, nº 24, Setembro 91

⁹⁶ Idem

à Segurança Social e considerava a pobreza como injustiça social⁹⁷. Pretendia, ainda, pautar o valor da solidariedade, colocar uma maior carga fiscal aliada a uma menor desigualdades nos salários, regulamentar o mercado de trabalho pois tinha como principal problema económico o desemprego. Assim, caracteriza-se por um “conjunto de traços de que se destaca a existência de um princípio de legitimidade política assente na democracia parlamentar e no estado de direito”⁹⁸ e a “...coexistência harmoniosa entre o pleno emprego e o objectivo de maior equidade na distribuição de recursos, (...) conciliando o funcionamento do subsistema económico (...) e o subsistema social”⁹⁹ – esta coexistência é sustentada por um “pacto social”, entre os representantes dos principais interesses económicos e sociais, que tem em vista o acesso às oportunidades e a padrões elevados de qualidade de vida como direitos de cidadania (Luís Capucha, 2005).

Luís Capucha cita Habermas (2000) e Mozzicafreddo (1997) que defendem que o modelo tinha como base económica a industrialização e, mais tarde, o desenvolvimento dos serviços, onde “o sistema político assegurava a educação, apoio à formação, saúde e protecção às pessoas numa base de equidade na relação entre uma geração de contribuintes e uma geração de beneficiários”, logo, “permitia remunerar o capital, aumentar o emprego, melhorar a distribuição dos rendimentos, reforçar as políticas sociais, estimulando o consumo e suprimindo as necessidades das pessoas”. Assim, “os efeitos sinérgicos do modelo tornavam alcançável o objectivo da erradicação da pobreza” (Luís Capucha, 2005). No entanto, o autor defende que o modelo tinha limitações como o primeiro choque petrolífero de 1973, a consciência da finitude dos recursos naturais, a crise de emprego, a verificação de que o pleno emprego não é assegurado automaticamente pela natureza do modelo, a ameaça da insustentabilidade futura do financiamento da protecção social e da saúde, e a “globalização” que considera como um “novo paradigma económico” com implicações no capital, na esfera produtiva e nas mais diversas esferas da vida (Luís Capucha, 2005). Esta última questão toma importância, actualmente, devido ao facto de os

⁹⁷ Se se entende justiça social como o apoio aos mais desfavorecidos através da justa distribuição de rendimentos em função das necessidades das pessoas, então quando nos referimos a injustiça social significa que esta distribuição não acontece de forma justa.

⁹⁸ CAPUCHA, Luís, 1957 – “Desafios da pobreza”, 2005, Celta Editora, Oeiras [p.337-365], Cap. 1: *Sociedade sem pobreza: utopia ou projecto?*

⁹⁹ Idem

países já não viverem isolados, mas sim, cada vez mais, em contacto, na medida em que existem trocas comerciais, a existência de uma União Europeia e, mais recentemente, devido à crescente utilização das novas tecnologias da informação e à abolição das fronteiras, entre outras.

Esping-Andersen assume a existência de três modelos distintos¹⁰⁰: o Escandinavo ou Regime Social-democrata (Dinamarca, Finlândia e Suécia), o Continental ou Regime Corporativo (Áustria, Alemanha e França), o anglo-saxónico ou Regime Liberal (Irlanda e Reino Unido).

O primeiro modelo engloba os países cujo regime é social-democrata (caracterizado por um elevado grau de desmercadorização¹⁰¹ e onde são dominantes os princípios sociais-democratas de estratificação social, constituído por um conjunto de benefícios sociais universais, generosos e altamente redistributivos, não dependentes das contribuições individuais), apresenta o nível mais alto de protecção social e a sua característica principal é a garantia universal baseada no princípio da cidadania, isto é, o acesso aos bens e serviços sociais por toda a população (é um direito de cidadania), ou seja, apresenta uma forma de controlo social. Quanto ao mercado de trabalho, apresenta gastos elevados em políticas activas que têm como objectivo a reinserção rápida no mercado de trabalho dos desempregados e também por ter um elevado número de empregos públicos. Este modelo caracteriza-se também por elevados descontos para a segurança social de trabalhadores e encargos sociais para os empregadores, por isso é possível que os salários mostrem uma baixa dispersão, e portanto, uma distribuição mais equitativa do rendimento. Para Lucie Paquy (2004), este modelo focava-se no objetivo de justiça e igualdade social, nos benefícios universais, e no importante papel a ser desempenhado pelos serviços sociais¹⁰².

O segundo modelo é similar ao anterior mas apresenta uma maior proporção de gastos orientados para as pensões e baseia-se no princípio da segurança, isto é, liga

¹⁰⁰ CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, (2008). *Políticas Públicas, política social e Estado Providência*, (Manuais), Lisboa, Universidade Lusíada Editora

¹⁰¹ Desmercadorização é "o grau segundo o qual aos indivíduos ou às famílias é possível manter um nível de vida socialmente aceitável, independentemente da participação no mercado" - Esping-Andersen, Gøsta (1990, 1996), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.

¹⁰² PAQUY, Lucie – *European Social Protection Systems in Perspective*, Compostela Group of Universities, 2004, Vol. 3

a categoria socioprofissional aos direitos sociais (a sua aplicação e utilização não é universal, mas sim corporativa). Relativamente ao mercado de trabalho, as políticas activas são pouco importantes e os sindicatos têm um importante poder de decisão nas negociações colectivas. Estes países registam relativa generosidade das prestações pecuniárias associada aos baixos níveis de controlo social dos organismos de protecção social como é o caso dos subsídios por invalidez e subsídios não condicionados à empregabilidade, ou seja, devido ao seu regime corporativo (caracterizam-se por princípios corporativistas e estatista de estratificação social) apresentam um nível moderado de desmercadorização com benefícios de substituição de rendimentos baseados no estatuto sócio-profissional (a solidariedade estrita, de base profissional), em que está presente a influência da política social, de inspiração católica, segundo o princípio da subsidiariedade¹⁰³.

O terceiro, o modelo anglo-saxónico, caracteriza-se por compreender um nível menor de Estado-Providência que os anteriormente referidos e os subsídios dirigem-se sobretudo para a população em idade activa, ou seja, os subsídios são direccionados essencialmente para desempregados embora estes estejam sujeitos a patamares de rendimento. Portanto, não é estranho que o mercado de trabalho apresente critérios de activação muito rigorosos, condicionando fortemente a duração dos benefícios e, em resultado, os salários mostram uma alta dispersão, logo, possuem um número elevado de empregos pouco qualificados e mal pagos. Apesar de o seu regime ser o Liberal que se caracteriza por um reduzido nível de desmercadorização, em que o funcionamento do mercado é encorajado pelo Estado, quer directa e activamente (por esquemas privados de Segurança Social) quer indirecta e passivamente (através de *means-tested benefits*, benefícios sociais modestos para a população que comprovadamente necessite), estes países utilizam muito o controlo social pois necessitam saber quem trabalha e quem se encontra desempregado e, assim, proceder à ajuda devida.

¹⁰³ O princípio de subsidiariedade, do latim *subsidium* (auxílio, assistência), por um lado respeita a autonomia da pessoa mas, por outro lado, existe a obrigação de dar auxílio à pessoa nas áreas onde os seus esforços não são suficientes para as satisfazer - OLIVEIRA, Edson. *O princípio da subsidiariedade e o Magistério da Igreja*, São Paulo, 2006. Disponível em url: <http://conservador.blog.br/2006/07/o-principio-de-subsidiariedade-e-o.html>

No entanto, o autor não assume a existência de um quarto modelo: o mediterrâneo (Grécia, Itália, Portugal e Espanha), que é, precisamente aonde este trabalho se posiciona. Este modelo corresponde aos países que desenvolveram o Estado-Providência mais tardiamente (anos 70 e 80), é aquele que estava fortemente baseado nas pensões e em gastos de assistência social muito baixos. A característica principal do mercado de trabalho era a forte protecção do emprego e recorria-se à reforma antecipada como forma de melhorar o acesso ao emprego por parte dos jovens, normalmente mais qualificados. Então, a população aceitava estas regras sociais, na medida em que, enquanto trabalhavam descontavam e, aquando a reforma, por exemplo, iriam usufruir desses descontos. Relativamente aos salários apresentavam uma menor dispersão que o modelo anglo-saxónico. Ora, estou a utilizar a forma dos verbos no passado pois, conhecendo pessoalmente a realidade de Portugal, actualmente o Estado verifica elevados gastos na assistência social porque a população está a ficar cada vez mais envelhecida, verificam-se elevadas taxas de desemprego quer na população jovem como na adulta e a idade da reforma está a ser cada vez mais tardia muito para fazer face a estas despesas de assistência – ou seja, se a população adulta tem que trabalhar e descontar até mais tarde, a população jovem tem dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho (não esquecendo a crise económica em que se encontra o país). Porém, para João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António da Costa et al., (1992) “em Portugal nunca se chegou a constituir na prática um Estado-providência comparável ao da maioria dos países da Europa do Norte e do Oeste”¹⁰⁴. Para estes autores, a Democracia trouxe os direitos sociais, materializou a Segurança Social, a Educação e a Saúde no país, mas este não conseguiu, ainda, ultrapassar enormes limitações e melhorar as respostas no plano das políticas sociais.

A configuração do referido modelo só foi possível porque existiram acções políticas e actores com interesses e a população tornou-se exigente, logo isto só funcionava porque todos tinham algo a ganhar. Mas como é que se processou? O conceito *capital social* ajuda-nos a entender esta questão e possui várias abordagens,

¹⁰⁴ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992

por isso é necessário ler várias definições para o compreender não sendo possível quantificá-lo. Existem, entre outros, três autores que deram contributo: o primeiro, Pierre Bourdieu entende o capital social como um “elemento de interpretação das estratégias de distinção social em práticas culturais”¹⁰⁵, ou seja, o indivíduo inserido na sociedade. Entende ainda que “os recursos estão associados à posse de uma rede de relações de reconhecimento mútuo, descrevendo uma realidade fundada no *status social* das representações” (Elisa Pepper, 2010). O segundo, James Coleman entende-o como “um recurso”¹⁰⁶ para todas as pessoas, ou seja, os indivíduos actuam de determinada forma para receberem um crédito de volta. E por fim, Robert Putnam defende que o capital social refere-se às relações entre os indivíduos, ou seja, as “redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança”¹⁰⁷, por isso envolvem “obrigações mútuas e manter as regras de comportamento, normas de promoção de reciprocidade, porque as ligações são normalmente parte de uma rede em vida quotidiana”¹⁰⁸, ou seja, existe uma interacção social. Pode, ainda, assumir-se que o “capital social é uma ideia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, colectivamente, alguma coisa. Mas é um “poder social”. É a sociedade que confere esse poder aos seus indivíduos”¹⁰⁹. Portanto, o capital social surge como mais um mecanismo alternativo de procurar, através da cooperação, associativismo e confiança entre as pessoas, as soluções para os problemas sociais.

Independentemente do subtipo de capital social¹¹⁰ utilizado pelos indivíduos quer seja pelas relações próximas (*bonding*), ou com aqueles que não são similares mas que têm interacção (*bridging*) ou, ainda, quando um grupo de pessoas se une com um objectivo comum (*linking*) – cada um constrói a sua rede social – o que pretendem é ter uma participação activa na sociedade e “fazer-se ouvir” por aqueles que têm o poder, para a promoção do bem-estar social e resolução dos problemas sociais. Falo, então, dos movimentos sociais que Putnam defende serem criados devido “aos laços sociais e redes de amizade mais do que pelas ideias” ou ideologias, ou seja, “só a

¹⁰⁵ Apresentação em *power point* de Elisa Heynig Pepper, na aula da unidade curricular *O sistema de saúde e bem-estar em Portugal em perspectiva histórica*, no dia 3 de Dezembro de 2010, sobre a temática “Capital Social”.

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ SZRETER, Simon. *Health and Wealth: Studies in History and Policy*, (S/D)

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ FRANCO, Augusto de. *O lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Brasília: AED, 2004. Disponível em url: <http://www.cafecomsociologia.com/2010/11/capital-social.html> [consultado a 4 de Dezembro 2010]

¹¹⁰ Robert Putnam assume a existência de três subtipos de capital social: *bonding*, *bridging* e *linking*.

participação popular, onde existem laços reais para pessoas reais, pode produzir um verdadeiro movimento social”. Ainda em relação a isto, refere que as associações voluntárias permitem aos indivíduos expressar os seus interesses e fazer exigências ao governo. Então, será que o capital social é algo forte e imprescindível aos indivíduos para a (sobre)vivência na sociedade?

Posto isto, o Modelo Social Europeu pode considerar-se uma utopia ou uma realidade? “O modelo social europeu tem sido o motor da paz na União Europeia e, simultaneamente, um exemplo para o mundo¹¹¹”, ou seja, na realidade, definiu os pilares de Bem-estar social, no entanto, considero-o ser uma utopia, pois com o Mundo globalizado, a crise económica, os modos de produção e organização do trabalho também foram transformados, as formas de emprego tornaram-se mais flexíveis e precárias¹¹², os sistemas enfraqueceram e o Estado já não consegue fazer face às necessidades. Estas necessidades são ilimitadas e cada vez existem menos recursos, bem como menos contribuintes (activos empregados) e mais beneficiários (pensionistas) do sistema de assistência, logo, poderá ter que recorrer-se à iniciativa privada. Por isso, se os recursos são escassos, as políticas sociais enfraquecem – esta é uma situação que se verifica em alguns países da Europa, como em Portugal, por exemplo. Por outro lado, a pobreza e a exclusão social são dois grandes problemas partilhados por todos os Welfare States europeus, ou seja, todos os países enfrentam estes fenómenos, incluindo os países escandinavos, cujo modelo de Estado de bem-estar foi pensado para conseguir eliminar a pobreza (Lucie Paquy, 2004).

Por outro lado, os Estados-Providência vêm-se confrontados na Europa com problemas novos ou que se aprofundam fortemente, nas últimas décadas como o envelhecimento da população que, combinado com baixas taxas de natalidade e o número elevado de desemprego, faz aumentar a pressão sobre os sistemas de aposentação e de saúde (os dois maiores gastos de proteção social)¹¹³, os níveis de emprego relativamente baixos, as mudanças nos padrões de organização familiar (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1989; Pereirinha e outros, 1999; Jaeger e Kwist, 2003), a

¹¹¹ PENEDA, José Albino Silva; ROSSA, Proinsias de. *Relatório sobre um modelo social europeu para o futuro*, 2006. Disponível em url: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2006-0238+0+DOC+XML+V0//PT> [consultado a 24 Novembro 2010]

¹¹² PAQUY, Lucie – *European Social Protection Systems in Perspective*, Compostela Group of Universities, 2004, Vol. 3

¹¹³ Idem

erosão de formas tradicionais de prestação de cuidados sociais e de integração em grupos primários (Xiberras, s.d.), a segregação das esferas de realização pessoal e a individualização das relações sociais (Giddens, 1992; Dubet e Martuccelli, 1998), a constituição de novos territórios suburbanos degradados e os crescentes fluxos imigratórios, no fundo, são factores de risco e de pobreza e o crescimento dos padrões de exigência dos cidadãos face aos serviços sociais que o Estado presta que colocaram várias dimensões do modelo sob pressão¹¹⁴.

¹¹⁴ CAPUCHA, Luís, 1957 – “Desafios da pobreza”, 2005, Celta Editora, Oeiras [p. 337-365], Cap. 1: *Sociedade sem pobreza: utopia ou projecto?*

Cap. 2 – Do Welfare-State à política social da Igreja no Concílio Ecumênico Vaticano II

2.1 – A Rerum Novarum: da condição dos operários à propriedade colectiva/particular e à caridade

O Papa Leão XIII¹¹⁵ publicou, no dia 15 de Maio de 1891, a encíclica “Rerum Novarum”, sobre a condição dos operários nos países industrializados. O documento foi apelidado de “Magna Carta” e foi essencial para ao aparecimento do associativismo católico e da democracia cristã¹¹⁶, pois, pretendia posicionar a Igreja e orientar os fiéis, no final do século XIX, num contexto de uma aparente calma dos grandes impérios e expansão de correntes decisivas no contexto do século XX¹¹⁷.

Leão XIII começa por afirmar que os avanços industriais, as relações modificadas entre os patrões e empregados e a preponderância dos capitalistas (usura voraz) diante de uma minoria indignada levaram a um “conflito assustador”, cuja solução poderia basear-se na equidade e justiça¹¹⁸. Defende que cabe à Igreja, aos ricos, governantes (justiça distributiva) e aos pobres a questão social. Defende, ainda, uma não luta, mas concórdia entre as classes (pobres e ricos). Para o pontífice, o meio social tanto precisava dos patrões como dos empregados, ou seja, as “desigualdades eram proveitosas”¹¹⁹, na medida em que, os pobres tinham como dever comprometer-se com o trabalho que escolheram não se revoltando nem influenciando por pensamentos insensatos de igualdade, enquanto, os patrões deveriam garantir um salário justo e fazer a caridade. Esta carta defendia, assim, a união entre as classes que só seria possível se o Estado, pautado com autoridade de acordo com as leis da Igreja (autoridade divina), assumisse o papel de mediador.

¹¹⁵ Nome pontifício do Cardeal Gioachino Pecci (1880 -1903)

¹¹⁶ Blog de Jorge Pires Ferreira – Tribo de Jacob: *15 de Maio de 1891. Leão XIII publica a encíclica “Rerum Novarum”, 2010.* Disponível em url: <http://tribodejacob.blogspot.pt/2010/05/15-de-maio-de-1891-leao-xiii-publica.html> [consultado a 15 de Julho de 2012]

¹¹⁷ BATISTA, Carolina de Almeida; SILVA JR, Alfredo Moreira da. *Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII - Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Património Histórico no Século XXI”, 2008.* Disponível em url: <http://www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/080.pdf> [consultado a 20 de Julho de 2012]

¹¹⁸ Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII, 1891. Disponível em url: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html [consultado a 21 de Novembro de 2012]

¹¹⁹ BATISTA, Carolina de Almeida; SILVA JR, Alfredo Moreira da. *Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII - Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Património Histórico no Século XXI”, 2008.* Disponível em url: <http://www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/080.pdf> [consultado a 20 de Julho de 2012]

Já os Socialistas defendiam que a solução seria a repartição da propriedade de bens particulares e bens produzidos, porém esta viria a tornar a situação dos operários mais precária, pois retirava-lhes a livre organização do seu salário e toda a esperança e possibilidade de aumentarem o seu património e melhorarem a sua situação. Portanto, o Papa Leão XIII referia que a terra era um bem de utilidade comum a todos, que pertencia inteiramente à natureza, mas o Estado deveria proteger a propriedade particular dando à classe operária as totais condições para que pudesse crescer de forma justa e íntegra.

Para o Papa, cabia ao Estado impedir as greves (provenientes dos conflitos entre os patrões e operários), proteger os bens da alma, o trabalho dos operários, das mulheres e das crianças, criar mecanismos de regular e conciliar o bem comum, não criando demasiados impostos (para um melhor acesso à propriedade) e aceitar as associações particulares (não as regulando, mas defendendo-as) e públicas.

O Pontífice faz, ainda, referência à família como uma sociedade doméstica de pequena dimensão, mas anterior à sociedade civil. Cada membro da família tem um papel, bem como direitos e deveres. O papel mais evidenciado pelo Papa, nesta encíclica, é o de chefe de família ou pai de família, pois deve alimentar, sustentar e providenciar um património aos filhos. Mas como o conseguirá concretizar se não tiver propriedade particular?

Leão XIII termina a encíclica referindo que os governantes deveriam usar a autoridade protectora das leis e das instituições, os ricos e os patrões deveriam ter consciência dos seus deveres, os operários deveriam ser tratados de acordo com os seus interesses e, no campo da religião, a solução da questão social passaria pela caridade efectuada por todos (patrões e empregados). Os capítulos seguintes desenvolverão a caridade (*caritas*) em acção enquanto Instituição.

Tratava-se, portanto, de uma carta aberta a todos os bispos que debatia as condições das classes trabalhadoras, bem como as questões levantadas durante a

Revolução Industrial e as sociedades democráticas no final do século XIX¹²⁰. Demonstrava a preocupação com a “sede de inovações” e aos “progressos incessantes” (isto é, as transformações que ocorreram desde a modernidade com o renascimento, o iluminismo, os ideais da Revolução Francesa e a Industrial) que levavam a sociedade a um “estado febril” (afastamento do Homem da Igreja) e agravando a condição de miséria e vulnerabilidade da classe operária¹²¹. Porém, para Carlos da Fonseca (1982), a concepção de “operariado” dos católicos militantes é algo vago e Leão XIII compreendia o operário como um “proprietário”, sendo o salário uma “propriedade”¹²².

Com esta encíclica deu-se início à sistematização do pensamento social católico, isto é, a Doutrina Social da Igreja Católica, pretendendo transmitir os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de acção para promover esse humanismo integral e solidário. Alguns encaravam esta doutrina como uma espécie de “terceira via” entre o capitalismo e o comunismo e João Paulo II referia-se a ela como um programa de políticas económicas, sociais ou financeiras: era teologia moral¹²³. Para Francisco Cabral (1939), a exigência do reforço do direito internacional, para que os pobres não prevalecessem sempre como fracos, eram uma constante na doutrina em causa, enquanto Sampaio Bruno defendia que esta pretendia “conciliar a civilização com a Igreja”¹²⁴.

Portanto, o que estava em causa na encíclica era, por um lado, a oposição ao socialismo materialista (Leão XIII debateu como falsas as teorias marxistas, acreditando que as soluções iriam surgir das acções combinadas da Igreja, do Estado, dos empregadores e dos empregados)¹²⁵; e, por outro lado, a oposição ao movimento

¹²⁰ LEONCIO, Beatriz. *Rerum Novarum é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de Maio de 1891*. Blog disponível em url: <http://pt.scribd.com/doc/71465962/Rerum-Novarum-e-uma-enciclica-escrita-pelo-Papa-Leao-XIII-a-15-de-Maio-de-1891> [consultado a 16 de Julho de 2012]

¹²¹ BATISTA, Carolina de Almeida; SILVA JR, Alfredo Moreira da. *Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII - Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Património Histórico no Século XXI”*, 2008. Disponível em url: <http://www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/080.pdf> [consultado a 20 de Julho de 2012]

¹²² FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: operariado e a igreja militante (da Rerum Novarum à implantação da República)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1982

¹²³ Brotéria “Cristianismo e Cultura” – CABRAL, Francisco Sarsfield, 1939: *Caritas in Veritate: a importância dos fundamentos*, Lisboa, 2009, Vol. 169, nº 1

¹²⁴ FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: operariado e a igreja militante (da Rerum Novarum à implantação da República)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1982

¹²⁵ LEONCIO, Beatriz. *Rerum Novarum é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de Maio de 1891*. Blog disponível em url: <http://pt.scribd.com/doc/71465962/Rerum-Novarum-e-uma-enciclica-escrita-pelo-Papa-Leao-XIII-a-15-de-Maio-de-1891> [consultado a 16 de Julho de 2012]

anarquista (sociedade sem Estado), pese embora, o socialismo cristão defendesse a intervenção do Estado no mercado e na sociedade de forma a apaziguar os males sociais gerados pela industrialização. No fundo, o que estava implícito na carta era a fragilidade que a instituição demonstrava devido ao desencadear de acontecimentos verificados na pós-era medieval¹²⁶.

Para Carlos da Fonseca (1982), a novidade da encíclica era a de identificar (não combater) a ineficácia da caridade individual e garantir as reivindicações pacíficas ou negociações dos operários. Defende que o poder moralizador da Igreja é importante, mas atribui ao Estado o relevante papel de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Porém, para o autor, as doutrinas da *Rerum Novarum* (importadas desde 1891) não tiveram, em Portugal, o sucesso verificado na Bélgica, Holanda, Alemanha ou França. A explicação, para ele, está no facto de, nestes países, o catolicismo não se encontrar identificado ao poder de Estado, como acontecia no caso português; e, por outro lado, o facto de “os nossos católicos sociais recusarem encarar a possibilidade de formação de associações genuinamente operárias e isto não obstante as directivas feitas neste sentido por Leão XIII”¹²⁷. Afonso Costa (1913) classifica as ideias da carta papal de “inúteis”, na medida em que repetiam as reclamações dos proletários e socialistas; de “antiquadas”, pois acreditavam conseguir salvar a sociedade com a caridade particular; de “inoportunas”, porque defendem a propriedade individual e reclamam rigorosas medidas contra o socialismo e os socialistas; e “perigosas” quando recomendam ao proletariado que “esperem tudo do outro mundo e se resignem e humilhem durante a curta pertinência na Terra”¹²⁸.

¹²⁶ BATISTA, Carolina de Almeida; SILVA JR, Alfredo Moreira da. *Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII - Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Património Histórico no Século XXI”*, 2008. Disponível em url: <http://www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/080.pdf> [consultado a 20 de Julho de 2012]

¹²⁷ FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: operariado e a igreja militante (da Rerum Novarum à implantação da República)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1982

¹²⁸ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895 -, <<Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo>>, in Almanaque de “O Mundo” para 1914, Lisboa, 1913

Cap. 3 – Cáritas enquanto Instituição: consolidação e implementação de um projecto de apoio social de base religiosa

3.1 – A Caritas Internationalis da Alemanha (Lorenz Werthmann, 1897)

A Caritas Internacional (*Caritas Internationalis*) é uma confederação constituída por 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que actua em mais de 200 países¹²⁹ e surgiu na Alemanha, nos finais do século XIX, com o objectivo de acompanhar as “novas situações de pobreza” resultantes da revolução industrial¹³⁰. Os estatutos foram elaborados sob orientação da Santa Fé e defendiam a autonomia de cada organismo nacional e a sua coordenação a nível internacional¹³¹. Portanto, cada membro da confederação é um organismo nacional de caridade ou um grupo de agências que trabalham com o apoio das suas respectivas Igrejas e são reconhecidos pelo Vaticano (onde se situa, hoje, a sede¹³² da *Caritas Internationalis*)¹³³. Esta encontra-se dividida em sete regiões que trabalham em conjunto: África, Ásia, Europa, América Latina e o Caribe, Médio Oriente e Norte de África, América do Norte e Oceânia¹³⁴. Aliando o trabalho individual e colectivo, actualmente, dedica-se a combater a pobreza e injustiça social e pode considerar-se como uma das mais extensas redes de ajuda humanitária do mundo¹³⁵.

A primeira Caritas a ser estabelecida foi em Friburgo, na Alemanha, no ano de 1897¹³⁶ e, posteriormente, outras organizações nacionais foram formadas na Suíça (no ano de 1901) e nos Estados Unidos (as Caridades Católicas no ano de 1910)¹³⁷.

Foi em 1924, durante o Congresso Eucarístico Mundial em Amsterdão, que 60 delegados de 22 países formaram uma conferência¹³⁸ – a *Caritas Catholica* – onde os

¹²⁹ Sítio oficial na Internet da Cáritas Internacional: disponível em url: http://www.caritas.org/about/Caritas_Internationalis.html [consultado a 25 de Julho de 2012]

¹³⁰ Informação em url: http://www.caritas.pt/site/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=2078&Itemid=5 [consultado a 25 de Julho de 2012]

¹³¹ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹³² A *Caritas Internationalis* também tem sede na ONU (Nova Iorque) e Genebra.

¹³³ Informação em url: <http://www.caritas.org/esabout/WhosWho.html> [consultado a 29 de Julho de 2012]

¹³⁴ Idem

¹³⁵ Informação em url: http://www.caritas.org/esabout/history_gallery_1.html [consultado a 29 de Julho de 2012]

¹³⁶ RODRIGUES, Karoline Parrião - *Cáritas e Acção Social Católica: caridade libertadora como solidariedade*, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no século XXI, 2007 disponível em url: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/12c13d8f3c48fd8f5c16Karoline%20Parri%C3%A3o%20Rodrigues.pdf> [consultado a 25 de Agosto de 2012]

¹³⁷ Informação em url: http://www.caritas.org/esabout/history_gallery_1.html [consultado a 29 de Julho de 2012]

delegados se encontravam, de dois em dois anos, até ao início da Segunda Guerra Mundial¹³⁹. As actividades foram retomadas em 1947 e foi entregue um apoio suplementar à Caritas quando o Secretariado de Estado lhe confiou a representação oficial de todas as organizações de apoio social a nível internacional, especialmente junto das Nações Unidas. Já no ano de 1950 deu-se o início de uma União de organizações da Caritas e por sugestão do Monsenhor Montini¹⁴⁰, e posteriormente, do Papa Paulo VI, realizou-se, em Roma, uma semana de estudo, com participantes dos 22 países da união, para discutir os problemas do trabalho cristão da Caritas – criou-se, assim, uma conferência internacional de organizações católicas de caridade.

Após a aprovação dos estatutos pela Santa Sé, em 1951, os membros fundadores (13 países) participaram na primeira Assembleia Geral constitutiva da Caritas Internacional: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suíça¹⁴¹. Porém, em 1957, a Confederação mudou o seu nome para *Caritas Internationalis*, que significa “amor entre nações”¹⁴², na medida em que se encontrava em expansão e, em 1962 já contava com 74 membros¹⁴³.

Em 2004, o Papa João Paulo II concedeu, à *Caritas Internationalis*, Personalidade Jurídica Canónica Pública através da carta “*Durante l'ultima cena*”, que, além de confirmar os seus estatutos e regulamento, tornou mais sólido o seu vínculo à Santa Sé, ficando o Santo Padre responsável por algumas decisões relevantes, sendo a acção desta confederação acompanhada pelo Conselho Pontifício “*Cor Unum*”¹⁴⁴.

De entre as operações iniciais de ajuda podem mencionar-se a resposta dada aquando das inundações na Holanda, Bélgica e Itália (em 1953/54), as revoltas na Hungria (1956) e as crises de fome na Etiópia e China (1958)¹⁴⁵. Mais recentemente, temos o caso do *tsunami* que assolou, em 2004, países como a Indonésia, Índia,

¹³⁸ Com sede na Caritas Suíça em Lucerna.

¹³⁹ A partir daí todas as actividades foram suspensas.

¹⁴⁰ Secretário de Estado substituto, na altura.

¹⁴¹ Informação em url: http://www.caritas.org/es/about/history_gallery_1.html [consultado a 29 de Julho de 2012]

¹⁴² Idem

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Informação em ur: http://www.caritas.pt/site/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=2078&Itemid=5 [consultado a 25 de Julho de 2012]

¹⁴⁵ Informação em url: http://www.caritas.org/es/about/history_gallery_1.html [consultado a 29 de Julho de 2012]

Maldivas, Sri Lanka e Somália, e, também, em 2010, o terramoto no Haiti, onde a *Caritas Internationalis* ajudou na re/construção de habitações, edifícios, colégios, infraestruturas para serviços médicos, meios de sustento e criou programas de preparação de forma a capacitar as comunidades para futuras catástrofes¹⁴⁶, no fundo, actua, essencialmente, nas áreas: das emergências como as catástrofes onde fornece ajuda e segurança, comida, mantas, entre outros; do desenvolvimento sustentável que diz respeito ao trabalho com a população de forma a encontrar a melhor solução possível para a provisão de serviços sociais e um desenvolvimento a longo prazo que seja sustentável, respeitando o meio ambiente; da construção da paz e reconciliação através do diálogo¹⁴⁷; da justiça social, ou seja, no apoio à pobreza e exclusão social; no *HIV* e Sida, nomeadamente com companhas de sensibilização para estas e apoios hospitalares para quem delas padece, entre outros; e nas mulheres e migrações, nomeadamente no respeito à feminilidade e reconhecimento da igualdade dos seus direitos, bem como dos migrantes que são vítimas de exploração ou refugiados¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ Informação em url: http://www.caritas.org/esabout/waht_is_caritas.html [consultada a 29 de Julho de 2012]

¹⁴⁸ Informação em url: <http://www.caritas.org/esactivities/index.html> [consultado a 29 de Julho de 2012]

3.2 – Portugal e a União de Caridade Portuguesa; autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas Diocesanas e a criação da Cáritas Portuguesa

A União de Caridade Portuguesa, também denominada “Cáritas Portuguesa” trata-se de uma organização da Igreja Católica em Portugal¹⁴⁹ e teve início em meados da década de 40, do século XX, pese embora, só tenha tido aprovação canónica em 1956¹⁵⁰. O início das actividades aconteceu em Lisboa e, posteriormente, estenderam-se, através de delegações, ao resto do território português, incluindo o Ultramar.

Apesar de já se verificar a actuação da Igreja no apoio aos mais necessitados através, por exemplo, das Misericórdias¹⁵¹, com a criação da Cáritas Portuguesa vem afirmar-se a promoção e dinamização da acção social da Igreja. Esta acção pretende, não apenas a assistência social, mas também a promoção, o desenvolvimento e a própria transformação social¹⁵², e fazer sobressair “a recta e justa ordenação da sociedade”¹⁵³, logo, surgindo possivelmente como uma resposta da Igreja Católica a todo um contexto político-sócio-cultural que se vivia na altura da 2ª Grande Guerra¹⁵⁴.

Em meados dos anos 70 assiste-se ao processo de autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas diocesanas e a criação do serviço nacional, isto é, a Cáritas Portuguesa é uma Instituição autónoma na administração dos seus bens e recursos. No entanto, depende do Episcopado Português que, através da Comissão Episcopal de Acção Social e Caritativa, acompanha a sua orientação¹⁵⁵. São competências da Conferência Episcopal a suspensão ou revogação de decisões dos órgãos da Cáritas Portuguesa, ponderar as decisões da Assembleia Geral e Comissão Permanente, pronunciar-se sobre os problemas mais importantes da Instituição, entre outros¹⁵⁶.

¹⁴⁹ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹⁵⁰ Informação disponível em url: <http://www.Cáritas.pt/noticia.asp?caritaid=1¬iciaid=23> [consultado a 17 de Outubro de 2011]

¹⁵¹ A primeira Misericórdia surge, em Portugal, em 15 de Agosto de 1498, a partir da corte.

¹⁵² Informação em url: <http://www.Cáritas.pt/noticia.asp?caritaid=1¬iciaid=23> [consultado a 17 de Outubro de 2011]

¹⁵³ Idem

¹⁵⁴ AGUIAR, Ana Márcia Fernandes de. *A Instituição particular de solidariedade social Cáritas Diocesana de Évora*, 2001, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹⁵⁵ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹⁵⁶ Idem

A Cáritas Portuguesa é membro da *Cáritas Internationalis*, da *Caritas Europa*¹⁵⁷, da *Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade*¹⁵⁸, da *Confederação Portuguesa do Voluntariado*¹⁵⁹, da *Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento*¹⁶⁰ e do *Fórum Não-governamental para a Inclusão Social*¹⁶¹. Fundamenta a sua actuação no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja com vista a uma sociedade mais justa, apoiando os que são atingidos por qualquer forma de pobreza, exclusão social ou emergência¹⁶². No entanto, será esta actuação suficiente para amenizar a pobreza? Conseguirá chegar a todas as situações?

A Cáritas Portuguesa (ou Rede Nacional da Cáritas) é constituída por 20 Cáritas Diocesanas e pelos grupos locais de actuação de proximidade, com a colaboração de profissionais e voluntários, tendo, cada Instituição, autonomia jurídica e canónica¹⁶³. A sua actividade, de carácter social e caritativo, passa por: acções de apoio às categorias mais carenciadas da população; acções educadoras no sentido da solidariedade, espírito comunitário e de justiça social; acções de estímulo a obras e instituições da Igreja que actuam no sector social; acções de socorro intervindo nos casos de calamidades ou catástrofes com recursos humanos e materiais; acções de cooperação com instituições e grupos de acção social, oficiais ou particulares, nacionais ou estrangeiras para elaborar planos de carácter social e de interesse comum; acções de promoção económica através da distribuição de roupas, por exemplo; e acções de promoção socio-cultural através de programas de alfabetização, educação base, colónias de férias, entre outros¹⁶⁴. Para conseguir colocar as suas acções em prática, a

¹⁵⁷ A *Caritas Europa* é a organização do *network Europeu* de 49 organizações membro da *Caritas*, trabalhando em 46 países europeus. É uma das sete regiões da *Caritas Internationalis*. - *Sítio oficial da Internet da Cáritas Europa*: disponível em url: <http://www.caritas-europa.org/code/en/abou.asp> [consultado a 2 de Agosto de 2012]

¹⁵⁸ É a principal organização representativa das instituições particulares de solidariedade social em Portugal. Informação recolhida em url: <http://www.solidariedade.pt/sartigo/index.php?x=34> [consultado a 2 de Agosto de 2012]

¹⁵⁹ Pretende representar os voluntários do país e as respectivas organizações, independentemente dos seus domínios de actividade, e contribuir para a defesa dos respectivos direitos e interesses. Informação recolhida em url: <http://inpakt.com/institution/184> [consultado a 2 de Agosto de 2012]

¹⁶⁰ Tem como objectivo a promoção das boas práticas, das ditas organizações que actuam para um mundo mais justo e equitativo em países em Desenvolvimento. - *Sítio oficial na Internet da Plataforma Portuguesa da ONGD*: disponível em url: <http://www.plataformaongd.pt/site.aspx?info=plataforma/oquefazemos> [consultado a 3 de Agosto de 2012]

¹⁶¹ Trata-se de uma plataforma que pretende promover a efectivação da participação de todos os actores (a nível central e local) no processo de inclusão social, nomeadamente na elaboração e acompanhamento do Plano Nacional para a Inclusão. - *Sítio oficial da Internet da Cáritas Europa*: disponível em url: <http://www.caritas-europa.org/code/en/abou.asp> [consultado a 2 de Agosto de 2012] e em url: <http://www.pnai.pt/pt/info.asp?menu=155&id=155> [consultada a 3 de Agosto de 2012]

¹⁶² Informação em url: http://www.Cáritas.pt/site/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=3436&Itemid=3 [consultado a 17 de Outubro de 2011]

¹⁶³ *Idem*

¹⁶⁴ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

Cáritas Portuguesa, utiliza os recursos financeiros que provém de donativos espontâneos, ofertórios e recolha organizada de donativos, subsídios oficiais, heranças e bens, compensações pela prestação de serviços a outras entidades, benefícios resultantes de actividade no campo da acção social e rendimentos e bens das Instituições¹⁶⁵.

As estruturas da Cáritas diocesana e da nacional¹⁶⁶ resultaram das transformações eclesiais do Concílio Vaticano II. Assim, a Cáritas Diocesana de Évora sobre a qual incidirá a minha análise de dados, destina-se a atender às diversas necessidades da Comunidade Diocesana, tentando concretizar, tal como as outras existentes, a “opção preferencial pelos mais pobres” tendo como imperativos a solidariedade, a prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ Tema a ser desenvolvido mais à frente.

¹⁶⁷ Informação em url: <http://www.Cáritas.pt/evora/noticia.asp?caritaid=9¬iciaid=189> [consultado a 17 de Outubro de 2011]

Cap. 4 – A Cáritas Diocesana de Évora

4.1 – A Cáritas de Évora – do seu nascimento à actualidade: características gerais de uma Instituição nova

A Caritas Diocesana de Évora actuou, inicialmente, em 1957, com a distribuição de produtos vindos dos Estados Unidos da América para a colaboração na colocação de crianças refugiadas da Áustria, na ajuda aos retornados das ex-colónias, na distribuição de alguns medicamentos e concessão de empréstimos para a criação de postos de trabalho¹⁶⁸. Em 1981, a convite do vigário Episcopal forma-se uma equipa com a finalidade de organizar a Cáritas na Diocese, no entanto, não foi uma experiência positiva e, em 1983, o Arcebispo de Évora (D. Maurílio de Gouveia) nomeou um novo Assistente e deu posse a uma nova Direcção Diocesana¹⁶⁹. Ainda nesse ano, a Cáritas promoveu uma campanha de sensibilização para organizar os primeiros grupos de Cáritas Paroquiais e, tendo o apoio da Cáritas Portuguesa, conseguiu elaborar um curso de Pastoral Social que permitiu detectar os principais problemas sociais da Diocese. Com a visibilidade que começava a ganhar e devido às muitas solicitações que estava a ter para resolver muitas necessidades, encontrou a colaboração de entidades particulares e serviços oficiais, principalmente do Centro Regional de Segurança Social de Évora¹⁷⁰.

É em 28 de Agosto de 1984 que se verifica a sua fundação como Instituição que realiza a acção social sem fins lucrativos, em conformidade com os princípios da Doutrina Social da Igreja e da Pastoral Diocesana, nas vertentes assistencial, promoção/integração, desenvolvimento e transformação social¹⁷¹. Um ano depois, reviu os seus estatutos que foram aprovados pelo Arcebispo de Évora e apresentados ao Centro Regional de Segurança Social para a Instituição ser oficialmente reconhecida como uma Instituição de Particularidade Social (IPSS)¹⁷². Pretende, portanto, através

¹⁶⁸ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ Idem

¹⁷¹ Blog do Núcleo Distrital de Évora da REAPN: Rede Viva – *Cáritas Diocesana de Évora*, 2006. Disponível em url: <http://redeviva.blogspot.pt/2006/06/critas-diocesana-de-vora.html> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

¹⁷² ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

da caridade contribuir para a promoção e desenvolvimento integral dos mais pobres socorrendo-os com bens materiais e outros para evitar o isolamento, a discriminação, e outras formas de exclusão (...) ¹⁷³. Com o passar dos anos e depois de vários acordos surgem os vários serviços prestados à comunidade, como veremos mais adiante, que foram sofrendo alterações e até desaparecendo.

A Cáritas Diocesana de Évora é constituída por três órgãos directivos: a Direcção (com o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro e os vogais), o Conselho Fiscal (com o Presidente e dois vogais) e a Assembleia Diocesana (com a Direcção, os representantes das comissões ou grupos da Arquidiocese de Évora e os responsáveis dos sectores ou Departamento da Cáritas Diocesana de Évora) ¹⁷⁴.

Actualmente, esta Instituição de solidariedade social tem como projectos realizados: o *Prodese* e o *Price*, projectos de Luta Contra a Pobreza; e como projectos em execução: o *ACIME* (Alto Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas) ¹⁷⁵, no Centro Local de Apoio ao Imigrante com o objectivo de acolher, informar e encaminhar os imigrantes na resolução dos seus problemas específicos ¹⁷⁶; o *Projecto de Acção Social "Actos/2000"* (referido nesta dissertação) e o *Programa de Apoio à Família* ¹⁷⁷. Portanto, conclui-se que a Cáritas de Évora actua no combate à pobreza e exclusão social. No entanto, apesar de ser um ponto de partida, é necessário muito mais do que projectos para conseguir chegar a todas as formas de pobreza existentes e que se agudizam com a crise. O projecto "Actos/2000", como veremos mais adiante, pretende dar apoio à população menos favorecida (que a procura) ao nível da alimentação, medicamentos, pagamento de dívidas, entre outras. Porém, devido a recursos financeiros limitados, poderá não conseguir solucionar todos os problemas dos seus utentes.

¹⁷³ Informação em url: <http://www.Cáritas.pt/evora/noticia.asp?caritaid=9¬iciaid=167> [consultada em 29 de Maio de 2011]

¹⁷⁴ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

¹⁷⁵ Informação em url: <http://www.caritas.pt/evora/seccao2.asp?caritaid=9&seccao2id=122> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

¹⁷⁶ Informação em url: <http://www.caritas.pt/evora/noticia.asp?caritaid=9¬iciaid=301> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

¹⁷⁷ Blog do Núcleo Distrital de Évora da REAPN: Rede Viva – *Cáritas Diocesana de Évora*, 2006. Disponível em url: <http://redeviva.blogspot.pt/2006/06/critas-diocesana-de-vora.html> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

4.2 – As fontes de financiamento

De acordo com a informação constante no primeiro relatório trimestral da Cáritas (Julho, Agosto e Setembro de 2000), “os contributos da comunidade para o funcionamento da Caritas são insuficientes, dada a dimensão actual da Instituição, razão porque esta tem vivido do resultado de Acordos de Cooperação com o Estado”, no entanto, é defendido que “não é esse a forma mais adequada de actuar a Caritas, ou seja, a Caridade”. Assim, as fontes de financiamento da Instituição são a ajuda da Comunidade Cristã e de todas as pessoas através de campanhas de donativos, a participação dos seus utentes e os acordos de Cooperação com o Estado, Fundações e outros.

O Protocolo de Colaboração assinado, em 22 de Setembro de 2000, entre a Fundação Eugénio de Almeida e a Caritas pretende desenvolver a actividade de *Atendimento Social* às famílias mais carenciadas da cidade de Évora e de algumas Paróquias Rurais da Diocese e visa, essencialmente, dois objectivos¹⁷⁸:

- Por parte da Fundação Eugénio de Almeida, o alargamento e aprofundamento da sua intervenção dirigida aos estratos mais carenciados da população e assegurar os apoios adequados tendo em vista a justiça e equidade social¹⁷⁹. Portanto, considera como apoios prioritários aqueles que garantirem a protecção das famílias em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, bem como a promoção da saúde, medidas de ajuda a pessoas em risco ou em situação de exclusão social e com problemas habitacionais¹⁸⁰.

- Por parte da Caritas Diocesana de Évora, a animação, dinamização e apoio ao sector sócio-caritativo nas diversas Paróquias da Diocese¹⁸¹.

¹⁷⁸ Informação retirada do relatório trimestral (Outubro, Novembro e Dezembro de 2000) elaborado pela Caritas Diocesana de Évora.

¹⁷⁹ Texto do Protocolo, parágrafo 2.

¹⁸⁰ Texto do Protocolo, cláusula II)

¹⁸¹ Informação retirada do relatório trimestral (Outubro, Novembro e Dezembro de 2000) elaborado pela Caritas Diocesana de Évora.

Para que este Protocolo seja conseguido, foi elaborado o Projecto de Parceria “Actos/2000” que pretende, através da articulação de meios humanos e financeiros no âmbito do sector sócio caritativo da Diocese, um atendimento às pessoas que a ele recorrem. Ou seja, através de uma actuação em “rede” (entre todos os Agentes, Técnicos e Voluntários que actuam no âmbito do “Atendimento Social”), a Instituição pretende conseguir um melhor conhecimento da realidade da pobreza e tendo em vista a sua erradicação ou minimização.

Para que a Caritas possa dar conta, à Fundação Eugénio de Almeida, do trabalho que realiza são elaborados relatórios trimestrais e anuais (estes últimos só começam a ser elaborados a partir do ano 2002).

4.3 – Serviços prestados à comunidade, organização e funcionamento

Para que possa colocar em prática ao apoio aos mais desfavorecidos, a Cáritas Diocesana de Évora, tem vários serviços em funcionamento:

- O atendimento social, onde é dado apoio às famílias em situação de crise ou de desfavorecimento social;

- O apoio domiciliário que presta diversos serviços a pessoas idosas ou dependentes no seu próprio domicílio;

- O centro de actividades de tempos livres (ATL) que desenvolve actividades de complemento curricular a jovens dos 10 aos 16 anos;

- A comunidade terapêutica/apartamentos de reinserção que visam a recuperação de homens e mulheres com problemas de toxicodependência e alcoolismo;

- O apoio social a emigrantes que através do CLAII (Centro Local de Apoio e Integração de Imigrantes) ensina a Língua Portuguesa e presta apoio à legalização e integração de cidadãos imigrantes;

- A acção social paroquial que, enquanto organização de âmbito Diocesano, a Cáritas não actua apenas através da sua sede, mas procura ir ao encontro de quem mais precisa nas respectivas paróquias, onde tem a funcionar o projecto de acção social “Actos/2000” no qual se encontram envolvidas nove paróquias da cidade de Évora e oitenta e três espalhadas por toda a Diocese;

- A creche que pretende intervir junto da infância com um projecto educativo que seja um contributo válido ao nível da educação centrada em valores e promotora de um desenvolvimento humano integral¹⁸².

¹⁸² Informação em url: <http://www.caritas.pt/evora/noticia.asp?caritaid=9¬iciaid=222> [consultado a 17 de Outubro de 2011]

A Cáritas Diocesana de Évora divide-se em zonas de atendimento: centro sul, oeste, leste e pólo diocesano (Cáritas). As três primeiras zonas referidas possuem os seus respectivos pólos (actualmente são 22, dentro e fora de Évora), paróquias, técnicos responsáveis e colaboradores voluntários (que têm formação para tal, dada pela Cáritas). Já o pólo diocesano é considerado supletivo, pois funciona para as pessoas que não têm pólos onde residem.

A Caritas tem como parcerias institucionais: a Câmara Municipal de Évora, o Instituto de Segurança Social (Centro Distrital de Évora), o Instituto Português da Juventude, o Centro de Emprego de Évora, as Paróquias, o Hospital do Espírito Santo, a Fundação Eugénio de Almeida, a Fundação Frei Eurico de Melo, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes, a Cáritas Portuguesa, a Cáritas Internacional e participa na Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal¹⁸³.

¹⁸³ Blog do Núcleo Distrital de Évora da REAPN: Rede Viva – *Cáritas Diocesana de Évora*, 2006. Disponível em url: <http://redeviva.blogspot.pt/2006/06/critas-diocesana-de-vora.html> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

Parte 2

Cap. 5 – A Instituição em acção (2000 – 2010)

5.1 – Zonas de atendimento e os respectivos pólos: organização geográfica e recursos humanos

Pelo seguinte quadro, presente no relatório anual de 2010 da Cáritas, pode compreender-se como funciona o atendimento social e a sua abrangência:

Zona Pastoral	Pólos	Paróquias abrangidas	Técnicos responsáveis	Colaboradores voluntários
Centro Sul	Santo Antão	Santo Antão e Graça do Divor	Nomes dos técnicos de serviço social da Cáritas Diocesana de Évora (distribuídos por paróquias; um técnico pode ser responsável por várias paróquias).	4
	São Brás	S. Brás, Srª da Boa Esperança e Torre de Coelheiros		5
	S. Mamede	S. Mamede		2
	S. Pedro	S. Pedro e Srª de Guadalupe		3
	Sé - Srª do Carmo	Sé		3
	Srª Auxiliadora	Srª Auxiliadora		4
	Srª de Fátima	Srª de Fátima, Igreja e S. Manços		3
	Srª da Saúde	Srª da Saúde		4
	Srª da Tourega	Srª da Tourega e São Brás do Regedouro		4
	Portel	Portel, Alqueva, Amieira, Monte do Trigo, Santana e Vera Cruz		5
Oeste	Avis	Avis, Alcárrego, Benavila e Maranhão		2
	Coruche	Srª dos Castelos, São João Batista (...)		2
	Montemor	Srª da Vila, Srª do Bispo (...)		3
	Vendas Novas	São Domingos Sávio, Sto António		3
	Alandroal	Srª da Conceição, Montejuntos (...)		2
Leste	Elvas	Boa Fé, Sta Luzia, Srª da Assunção (...)		1
	Estremoz	Sto André, Arcos (...)		1
	Monforte	Monforte, Assumar, Sto Aleixo (...)		2
	Redondo	Redondo, Montoito, Aldeias de Montoito, Sta Susana (...)		5
	Sousel	Sousel, Sto Amaro, Casa Branca, Fronteira (...)		3
	Vila Viçosa	Bencatel, S. Bartolomeu		1
	Supletivo para as paróquias onde não há pólos. Actualmente conta com "Elos" em: Aguiar, Alcáçovas, Arraiolos, Azaruja, Montargil, Mora, Srª de Machede, S. Miguel de Machede, Boa Fé, S. Sebastião da Giesteira, Viana do Alentejo			
Total	22	94	4	73

Figura 2 – Pólos de Atendimento Social de Proximidade e a sua abrangência (Cáritas Diocesana de Évora)

De acordo com o relatório da Cáritas, do ano 2008, com o objectivo de alargar o âmbito de intervenção do Projecto, mas na impossibilidade de se aumentar o número de Pólos, em 2008 foi introduzida uma alteração no que respeita à dinâmica do projecto: foram criados os ELOS (representam Paróquias onde não há Pólo a funcionar)¹⁸⁴. Estes têm o papel de mediadores entre as respectivas comunidades paroquiais e os técnicos do Projecto e, assim, sinalizar e encaminhar situações de extrema pobreza que aí possam existir.

Assim, quantificando os recursos humanos da Instituição¹⁸⁵: tem 5 técnicos de serviço social, 2 sociólogos, 2 psicólogos, 1 animador social, 1 médico/enfermeiro, 1 contabilista, 2 administrativos e 57 auxiliares.

Quanto ao funcionamento das equipas paroquiais, foram fixados os horários de atendimento e da reunião mensal com a técnica de serviço social da Cáritas para o acompanhamento do trabalho realizado. No entanto, a maioria das equipas paroquiais de acção social optou por fazer atendimento duas vezes por mês. Numa das vezes contam com a presença da técnica de serviço social que ajuda a equipa a encontrar a forma mais adequada de intervir em cada situação apresentada. Esta técnica de serviço social acompanha o atendimento, faz visitas domiciliárias para melhor conhecimento das situações, e reúne com a equipa para reflexão sobre o trabalho realizado durante o mês¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Informação retirada do relatório anual de 2008 elaborado pela Cáritas Diocesana de Évora.

¹⁸⁵ Blog do Núcleo Distrital de Évora da REAPN: Rede Viva – *Cáritas Diocesana de Évora*, 2006. Disponível em url: <http://redeviva.blogspot.pt/2006/06/critas-diocesana-de-vora.html> [consultado a 10 de Agosto de 2012]

¹⁸⁶ Informação retirada do relatório trimestral (Outubro, Novembro e Dezembro de 2000) elaborado pela Caritas Diocesana de Évora.

5.2 – Subsídios de carência e subsídios de emergência: uma assistência diferenciada conforme o tipo de pobreza

Os apoios são divididos, dependendo da finalidade, em subsídios de carência para indivíduos em situação de pobreza tipo estrutural (por exemplo, concedidos a idosos com doença crónica); e emergência para indivíduos em situação de pobreza tipo conjuntural (por exemplo, concedidos em situação de desemprego, divórcio, etc.). São atribuídos através de subsídios directos (às famílias) e do fundo de maneio (para os Pólos). Na altura natalícia, a Instituição atribui alguns “Cabazes de Natal” às famílias carenciadas que procuram o apoio desta.

O esquema seguinte ajuda a compreender a diferença entre os subsídios atribuídos:

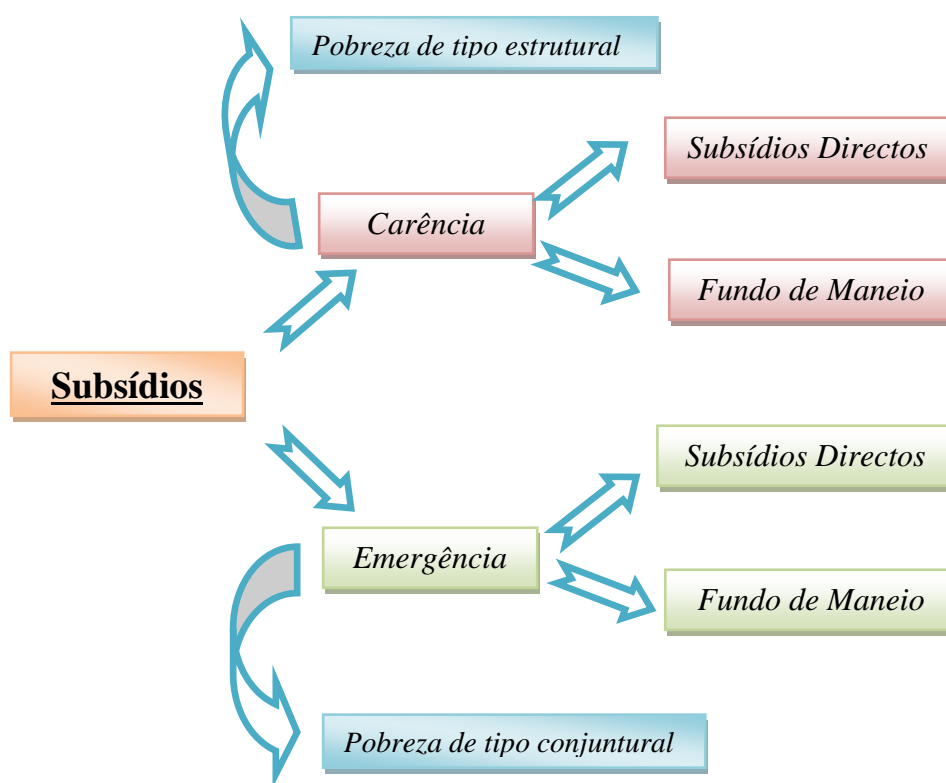


Figura 3 – Distribuição segundo o número e valor dos apoios concedidos por pólo no ano¹⁸⁷

¹⁸⁷ Criação da autora.

5.3 – O universo social dos assistidos e problemas socioeconómicos dominantes

Para que sejam concedidos os apoios é necessário conhecer o universo social dos assistidos. Isto é feito de duas formas: através de uma “ficha de inscrição” onde constam as características/situação, bem como os pedidos feitos pelos indivíduos; e/ou através do acompanhamento dos casos por parte dos técnicos do atendimento social. A Fundação Eugénio de Almeida também reencaminha casos para a Cáritas Diocesana de Évora.

Numa análise geral dos relatórios da Instituição, verifica-se que a população apoiada, independentemente do Pólo de atendimento, é caracterizada por baixa escolaridade ou mesmo analfabetismo; baixos rendimentos; forte incidência de problemas de saúde; desemprego ou emprego precário; carências habitacionais; e outros problemas a vários níveis que reclamam a uma intervenção de âmbito sócio-caritativo como a desestruturação pessoal, monoparentalidade, desestruturação familiar, endividamento, solidão/isolamento, carência e/ou más condições de habitação, violência familiar, minorias étnicas, sem abrigo, mãe adolescente, criança em risco e ilegalidade.

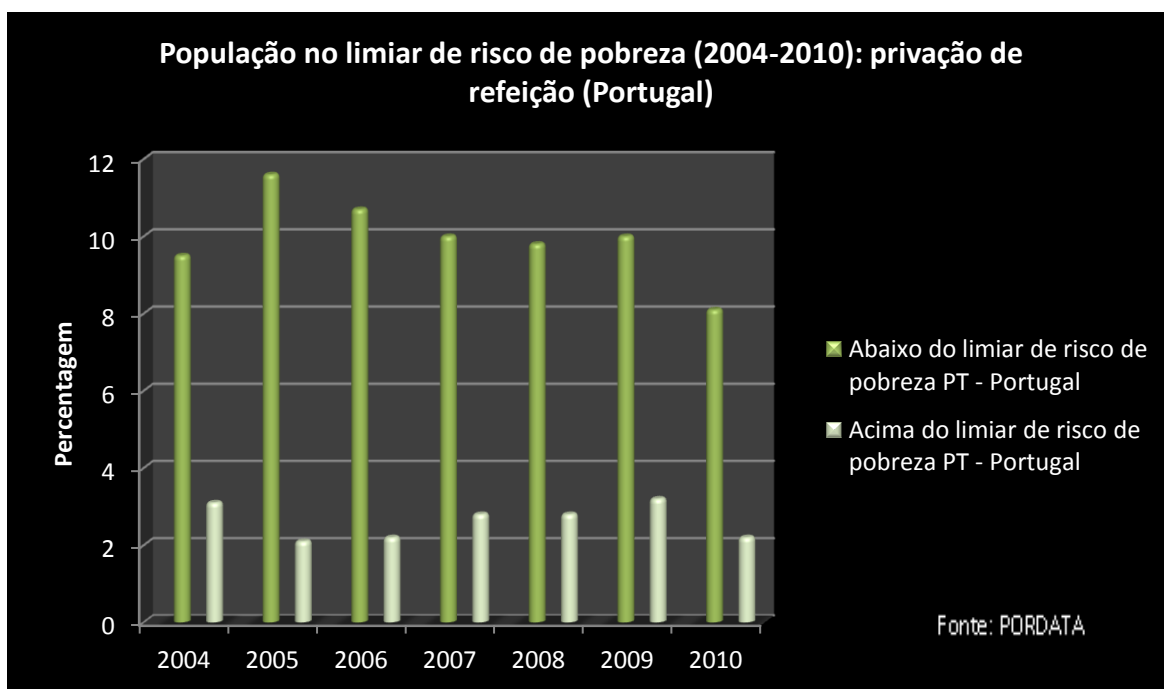
Portanto, a Instituição tem diversas formas de assistência como ajudas técnicas, atribuição de alimentos, despesas domésticas/alojamento, apoio a crianças e estudantes, despesas de saúde, pagamento de dívidas, documentação e atribuição de medicamentos – estas são as que verificam mais “procura”. Existem, ainda, os apoios esporádicos como arranjos de automóveis, compra de óculos e próteses dentárias, pagamento de seguro de automóvel, transportes e vestuário/calçado, entre outros. O próximo ponto, desta dissertação, irá aprofundar mais estes dados.

5.4 – As diversas formas de assistência

Tendo em conta que estamos cada vez mais perante um aumento das situações de pobreza, ou seja, uma “situação de privação resultante da falta de recursos”¹⁸⁸, a escolha dos seguintes indicadores parece-me pertinente para compreender a análise da actuação da Cáritas.

O gráfico seguinte ilustra a situação da população no limiar da pobreza (limite abaixo do qual se considera um rendimento baixo em comparação com o rendimento de outros residentes no país, não implicando necessariamente uma situação de pobreza)¹⁸⁹ no que concerne à privação de refeições/alimentos (a população sem capacidade para assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias) em Portugal:

Gráfico 1 - População no limiar de risco de pobreza (2004-2010): privação de refeição (Portugal)



Apesar de o ano 2005 verificar o valor mais alto (aproximadamente 12%) e de existir uma diminuição significativa nos valores até 2010, é de realçar que este último

¹⁸⁸ COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Coleção Fundação Mário Soares, Gradiva, 1998

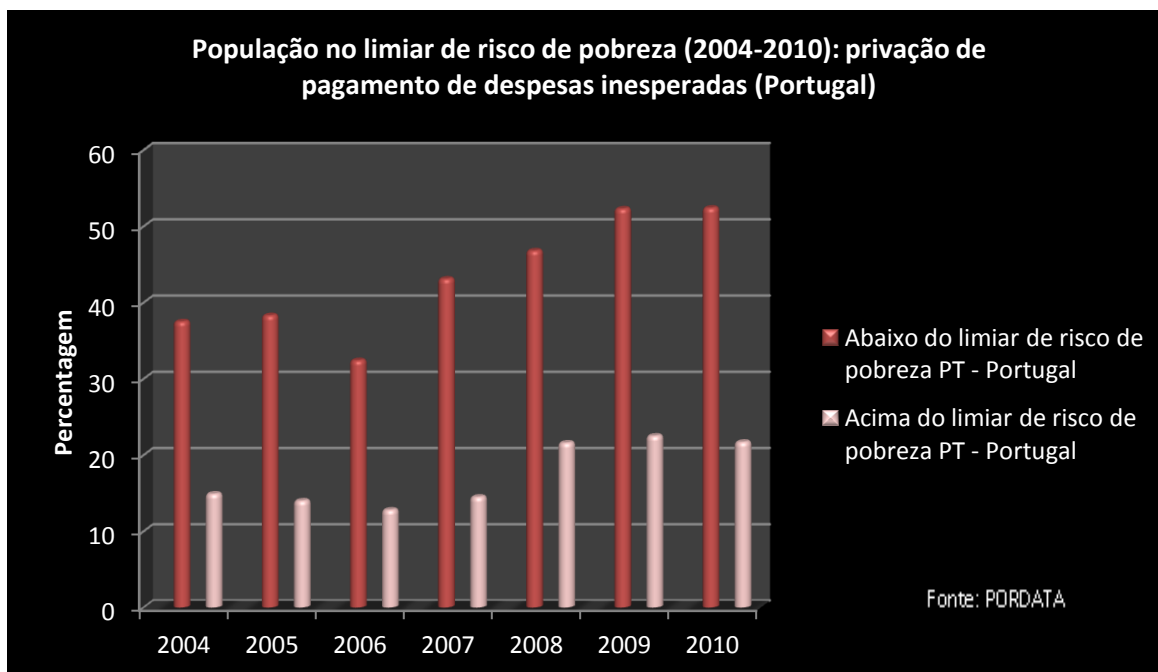
¹⁸⁹ O limiar de risco de pobreza corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente após transferências sociais.

ano ainda regista 8% da população com um rendimento baixo quando comparado com o rendimento de outros indivíduos no país. No entanto, isto não quer dizer, que esta parte da população se encontra numa situação de pobreza. Constata-se, também, que a população que vive acima do limiar de risco de pobreza ronda os 2% e 3%, logo, não registando grandes diferenças ao longo dos anos em causa.

Mas, não é só ao nível da alimentação que a população releva carências, mas sim, também, no pagamento de despesas esperadas/inesperadas.

Pela análise do gráfico seguinte (2) constata-se (de 2004 a 2010) um aumento por parte da população que vivia abaixo do limiar de risco de pobreza (de 40% para 50%), isto é, existem cada vez mais famílias sem capacidade financeira para pagar, por exemplo, a renda da casa (despesa esperada) ou despesas na saúde (inesperada). Esta pode ser uma das razões que leva à procura da ajuda caritativa da Cáritas e que poderá vir a agravar-se com o momento de crise que o país atravessa.

Gráfico 2 – População no limiar de risco de pobreza (2004-2010): privação de pagamento de despesas inesperadas (Portugal)



Portanto, conclui-se que as famílias estão a ter, cada vez mais, dificuldades em fazer face às despesas do dia-a-dia. Mas o que se entende por “família”? É difícil

chegar a um consenso sobre a definição de família e usa-se a palavra nas várias acepções do termo. Quando se diz, por exemplo: “vou para ao pé da minha família”, não tem a mesma acepção que a família que se encontra nos casamentos ou outros acontecimentos.

Sobre o conceito, no entanto, existem várias abordagens por parte de alguns autores como Anthony Giddens que caracteriza a família como um grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, casamento ou adopção que formam uma unidade económica¹⁹⁰; e Joan Adous que a considera como uma unidade residencial, íntima de pessoas unidas por mútuo consentimento, sangue ou adopção pressupondo-se uma duração relativamente longa para o grupo e economicamente independente¹⁹¹, ou seja, prevê-se que os indivíduos que a constituem tenham algum tipo de rendimento. Portanto, pode descrever-se como sendo um grupo caracterizado pela coabitação, cooperação, parentalidade e relações familiares/domésticas.

Para vários autores, podem, assim, definir-se oito tipos de famílias¹⁹² que assumem mais, ou menos, importância consoante épocas, mudanças sociais e, conseqüentemente, mentalidades¹⁹³: famílias monoparentais, adoptivas, de acolhimento ou temporárias, as uniões homossexuais, as famílias comunitárias, as famílias unipessoais/mononucleares/monoresidentes/vidas a solo, as institucionais e os indivíduos “sem-família”.

Assim, o número de famílias, representado no gráfico 3, representa aquelas que foram apoiadas pela Instituição, ao longo da última década, bem como o número de apoios concedidos às mesmas.

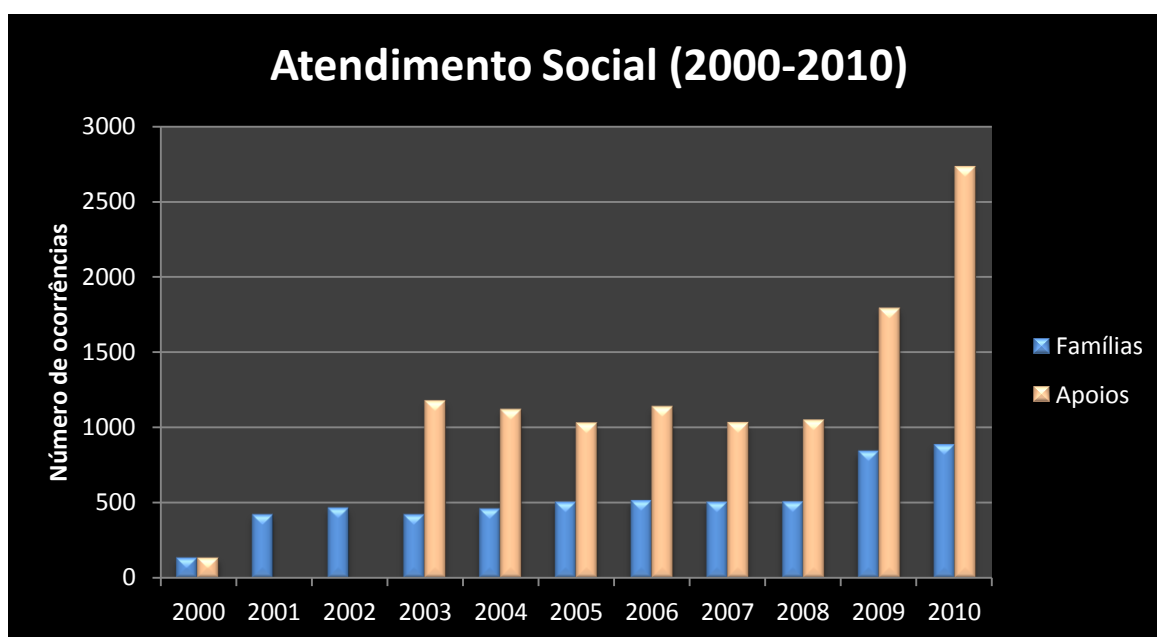
¹⁹⁰ Informação retirada da matéria leccionada na unidade curricular “Sociologia da Família”, no ano lectivo 2009/2010, pela docente Rosalina Costa, do curso de Sociologia. [Não publicada]

¹⁹¹ Idem

¹⁹² A enumeração que é feita para a descrição das famílias não implica que tenha mais ou menos importância.

¹⁹³ Informação retirada da matéria leccionada na unidade curricular “Sociologia da Família”, no ano lectivo 2009/2010, pela docente Rosalina Costa, do curso de Sociologia. [Não publicada]

Gráfico 3 – Atendimento Social (2000-2010) na Cáritas Diocesana de Évora



Verifica-se que, no ano 2000, o número de famílias e apoios concedidos repetem os mesmos valores (aproximadamente 140). De 2001 a 2008¹⁹⁴, o número de famílias apoiadas pela Cáritas registou valores semelhantes (500 famílias), enquanto os apoios concedidos registam valores na ordem dos 1000 a 1500, não se verificando grande diferença ao longo dos anos referidos.

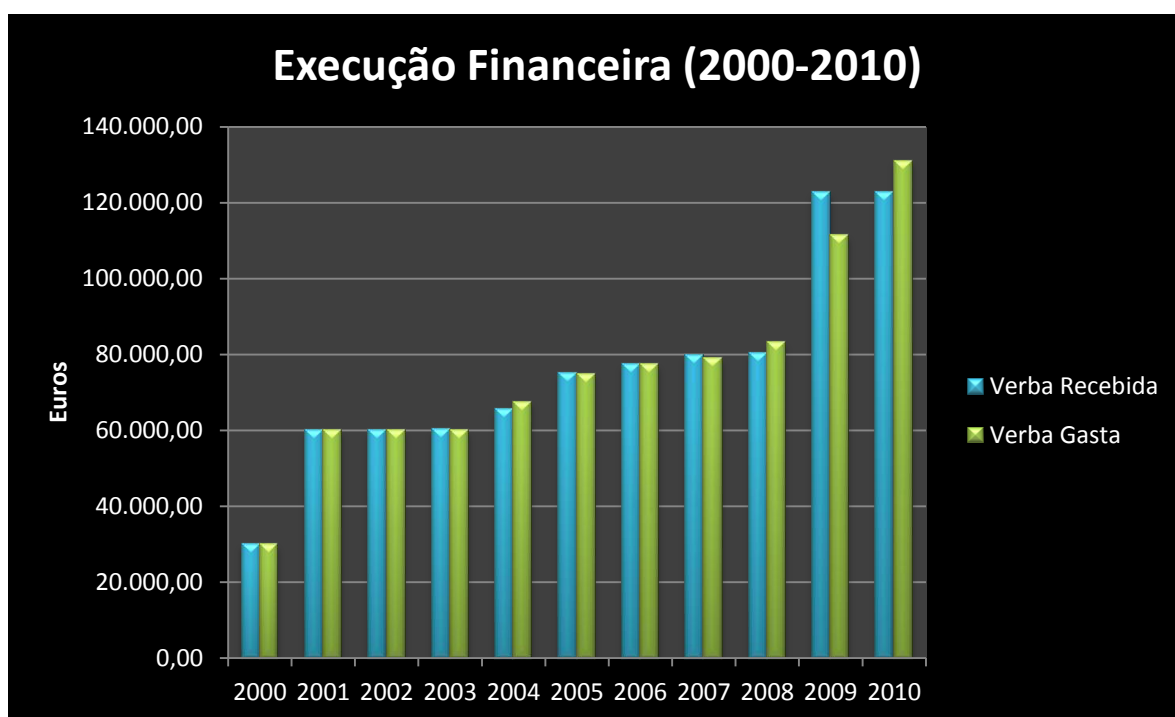
É de salientar que os anos 2009 e 2010 são os que verificam aumento no número de famílias e apoios concedidos, ou seja, em 2009 foram auxiliadas 840 famílias e concedidos 1.793 apoios; já em 2010 foram auxiliadas 884 famílias e 2.732 apoios. Este aumento pode ser explicado “pelo facto das mesmas pessoas recorrerem mais vezes ao atendimento e de, necessariamente os contributos da Instituição serem menores, a fim de contemplar maior número de solicitações”¹⁹⁵, ou seja, devido aos parâmetros de elegibilidade que Instituições deste tipo executam, nem todos os apoios que são pedidos pela população são concretizados devido a constrangimentos de vária ordem, por exemplo, a Cáritas tem um orçamento limitado, logo terá que racionar os apoios.

¹⁹⁴ Nos anos 2001 e 2002 não existe, nos relatórios da Cáritas, registo do número de apoios concedidos.

¹⁹⁵ Informação retirada do relatório anual de 2010 elaborado pela Caritas Diocesana de Évora.

Logo, constata-se (gráfico 4) que o número de apoios acompanha os valores da verba gasta, isto é, à medida que a verba recebida aumenta, o número de apoios concedidos também aumenta. No entanto, isto não quer dizer que aumenta o valor do apoio dado às famílias mas, sim, como referido, pelo facto de as mesmas pessoas recorrerem mais vezes ao atendimento e os apoios da Instituição serem menores para abranger mais gente.

Gráfico 4 – Execução financeira da Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)



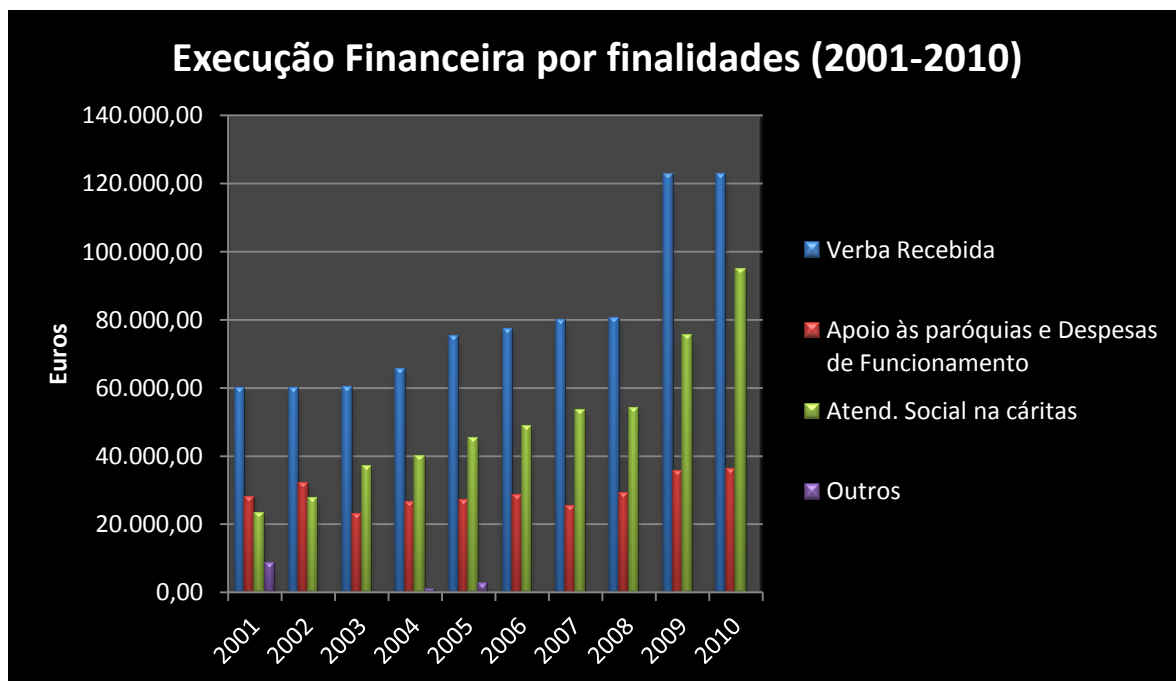
A Fundação Eugénio de Almeida envia, trimestralmente, verbas (verba recebida) que permitem à Cáritas dar apoio às paróquias e nas despesas de funcionamento, bem como no Atendimento Social (verba gasta), representado no gráfico 3, que pretende dar apoio às famílias em situação de crise ou desfavorecimento social¹⁹⁶.

Pela leitura do gráfico 4, conclui-se que o valor da verba recebida aumenta ao longo dos anos em estudo (2000-2010). Tendo, apenas, nos anos 2004, 2008 e 2010, verificado um saldo negativo, isto é, a Instituição aplicou mais verba do que aquela que

¹⁹⁶ Texto do folheto informativo da Cáritas Diocesana de Évora.

recebeu. No entanto, a Cáritas explica que, no ano 2004, se verificou uma excepção numa situação de apoio¹⁹⁷; e que, em 2010, o saldo negativo não é preocupante¹⁹⁸ devido ao saldo positivo registado no ano 2009 que transita para o ano seguinte e pode ser utilizado.

Gráfico 5 – Execução financeira da Cáritas Diocesana de Évora, por finalidades (2001-2010)



Como se verifica, pelo gráfico 5, apenas nos anos 2001 e 2002 se regista maior verba gasta em “subsídios de fundo de manei”, isto é, despesas com secretariado e com formação, os apoios que foram directamente atribuídos às paróquias e destinados a: compra de algum equipamento indispensável ao funcionamento das equipas, tranches de fundo manei para o atendimento social realizado nas paróquias, comparticipação nos cabazes de natal; enquanto nos restantes anos se verifica maior aplicação no Atendimento Social em que o apoio às famílias é cedido em bens materiais ou monetários (gráfico 6), considerados como “subsídios directos”¹⁹⁹. Esta situação pode ser explicada pelo facto de os anos 2001 e 2002 terem sido os do início do Projecto “Actos/2000”, logo, houve preocupação em formar recursos humanos

¹⁹⁷ Texto do relatório anual, da Cáritas Diocesana de Évora, do ano 2004.

¹⁹⁸ Texto do relatório anual, da Cáritas Diocesana de Évora, do ano 2010.

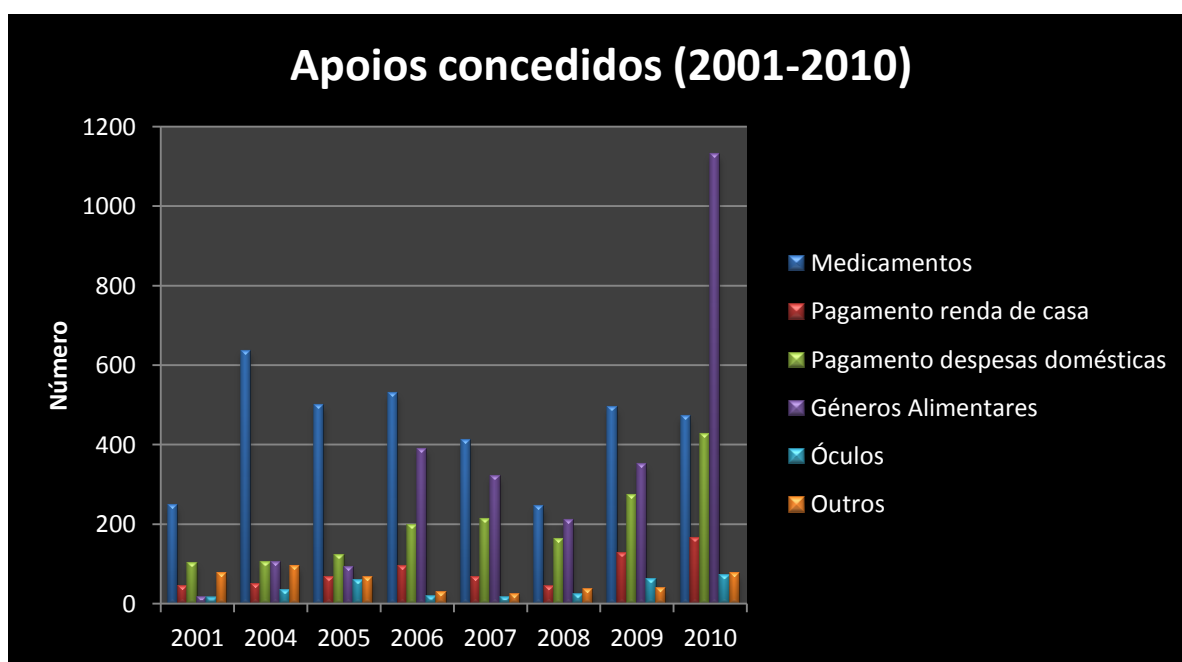
¹⁹⁹ Texto do relatório anual, da Cáritas Diocesana de Évora, do ano 2008.

para colaborar no mencionado projecto e investimento material nas várias paróquias, para o projecto chegasse ao maior número de paróquias possíveis e, assim, abranger o maior número de pessoas carenciadas. No fundo, a Instituição pretende, através da caridade e da solidariedade social (fazer boas obras; dar sem pedir nada em troca) e dos limitados fundos monetários que tem proporcionar o apoio e bem-estar social ao máximo número de indivíduos que a procuram.

No ano 2009, devido ao aumento dos apoios concedidos às famílias, bem como da verba recebida da Fundação Eugénio de Almeida, a Cáritas dividiu os subsídios em *subsídios de emergência* que são atribuídos, por exemplo, numa situação de desemprego ou divórcio; e de *carência* que são atribuídos por exemplo, aos idosos com doença crónica. Os primeiros dizem respeito à pobreza de tipo conjuntural e os segundos à pobreza de tipo estrutural (Figura 4).

Para que a Cáritas consiga adquirir os bens materiais tem contrato com um minimercado, uma farmácia e uma óptica que fornecem, mediante requisição, os artigos solicitados²⁰⁰. O gráfico seguinte ilustra os tipos de apoios que são cedidos:

Gráfico 6 – Tipos de apoios concedidos (2001-2010) na Cáritas Diocesana de Évora



²⁰⁰ Texto do relatório anual, da Cáritas Diocesana de Évora, do ano 2001.

No gráfico 6 é de salientar que, de 2001 a 2009, os apoios que predominam são os medicamentos (entre 200 e 600 apoios), apesar de a maioria das pessoas não ter problemas de saúde, existem 400 a 500 pessoas com doença crónica ou psíquica (gráfico 18); enquanto no ano 2010 os géneros alimentares prevalecem em grande número (aproximadamente 1200 apoios).

Esta alteração de situação pode dever-se à conjuntura desfavorável que o país atravessa e que leva a que muitas famílias/pessoas que, anteriormente, já se encontravam em situação de pobreza, vejam acentuada a sua condição, e, também, ao aparecimento de novas situações de pobreza – os “novos pobres”. Estes são pessoas que eram consideradas ricas ou que tinham uma vida estável e que, por alguma razão (por exemplo, o desemprego aliado à facilidade de concessão de crédito ou aos cartões de crédito), viram a situação modificar-se ficando expostos à pobreza, a não conseguirem satisfazer as necessidades e fazer face a variadas despesas: esperadas/inesperadas (gráfico 2).

Poderemos, ainda, relacionar esta situação com o aluguer das casas. Cada vez mais, a renda da casa é elevada, o que aliada a outras despesas, poderá tornar-se insuportável. Se este nível de crise permanecer, onde o pleno emprego já não se encontra garantido, bem como o sistema de contribuinte/beneficiário, a existência de novos problemas como o envelhecimento da população, a aceleração dos rácios de dependência, as mudanças nos padrões de estrutura familiar, a já pouca existência de prestação de cuidados sociais e de integração em grupos primários, a constituição de novos territórios suburbanos degradados e os crescentes fluxos imigratórios²⁰¹ iremos, provavelmente, assistir ao aumento de situações de carência e pobreza e, conseqüentemente, ao aumento do número de pedidos de ajuda às Instituições de Solidariedade (mecanismo informal de assistência). Esta situação poderá sobrecarregá-las, levando-as a não conseguir atender a todos, como se verifica no caso da Cáritas Diocesana de Évora (gráfico 3).

²⁰¹ CAPUCHA, Luís, 1957 – “Desafios da pobreza”, 2005, Celta Editora, Oeiras [p. 337-365], Cap. 1: *Sociedade sem pobreza: utopia ou projecto?*

Conclui-se, também, na análise do gráfico 6, que o pagamento de despesas domésticas (água, luz e gás) bem como o pagamento de renda de casa são os apoios mais concedidos, em terceiro e quarto lugar, respectivamente.

No entanto, se os tipos de apoios (gráfico 6) que são mais requisitados são a medicação e alimentação e a maioria dos apoiados possuem casa alugada (gráfico 22), como é que estas famílias pagam a renda da casa? Terá, portanto, que se ter em conta a existência de situações de economia paralela, isto é, as diversas actividades que não são declaradas às autoridades fiscais, logo, não são contabilizadas no Produto Interno Bruto (PIB) do país, como é o caso da agricultura de subsistência, dos serviços trocados entre familiares e amigos, e as actividades ilegais como o jogo ilícito, o comércio ilegal de armas e de droga, a prostituição, entre outras. Segundo um estudo da Universidade de Economia e Gestão do Porto, a economia paralela atingiu, em Portugal, os 25,4 % do Produto Interno Bruto (PIB), em 2011²⁰². Estas situações de economia não registada poderão vir a aumentar devido às medidas de austeridade e ao aumento do número de desempregados.

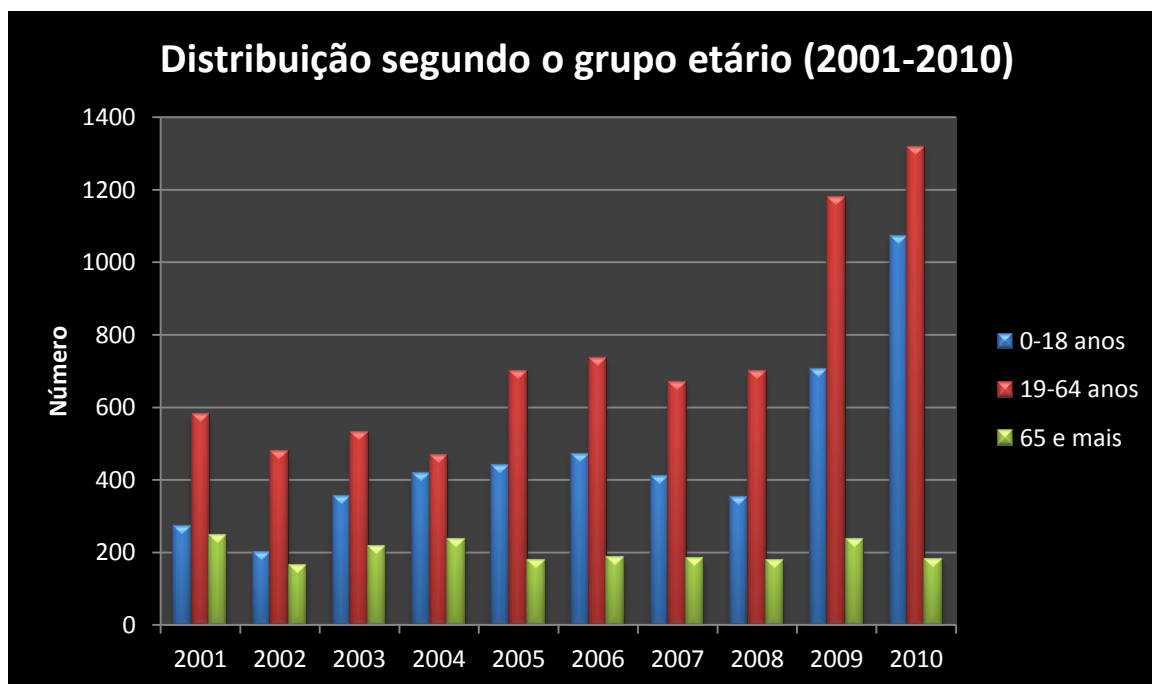
A “ficha de inscrição” realizada aquando do atendimento social regista os dados do carenciado e elabora/organiza os dados por “processos”, logo, isso permite ter um perfil dos indivíduos que a Cáritas de Évora apoia, para que, por exemplo, se existir reincidência de pedidos de apoio pela mesma pessoa/família, seja mais fácil o controlo e decisão. Esta acção remete-nos para a época dos pobres merecedores e não merecedores da Idade Média, mas que, actualmente, continua a ser motivo de preocupação²⁰³. A diferença está em que, antes, o pobre teria que mostrar que era merecedor da ajuda, logo eram-lhe exigidas a fixação num local (habitação) e um emprego (o cumprimento das regras sociais), mas, agora, outros parâmetros se colocam e já existe mais facilidade em obter apoio social, seja por parte do Estado, seja pelas Instituições particulares.

²⁰² SOARES, Rosa. Economia paralela superou os 25% em 2011, 2012. Disponível em url: <http://economia.publico.pt/Noticia/economia-paralela-superou-os-25-em-2011-1562861> [consultado a 14 de Setembro de 2012]

²⁰³ COSTA, Bruto, 1983 – *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, 2008, Gradiva

Os seguintes gráficos (7, 8, 9, 17 e 18) desenham o perfil dos assistidos pela Cáritas Diocesana de Évora.

Gráfico 7 – Distribuição segundo o grupo etário da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)



Pela leitura do gráfico 7, conclui-se que, ao longo da última década, a maioria da população apoiada pela Cáritas encontra-se na idade activa (19-64 anos) aproximadamente, na ordem dos 500 a 800 indivíduos entre os anos 2001 a 2008, e de 1200 a 1300 indivíduos entre os anos 2009 e 2010. Esta situação poderá ser explicada pelo facto de possuírem baixa escolaridade, encontrarem-se numa situação de desemprego ou insuficiência de rendimentos, doença ou reforma (por invalidez, por exemplo), entre outras (gráfico 9). É de salientar que o grupo etário “0-18 anos” também regista, depois dos indivíduos na idade activa, número significativo.

Como Alfredo Bruto da Costa defendeu no seu “retrato da pobreza e exclusão social em Portugal” (um painel de 1995 a 2000 como referência para analisar o ano de 2004)²⁰⁴, os grupos mais representativos entre os pobres são os que se encontram na população activa e os mais vulneráveis são os da população idosa (+ 65 anos) e muito

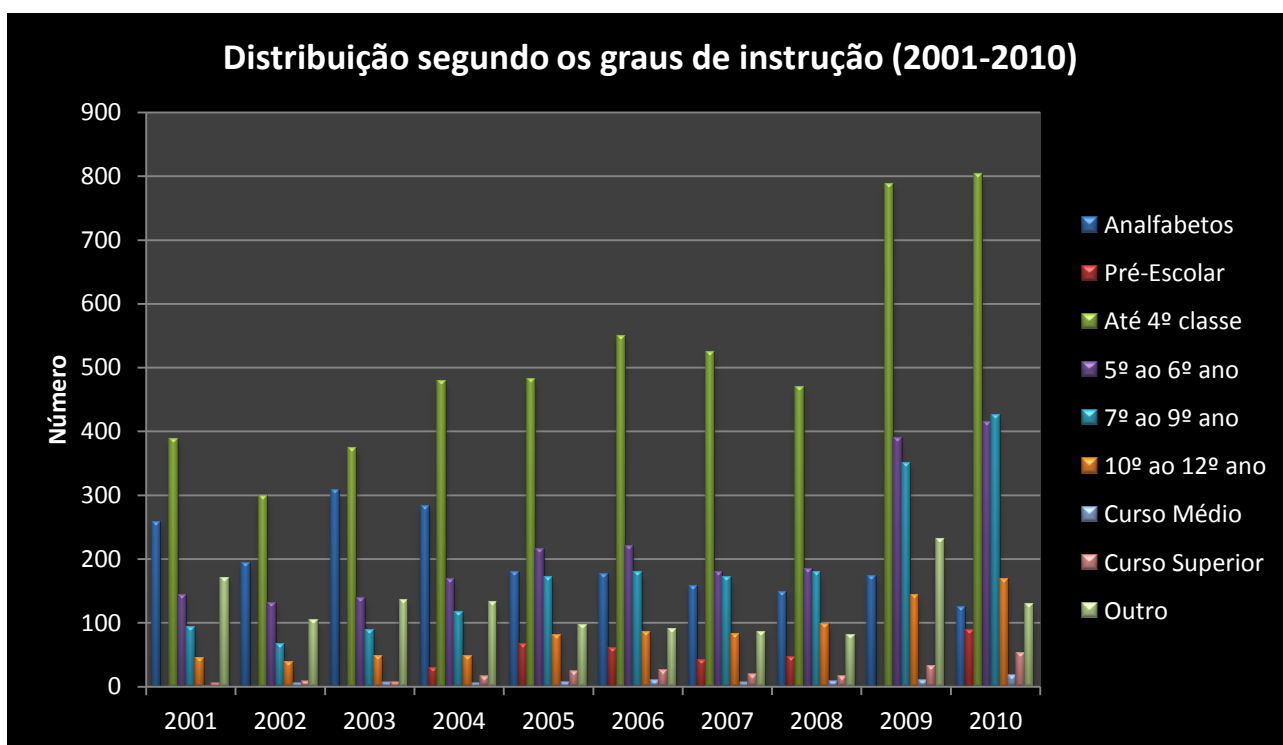
²⁰⁴ Idem

idosa (+ 75 anos) e as crianças e/ou adolescentes (< 17 anos). Considera que as crianças, adolescentes e os idosos se encontram numa situação de vulnerabilidade; e que a estrutura etária da sociedade portuguesa é caracterizada por um decréscimo da população mais jovem e um aumento da população com mais de 65 anos. (Bruto da Costa, 2008)

Outra situação que nos permite fazer o perfil dos assistidos pela Cáritas é o grau de instrução da população. Tal como Maria Carmelita Yazbek (2012) e Alfredo Bruto da Costa (2008) defendem a pobreza não se reduz às privações materiais, esta poderá afectar a personalidade do pobre, pois este não terá acesso aos sistemas geradores de rendimento e ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde e à educação.

Assim, o gráfico seguinte ilustra a situação de escolaridade dos indivíduos apoiados pela Instituição.

Gráfico 8 – Distribuição segundo os graus de instrução (2001-2010) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora

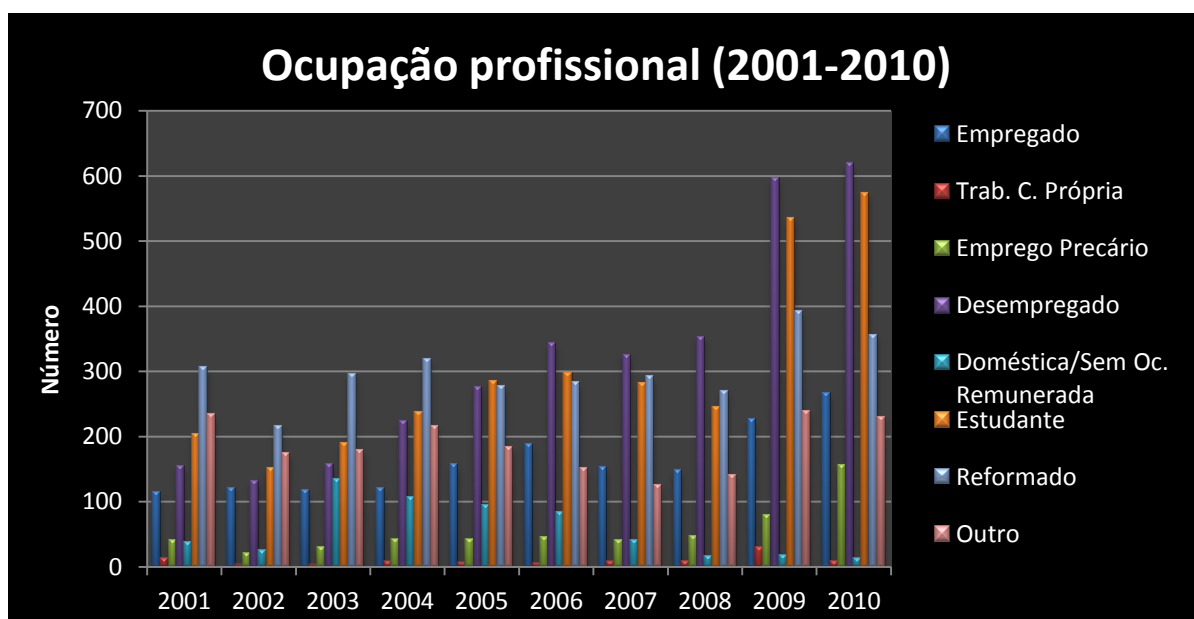


Do gráfico 8 conclui-se que a maioria da população apoiada pela Cáritas possui apenas a 4ª classe (800 indivíduos entre 2009 e 2010). É de destacar, ainda, o número elevado de analfabetos (400 indivíduos entre 2009 e 2010). Portanto, estamos perante uma população com baixos níveis de escolaridade, associada a desemprego ou profissões com pouca visibilidade na sociedade e com baixas remunerações.

Alguns autores defendem que é necessário apostar-se na educação para combater a pobreza. Para Phil Bartle, os factores da pobreza (doença, ignorância, dependência, apatia e desonestidade) quando identificados e agindo sobre eles pode ser, entre outras, uma forma de erradicar a pobreza, pois é importante que os indivíduos estejam informados e tenham conhecimentos para que possam ter o poder (o *empowerment*) (Phil Bartle, 2008).

Como verificado no gráfico anterior (8), predomina o grupo dos indivíduos que possuem a 4ª classe de escolaridade que se encontra associada a profissões com baixos rendimentos ou a situações de desemprego como podemos constatar no gráfico seguinte (9).

Gráfico 9 – Distribuição segundo a ocupação profissional (2001-2010) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora



Assim, verifica-se (gráfico 9) que, de 2001 a 2004 predominam os indivíduos em situação de reforma (entre 200 e 300), enquanto no período de 2006 a 2010 predomina a situação de desemprego (aproximadamente de 300 a 600 pessoas), seguido da situação de estudante (aproximadamente de 200 a 500 pessoas). No ano 2005, verificam-se valores semelhantes nas categorias “desempregado”, “estudante” e “reformado”. As situações de desemprego poderão, entre outras razões, ser explicadas pelo facto de algumas empresas terem encerrado na região (anexo A), ou devido aos baixos rendimentos das famílias poderem condicionar o prosseguimento dos estudos.

É de salientar que existem muitas pessoas reformadas que se encontram na idade activa, ou seja, estão numa situação de reforma e são novos de idade (gráfico 7). Como explicar este fenómeno?

Já que a situação de desemprego é uma das que predomina na população apoiada pela Cáritas, é, assim, relevante que se faça uma análise do desemprego registado em Évora e no Alentejo, nos gráficos seguintes (10 e 11):

Gráfico 10 – Desemprego registado em Évora (2004-2010)

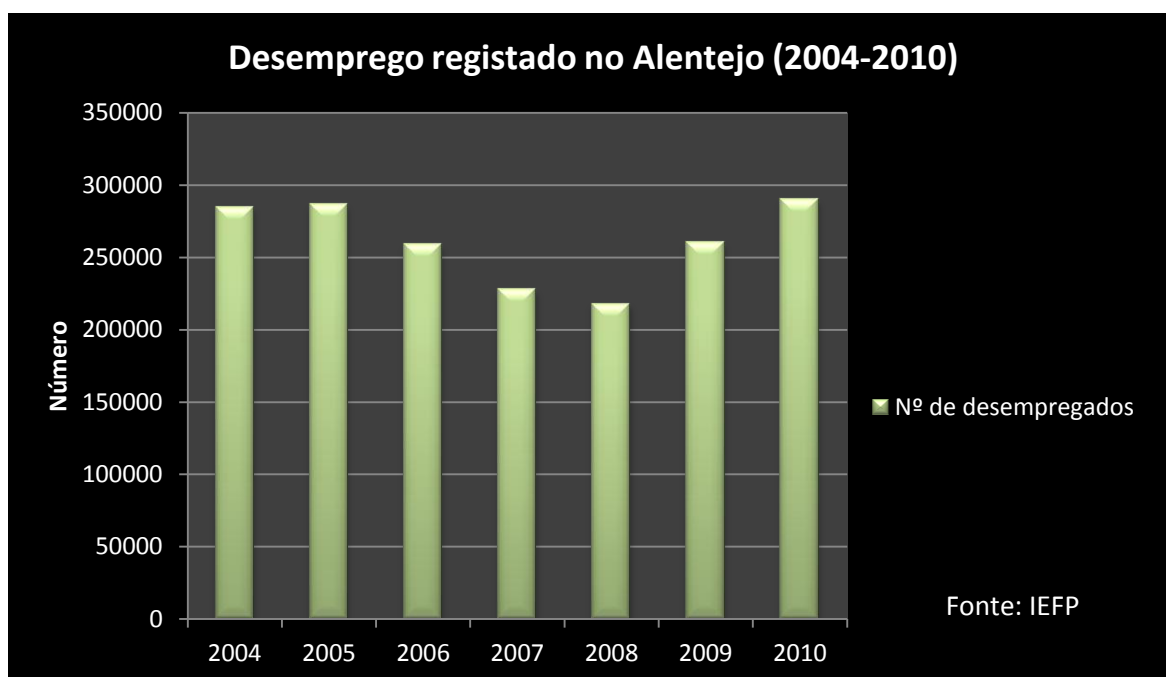


Verifica-se, pelo gráfico 10, que o desemprego registado em Évora não apresenta grandes disparidades nos valores entre 2004 a 2010. No entanto, os anos 2009 e 2010 registam um aumento significativo do número de desempregados,

aproximadamente 30000 pessoas, coincidindo com o aumento dos indivíduos desempregados apoiados pela Cáritas (gráfico 9).

Assim, a situação do Alentejo (gráfico 11) comprova, claramente, a tendência registada em Évora, isto é, verifica-se que o desemprego registado no Alentejo apresenta valores semelhantes de 2004 a 2010 (entre 250000 e 300000 pessoas), embora assinale uma descida significativa nos anos 2007 e 2008.

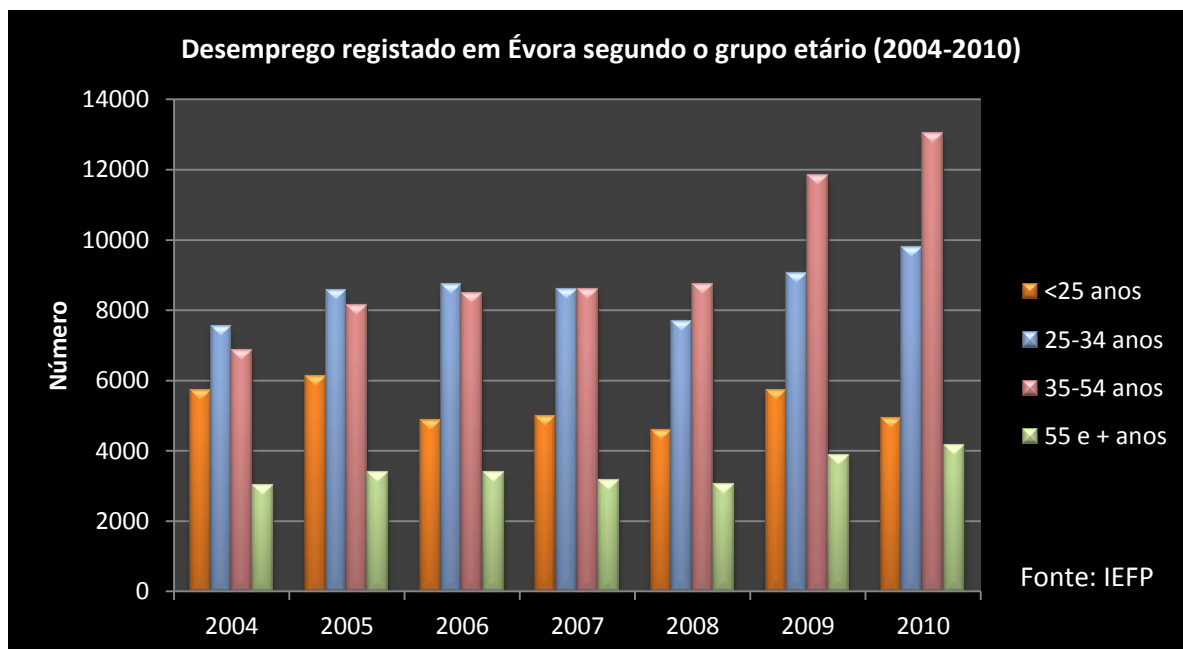
Gráfico 11 – Desemprego registado no Alentejo (2004-2010)



Portanto, os valores referentes ao número de pessoas que não trabalham (gráfico 9) podem ser explicados pelas situações de desemprego ou por situações de reforma.

Nos gráficos 7 e 9 verificou-se que a maioria da população apoiada pela Cáritas se encontrava reformada ou desempregada na idade activa. Os gráficos seguintes (12 e 13) permitem perceber se se comprova essa tendência em Évora e no Alentejo:

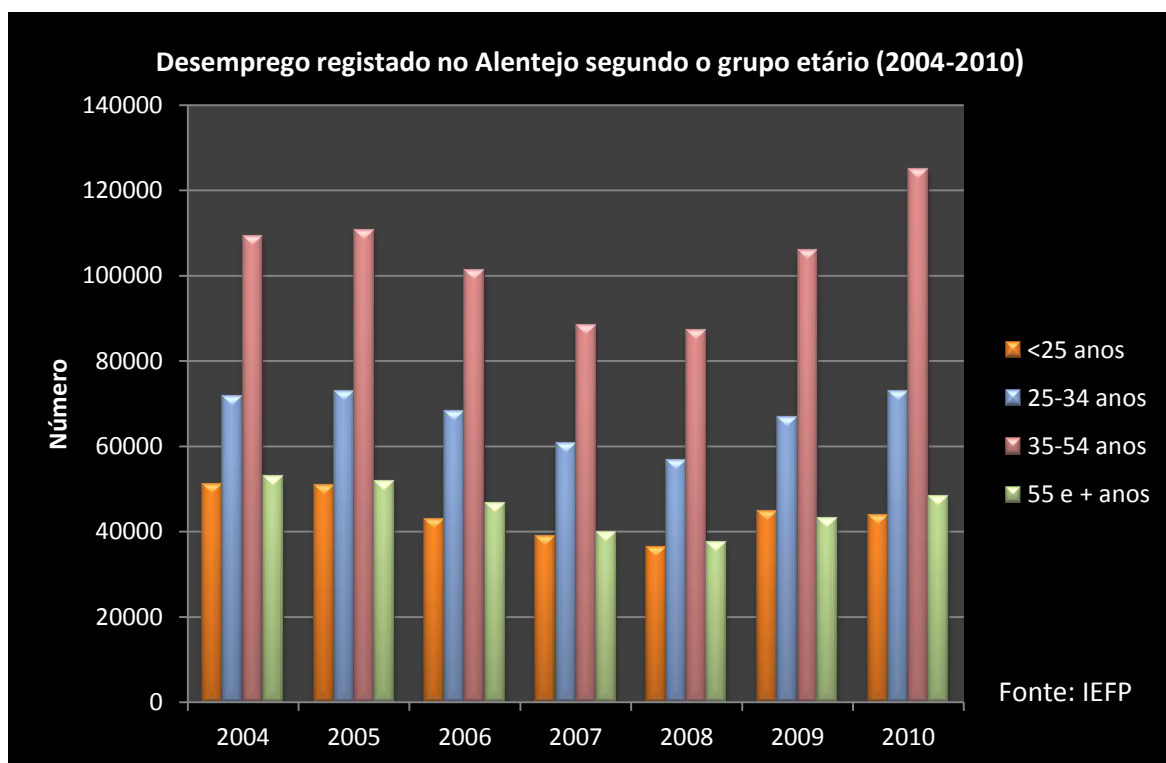
Gráfico 12 – Desemprego registado em Évora segundo o grupo etário (2004-2010)



Verifica-se, pelo gráfico 12, que o desemprego registado em Évora, segundo o grupo etário, regista valores semelhantes, entre 2004 a 2008, nos grupos etários “25-34 anos” e “35-54 anos”. No entanto, os anos 2009 e 2010 verificam um aumento significativo do número de desempregados no grupo etário “35-54 anos”, entre 12000 e 13000 pessoas.

Assim, a situação do Alentejo (gráfico 13) comprova a tendência assinalada em Évora, ou seja, verifica-se que o desemprego registado no Alentejo, segundo o grupo etário, regista superioridade nos valores do grupo etário “25-34 anos”, de 2004 a 2010, logo seguido do grupo etário “35-54 anos”.

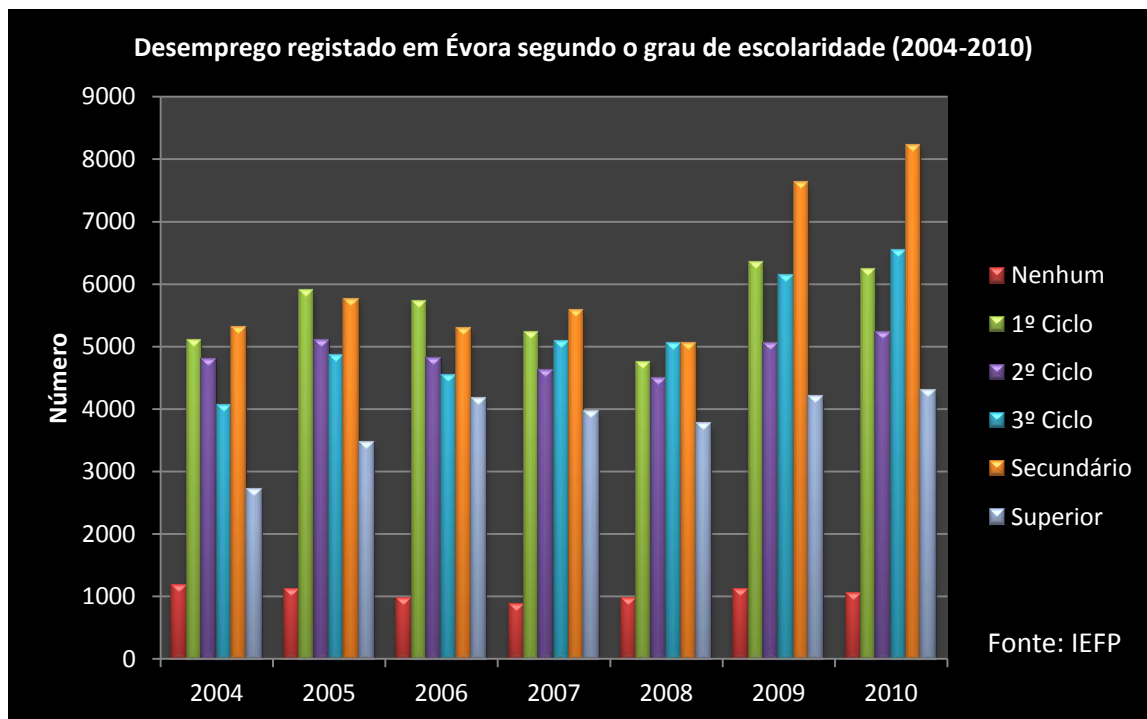
Gráfico 13 – Desemprego registado no Alentejo segundo o grupo etário (2004-2010)



Portanto, confirma-se a tendência aferida no grupo etário da população que é apoiada pela Cáritas (gráficos 7 e 9), ou seja, encontra-se na idade activa, mas está desempregada – trata-se de uma situação que afecta cada vez mais portugueses (anexo b).

Como verificado na análise dos gráficos sobre o grau de escolaridade da população apoiada pela Cáritas, a 4ª classe é aquela que predomina, logo seguida do analfabetismo (gráfico 8) e pelo número de desempregados (gráfico 9). Então, os gráficos seguintes permitem perceber a tendência de Évora (gráfico 14) e Alentejo (gráfico 15) do desemprego verificado segundo o grau de escolaridade:

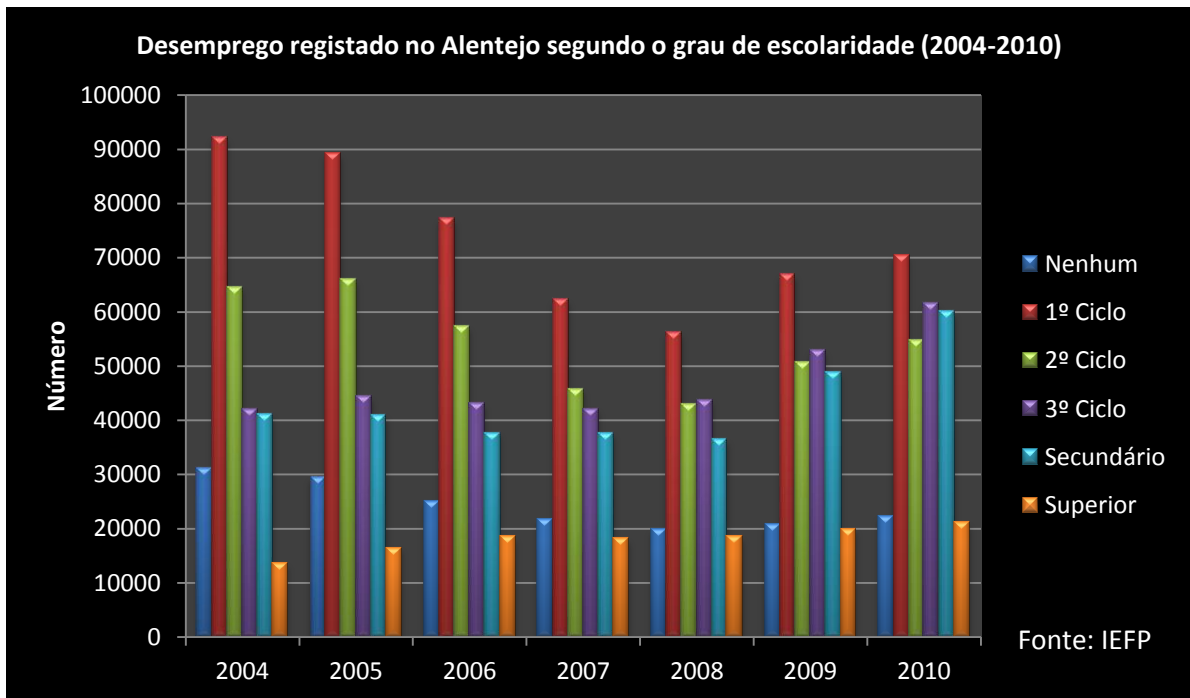
Gráfico 14 – Desemprego registado em Évora segundo o grau de escolaridade (2004-2010)



Verifica-se, pelo gráfico 14, que não existe grande disparidade nos valores do desemprego registado segundo o grau de escolaridade, de 2004 a 2010, em Évora. No entanto, em 2005 e 2006 o 1º ciclo prevalece (concordando com a situação na Cáritas no gráfico 8), enquanto nos restantes anos o Secundário regista valores significativamente mais altos.

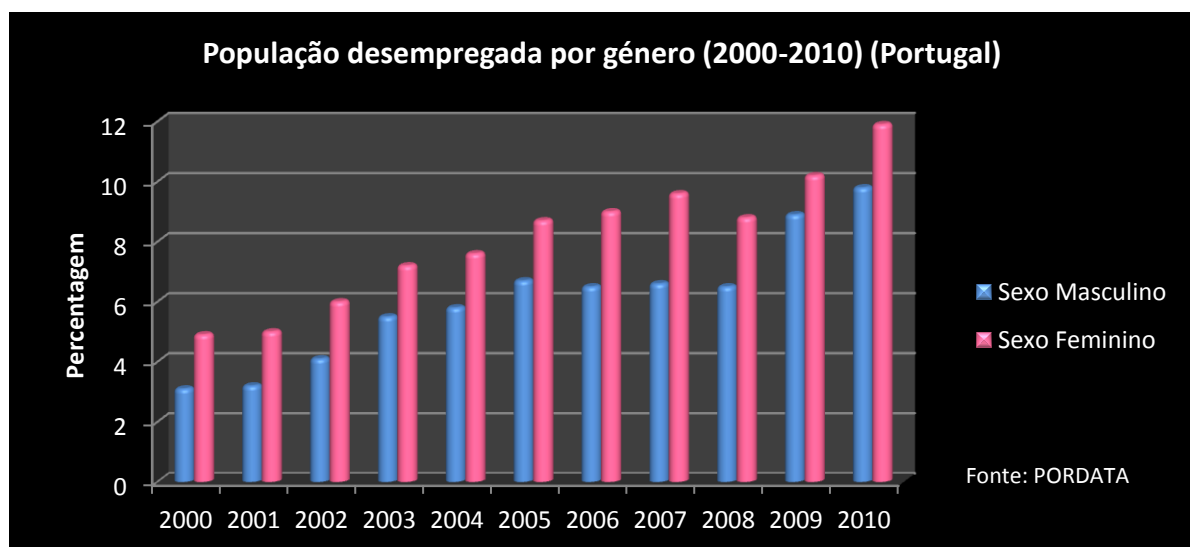
Assim, a situação do Alentejo (gráfico 15) comprova a tendência registada em Évora, ou seja, a maioria dos desempregados, no Alentejo, possui o 1º ciclo, logo seguido do grau de 2º ciclo.

Gráfico 15 – Desemprego registado no Alentejo segundo o grau de escolaridade (2004-2010)



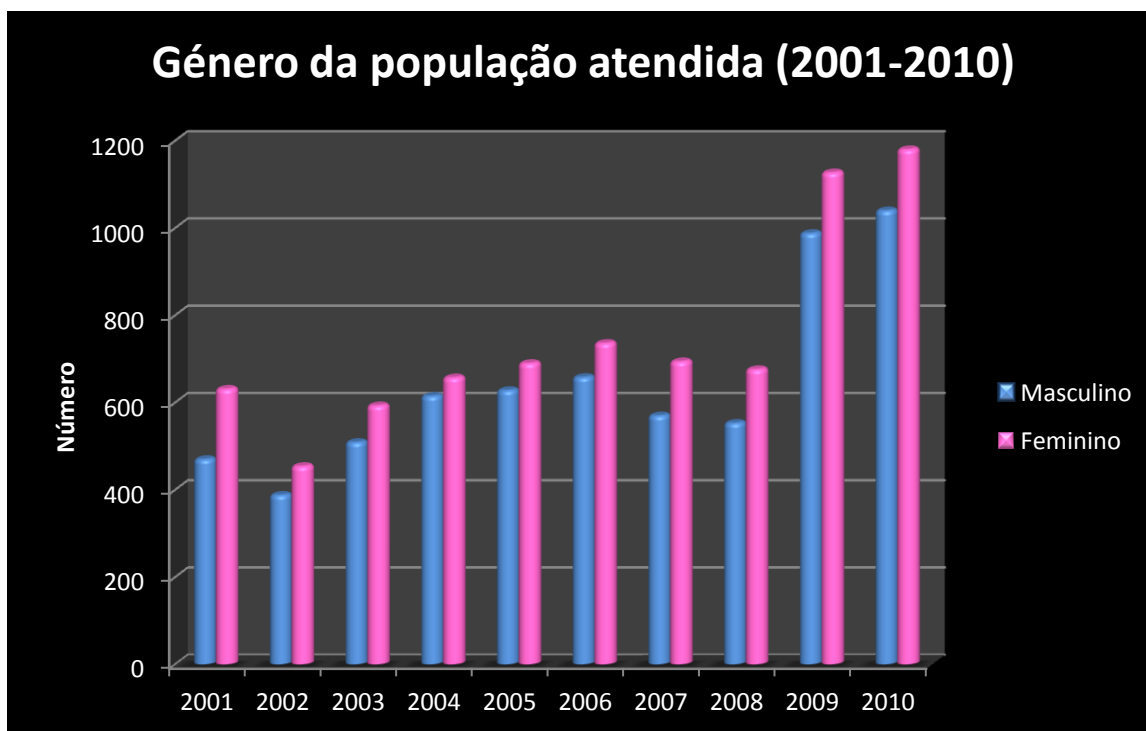
De acordo com os dados da *Pordata*, o desemprego segundo o género não assinala grande disparidade de valores: em 2010, assenta nos 12% no feminino e 10% no masculino, logo, uma diferença de apenas 2%, como se percebe no gráfico 16:

Gráfico 16 – População desempregada por género (2000-2010) em percentagem (Portugal)



O gráfico seguinte indica-nos qual o género da população apoiada pela Cáritas de Évora:

Gráfico 17 – Género da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)



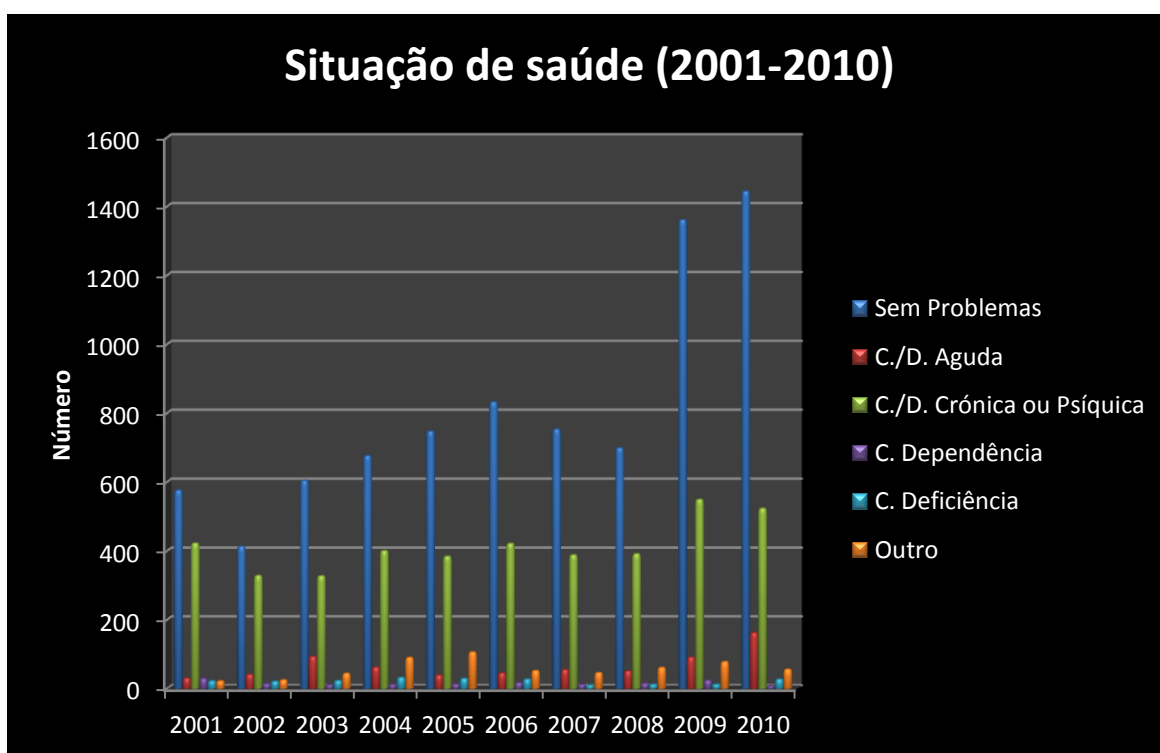
Pela leitura do gráfico 17, conclui-se que, entre 2001 e 2010, a diferença entre o género feminino e masculino não assinala muita disparidade de valores, porém, verifica-se uma maior procura por parte do género feminino – tal como a tendência verifica em Portugal (gráfico 16).

Esta situação pode ser explicada, por um lado, pelo facto de existirem mais mulheres e de estas viverem mais anos e, por outro lado, tal como defende a Cáritas Diocesana de Évora, pelo facto de que cada vez existem mais mulheres a viverem sozinhas (devido a situação de divórcio, viuvez ou por opção própria) e, muitas vezes, com filhos a cargo, logo só têm uma fonte de rendimento e que poderá tornar-se insuficiente para fazer face às suas necessidades e dos filhos (por exemplo, pagamento de contas, alimentação, etc.), recorrendo ao apoio social. No entanto, não se pode afirmar que os homens não passam por esta situação. Portanto, estamos perante uma

mudança de paradigma, ou seja, com a Revolução Industrial verificou-se uma mudança no papel da mulher, isto é, esta deixou de viver apenas para tratar da casa e dos filhos, para começar a ter uma profissão remunerada. Actualmente, problemas de desemprego, pobreza, entre outros, poderão afectar, de igual forma, homens e mulheres.

Como exposto anteriormente, os indivíduos em situação de pobreza podem não ter iguais oportunidades (daqueles que não estão nessa situação) no acesso à saúde, logo, o gráfico seguinte ilustra qual a situação de saúde dos indivíduos carenciados que são apoiados pela Cáritas Diocesana de Évora:

Gráfico 18 – Distribuição segundo a situação de saúde da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)



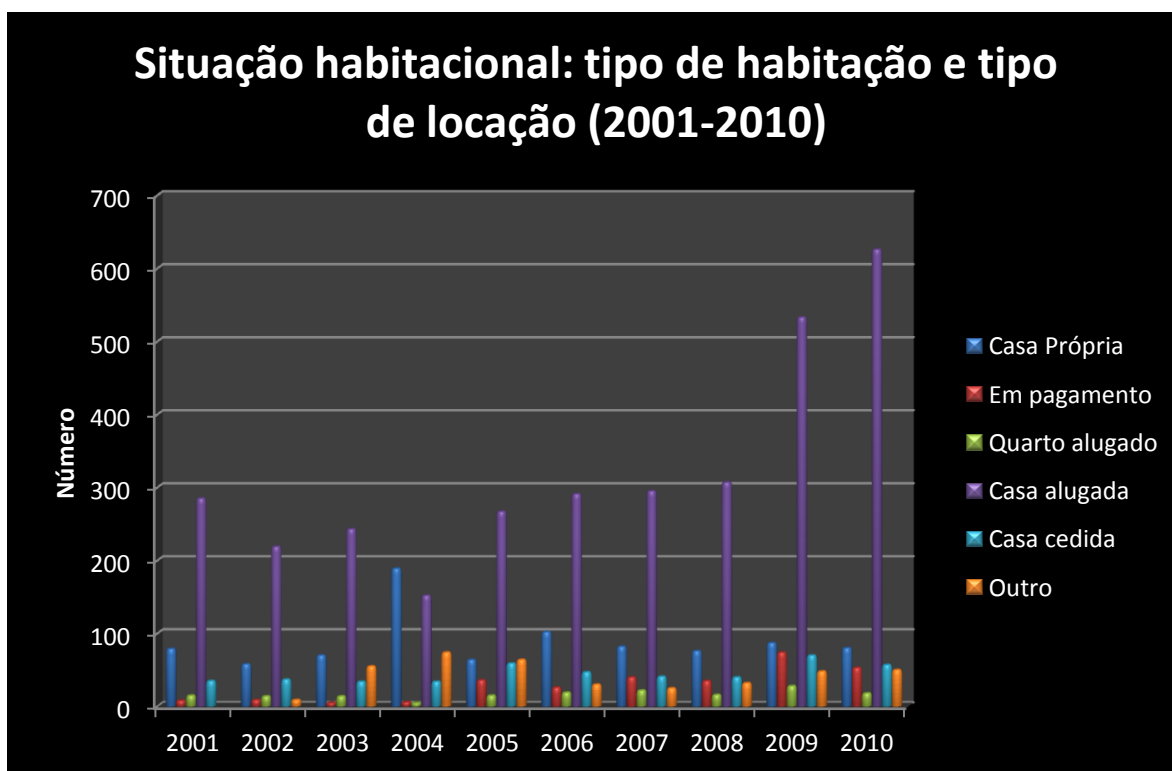
Apesar de a maioria da população apoiada pela Instituição não registar problemas de saúde (de 600, em 2001, para 1400 pessoas em 2010), destaca-se que 400 (2001) a 600 pessoas (2010) possuem doença crónica ou psíquica (gráfico 18).

Este facto poderá ajudar a entender os valores elevados de pessoas desempregadas que procuram a Cáritas (gráfico 9), ou mesmo a compreender o aumento desta procura (gráfico 3), na medida em que, muitas destas pessoas vivem de baixas pensões que aliadas a um aumento do custo de vida se tornam insuficientes.

No entanto, estamos perante uma população saudável e que se encontra na idade activa (gráfico 7). Como explicar este facto?

Nos gráficos 1 e 2 pode constatar-se que a população que vive abaixo do limiar de risco de pobreza, no que diz respeito à privação de refeição (gráfico 1), regista, entre 2004 e 2010, os 8% e os 12%; e no que diz respeito ao pagamento de despesas esperadas/inesperadas, em igual período, assinala 40% e 50%. Portanto, mais do que não ter o que comer ou dinheiro para pagar as contas, o bem-estar faz-se também, do facto de ter um tecto para dormir. Assim, o gráfico seguinte dá conta da situação habitacional dos indivíduos apoiados pela Cáritas de Évora:

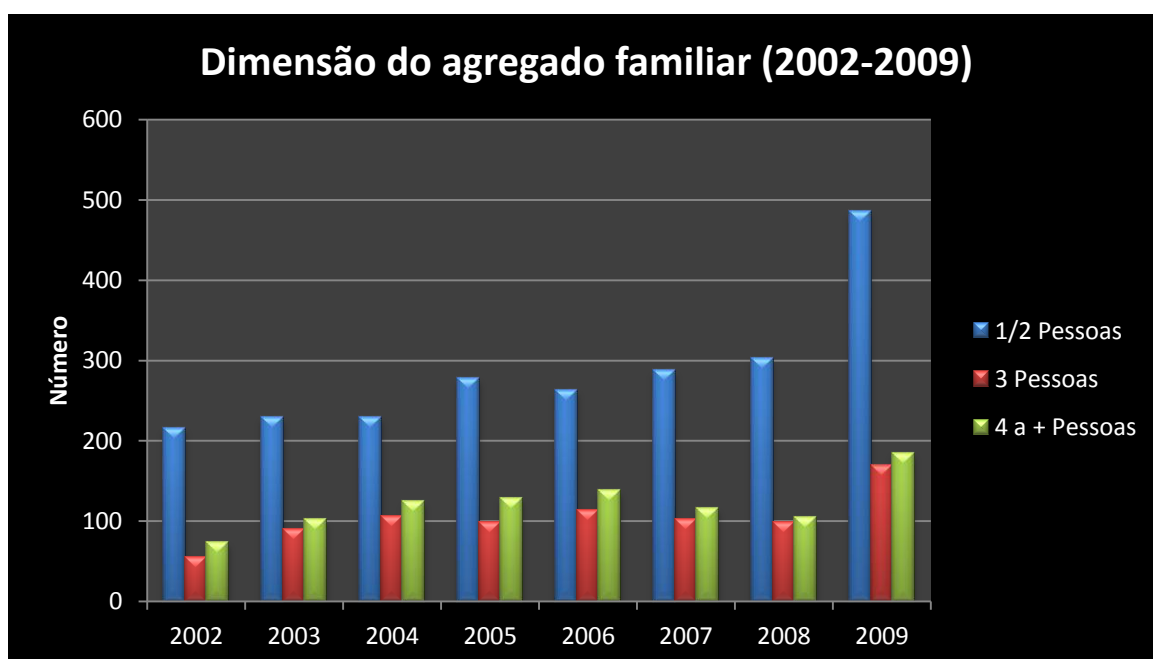
Gráfico 19 – Distribuição segundo a situação habitacional (tipo de habitação) da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)



Pelo gráfico 19, a maioria das famílias vive em casa alugada (de 300, no ano 2001, para 600 famílias, no ano 2010), seguida de situações de casa própria e por “outra situação” (por exemplo, barraca como é o caso das pessoas de etnia cigana).

É fundamental conhecer qual a dimensão dos agregados familiares, bem como as fontes de rendimento e o rendimento *per capita* das mesmas. Os gráficos seguintes ilustram a situação:

Gráfico 20 – Dimensão do agregado familiar da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2002-2009)



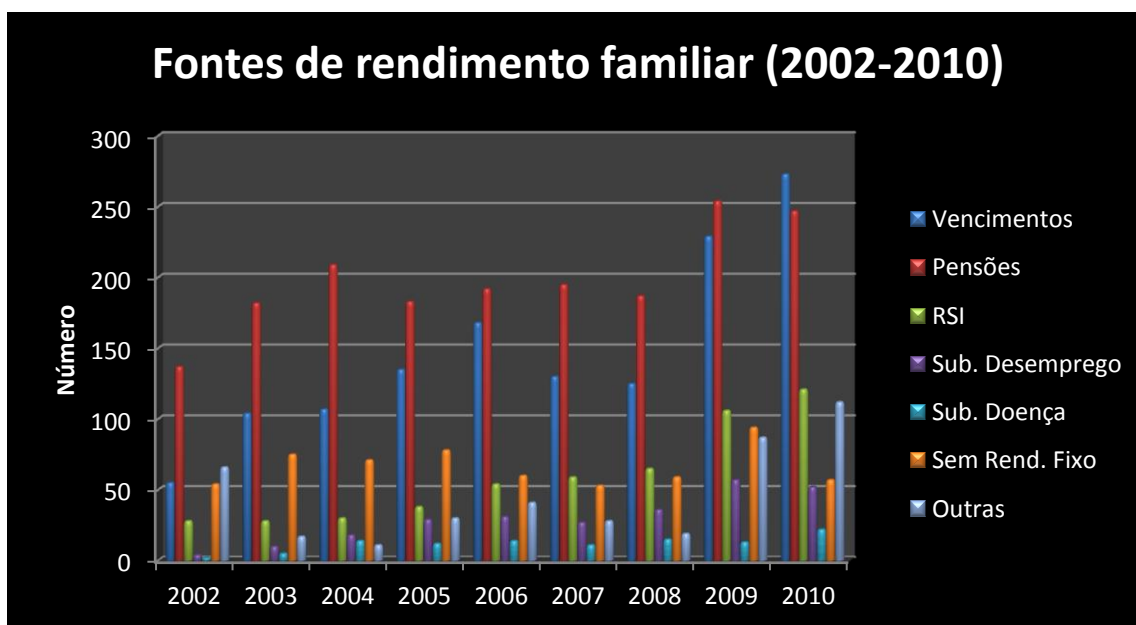
Entre 2002 e 2009, predominam, em grande número, os agregados familiares de 1 a 2 pessoas (gráfico 20).

Esta situação pode explicar-se pelo facto de, como referido anteriormente, existirem famílias unipessoais/mononucleares/monoresidentes/vidas a solo (tanto por opção ou imposição), devido a situações de envelhecimento e solidão ou, ainda, o caso das pessoas solteiras ou divorciadas e com filhos a cargo.

Mas, quais serão as fontes de rendimento familiar dos utentes da Cáritas de Évora para fazer face às despesas (gráfico 2) e à alimentação (gráfico 1)? Pela análise

do gráfico 21, conclui-se que entre 2002 e 2009 predominam as famílias a viver de pensões (viuvez, doença, velhice, entre outras).

Gráfico 21 – Fontes de rendimento familiar da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2002-2010)

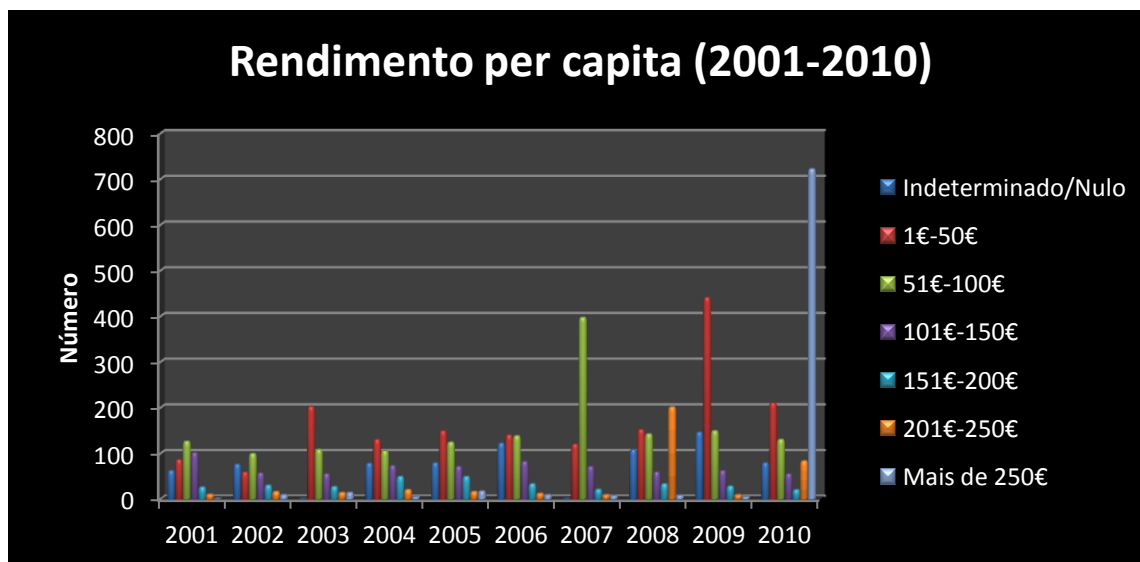


Apesar de o grupo etário que prevalece ser o das pessoas em idade activa (gráfico 7), os valores registados das pensões poderão ser explicados, por um lado, pelo número de pessoas com doença crónica ou psíquica que são apoiadas pela Cáritas (gráfico 18), por exemplo; e, por outro lado, pelo facto de predominarem os agregados familiares compostos por 1 a 2 pessoas (gráfico 20).

No ano 2010 verifica-se que são os vencimentos que predominam, logo, como se conseguirá explicar o facto de a população possuir vencimentos, mas procurar o apoio da Cáritas?

O gráfico seguinte (22) permite-nos verificar uma oscilação de valores no rendimento mensal *per capita*.

Gráfico 22 – Rendimento *per capita* da população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2001-2010)



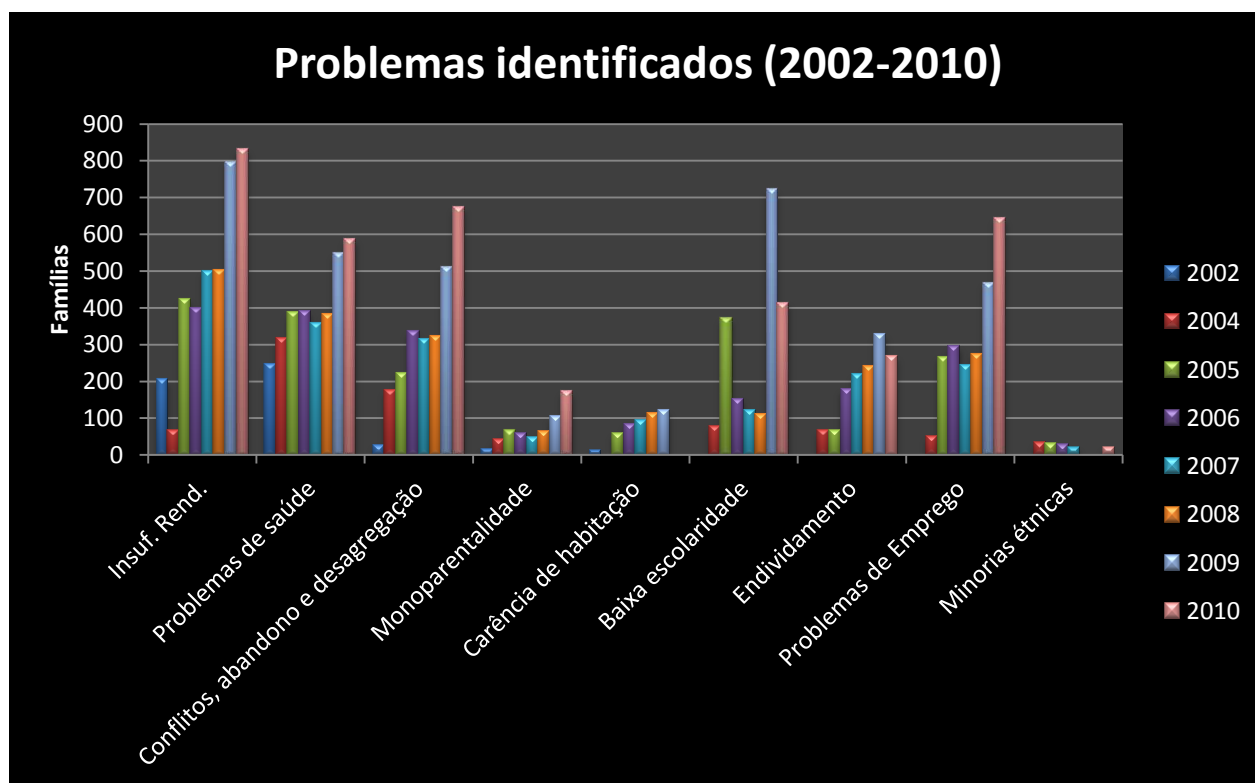
Assim, em 2001 e 2002, cerca de 100 famílias auferem 51€ a 100€ por mês, ou seja, aproximadamente 3,20€ por dia. Enquanto em 2003 (200 famílias) e 2004 (130 famílias) auferem 1€ a 50€ por mês que equivale a 1,50€ por dia.

Em 2007, volta a verificar-se a predominância de famílias (aproximadamente 400) com um *per capita* de 51€ a 100€ por mês, enquanto em 2008 e 2009 prevalecem, novamente, as famílias com *per capita* de 1€ a 50€ por mês.

Só no ano 2010 se verifica superioridade de famílias (aproximadamente 700) com um rendimento *per capita* de mais de 250€ por mês que corresponde a 8€ por dia. Como explicar este rendimento e esta subida de valores tão acentuada, neste último ano, se o que predomina são os vencimentos (gráfico 21) e as situações de desemprego (gráfico 9)? Temos, portanto, que ter em conta a relação com, as já referidas, hipotéticas situações de economia paralela.

Concluindo, o gráfico seguinte (23) mostra-nos a distribuição dos problemas socioeconómicos dominantes:

Gráfico 23 – Problemas identificados na população apoiada pela Cáritas Diocesana de Évora (2000-2010)



Constata-se que a insuficiência de rendimentos (tal como constatado no gráfico 22), os problemas de saúde (gráfico 18), os conflitos, abandono e desagregação (inclui a violência doméstica), a baixa escolaridade (gráfico 8), os problemas de emprego (gráfico 9), o endividamento, a monoparentalidade (gráfico 20), a carência de habitação (gráfico 19) e as minorias étnicas são os problemas socioeconômicos dominantes.

Outros problemas como os encargos com a habitação e educação, a toxicod dependência/alcoolismo/marginalização, sem-abrigo, reclusão ou ex-reclusão, ilegalidade, baixa auto-estima, mãe adolescente, crianças em risco, conformismo/acomodação, entre outros, também se verificam mas com menor incidência.

Conclusões

Parece-me pertinente questionar: em que realidade vivemos? É um facto que as sociedades sempre tiveram mecanismos de assistência aos mais necessitados através do apoio, coesão e solidariedade social/caridade. Será que por não terem sido suficientes foi criado o Welfare-State? Os princípios que guiaram a sua construção eram muito bem-intencionados pois mostravam preocupação com o bem-estar dos indivíduos (dependendo do modelo associado), com medidas de saúde pública, com os indivíduos em situação de pobreza proporcionando-lhes assistência social, aliando mecanismos informais de assistência (por exemplo a família, vizinhos) e formais (o Estado). Porém, a saúde não era (e continua a não ser) igualmente acessível a todos os indivíduos na sociedade e, de facto, aquela que exigimos, actualmente, como direito, antes era considerada um luxo e, por isso, reservada para poucos (a Burguesia). Para Simon Szreter, é possível prever a construção de uma poderosa e progressiva nova saúde pública combinando o desenvolvimento com a saúde – “a saúde da população”. No entanto, esta concepção conduz-me a uma pergunta: “qualquer sociedade que experimente o crescimento industrial deve estabelecer um equilíbrio entre a criação de empregos e a degradação do meio ambiente. Seria melhor ser suja e empreendedora, ou limpa e pobre?”²⁰⁵. Na minha perspectiva, é importante que uma sociedade crie empregos e seja empreendedora para que consiga resultados positivos no seu Desenvolvimento e não ficar aquém de outras sociedades. No entanto, é fundamental não colocar em causa o meio ambiente para não prejudicar a sua população e as gerações vindouras, como por exemplo ter em atenção a poluição do ar causada pelas zonas industriais/de produção que poderá prejudicar a saúde dos indivíduos ou os derrames de efluentes e descargas de substâncias perigosas. É um facto que o meio industrial torna-se cada vez mais relevante no Desenvolvimento Sustentável de um país e só é possível falar-se em empreendedorismo devido às mudanças trazidas pela Revolução Industrial (século XIX). Mas como é possível ser-se empreendedor sem degradar o meio ambiente? Então, se, em Portugal, nem a aplicação de coimas às empresas poluidoras resultou para diminuir os estragos na natureza, será a opção de uma sociedade limpa e pobre a mais indicada? Imaginemos,

²⁰⁵ DAUNTON Martin, *London's 'Great Stink': The Sour Smell of Success (S/D)*

por exemplo, uma sociedade em que a maioria da população se encontra sem trabalho. Como é que estes indivíduos se alimentam? Qual o status social destes indivíduos pobres? Se a população pobre não tem dinheiro para comprar alimentos poderá ter que tirá-los da natureza, como acontece com os povos indígenas, por exemplo. É claro que estes povos são culturas específicas com características diferentes das nossas e que têm uma definição de pobre diferente da nossa ou, talvez, nem utilizem o conceito, e não poluam o ambiente com a indústria por exemplo, mas utilizam muito mais o meio ambiente do que a nossa cultura pois vivem com ela e para ela. No entanto, visto que o Mundo é o mesmo para todos, todos os povos sofrem as consequências da degradação do meio ambiente feita por um ou outro povo. Cada vez mais, actualmente, assistimos a uma sociedade suja e pobre. Uma sociedade suja porque existe muita poluição (tanto vinda das indústrias como da circulação automóvel ou do lixo acumulado, por exemplo) e há até alguns teóricos defendem que a mortalidade aumenta devido a ela; e uma sociedade pobre na medida em que as taxas de desemprego dispararam nos últimos anos, onde o espaço de manobra para o empreendedorismo está cada vez mais limitado devido à crise, o que faz com que os pobres fiquem mais pobres e os que foram ricos se tornem pobres²⁰⁶ e tenham que recorrer aos mecanismos de assistência. Portanto, é certo que uma sociedade limpa é o ideal para promover a saúde da população, mas de que vale uma sociedade limpa se a população é pobre, morre à fome e sente-se insegura?

Sempre existiu um sentimento de insegurança social, bem como, actualmente, e cada vez mais, uma dependência (nalguns propositada e noutros necessitada) dos apoios dados pelo Estado, o que, a longo prazo, poderá levar à queda do sistema e a números irreversíveis de indivíduos pobres. Ou seja, a caridade (praticada pelas Misericórdias, por exemplo) e a assistência social dada pelo Estado, com os seus elementos de convergência (ambas propõem-se a melhorar a situação social e económica dos indivíduos e das famílias) e ruptura (a caridade remete-nos para uma ideia de acção voluntária, enquanto a assistência social se prende a princípios políticos) estão a verificar-se insuficientes para suportar tantos pedidos de auxílio. Em Portugal, começa a verificar-se um aumento da população no limiar de risco de

²⁰⁶ Os chamados “novos pobres”.

pobreza no que diz respeito à privação de refeição e no pagamento de despesas esperadas/inesperadas e, com as medidas de austeridade cada vez mais rígidas, poderão ver-se numa situação insustentável.

Assim, quais são as características sociais da pobreza urbana assistida pela Cáritas, em Évora, na última década?

No Alentejo, em particular Évora, assiste-se ao aumento do desemprego, entre 2004 e 2010, que atinge o grupo etário da idade activa, predominando os indivíduos com o 1º ciclo (4º classe) de grau de escolaridade.

No caso específico da Cáritas de Évora, constata-se que, apesar da verba limitada que possui, apoiou entre 500 a 1000 famílias na última década, verificando-se saldos negativos, nalguns anos. Nos últimos dois anos, para conseguir atender ao maior número de pedidos, a instituição diminuiu os contributos individuais. Existe muita procura de alimentos, medicamentos, dinheiro para pagar as rendas de casa (predominam as situações de casa alugada), entre outras, devido a situações de reforma, desemprego e de estudante.

Porém, se na Cáritas, o grupo etário que predomina é o da idade activa (19-54 anos) e a maioria não tem problemas de saúde, como se explica a existência de reformados na idade activa e sem problemas de saúde? A maioria das famílias apoiadas (constituídas por 1/2 pessoas) vive das pensões e vencimentos, auferindo entre 1€ a 50€ e 51€ a 100€ por mês. Estas famílias podem caracterizar-se por serem predominantemente unipessoais devido a situações de envelhecimento e solidão ou pessoas solteiras ou divorciadas e com filhos a cargo. Muitas vezes, em situação de divórcio, as crianças ficam com a mãe e, tendo esta apenas uma fonte de rendimento, poderá não ser suficiente – isto pode explicar a significativa predominância de mulheres apoiadas pela Cáritas.

Portanto, a população apoiada pela Cáritas de Évora apresenta como principais problemas: a insuficiência de rendimentos; problemas de saúde como a doença crónica ou psíquica; existência de conflitos e desagregação familiar, bem como situações de abandono e solidão (crianças em risco e idosos); situações de

monoparentalidade; baixa escolaridade; e problemas de emprego que poderão levar a situações de endividamento. Confirmam-se, assim, os pressupostos de análise: a existência de um grande número de indivíduos desempregados e hipotéticas situações de pobreza associadas; situações de pobreza resultantes de divórcio e de doença; e falta de apoio familiar.

Como referido ao longo da dissertação, a pobreza foi e é um problema social de difícil resolução devido às várias dimensões que acarreta. Talvez através de uma melhor distribuição da riqueza, de uma maior participação da população na sociedade (cidadania activa), tornar as pessoas auto-suficientes no que diz respeito aos recursos e elevar os salários poderão ser formas de combate à pobreza.

Porém, estas medidas não são assim tão fáceis de implementar. Por um lado, são demoradas e, por outro lado, devido à situação catastrófica em que Portugal se encontra. Primeiro, qual seria a melhor forma de redistribuir a riqueza? Primordial era que essa riqueza fosse criada. Por outro lado, o tempo de “roubar dos ricos para dar aos pobres”, de Robin Hood, já lá vai!

Em segundo lugar, apesar de ser importante o envolvimento de toda a população nas decisões sobre a sociedade, surgem obstáculos como os mass media (a televisão domina, controla a informação sobre os actores políticos e a consequente ligação destes aos cidadãos), o sistema político parlamentar (não promove o contacto directo entre os actores políticos e os eleitores), e a não motivação dos cidadãos para a participação política (exemplo disso são as altas taxas de absentismo nas eleições)²⁰⁷.

Em terceiro lugar, o facto de tornar as pessoas auto-suficientes, isto é, dar condições para as pessoas produzirem o que consomem é outro aspecto que não é tão linear assim. Por um lado, no meio rural este mecanismo ainda se encontra enraizado, já as cidades não se encontram preparadas para este estilo de vida; por outro lado, temos que ter consciência de que os recursos são limitados e as necessidades são ilimitadas.

²⁰⁷ CARDOSO, Gustavo, CUNHA, Carlos e NASCIMENTO, Susana - *O Parlamento Português na construção de uma Democracia Digital*, Sociologia, Problemas e Práticas n.º 42, 2003. Disponível em url: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n42/n42a05.pdf> [consultado a 5 de Setembro de 2012]

Por fim, o aumento dos salários é algo extremamente desejado pela população, no entanto, exige tempo e o envolvimento dos trabalhadores (e sindicatos), empresários, e o Estado²⁰⁸, bem como (principalmente) uma situação económica estável do país, com baixas taxas de desemprego e altos níveis de produtividade. Portanto, tem que verificar-se a existência de empresas a laborar que proporcionem oferta de recursos e emprego para, conseqüentemente, existir poder de compra e assim sucessivamente.

O ideal seria que existisse justiça e equidade social, porém, estas são algo inalcançáveis. Sempre irão verificar-se situações de injustiça e má redistribuição de recursos que farão com que os indivíduos tenham que procurar apoio do Estado ou das Instituições de Particularidade Social. No entanto, na medida em que a forma como a pobreza é sentida depende do contexto económico, social e político, seria interessante fazer a comparação entre a actuação da Cáritas Diocesana de Évora e outra(s) Instituição(ões) caritativas, bem como alargar o período de análise, por exemplo, conhecer o perfil do apoiado nos próximos dez anos e compará-lo com esta última década.

²⁰⁸ PERISTA, Pedro – *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*, Lisboa, 2010, revista nº 20

Bibliografia:

Obras literárias:

- ✓ ABREU, Laurinda (2007), *Beggars, Vagrants and Romanies: Repression and Persecution in Portuguese Society (14th-18th Centuries)*, in "Hygiea Internationalis" 6(1): 41-66. <http://dx.doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.076141> (Outubro 2010)
- ✓ AGUIAR, Ana Márcia Fernandes de. *A Instituição particular de solidariedade social Cáritas Diocesana de Évora*, 2001, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora
- ✓ ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992
- ✓ ANDERSEN, Esping. *O presidencialismo em questão & Welfare e experiências neoliberais: as três economias políticas do Welfare-State*, Lua Nova – revista de cultura e política, nº 24, Setembro 91
- ✓ ANDERSEN, Esping (1990, 1996), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press
- ✓ BARRETO, António – *Mudança Social em Portugal, 1960/2000*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002
- ✓ BARTLE, Phil. *Factores da pobreza: os cinco grandes*, 2008 [consultado em url: <http://www.scn.org/mpfc/modules/emp-povp.htm> - a 22 de Maio de 2011]
- ✓ BERGE, Anne la. *Misson and Method – The early-nineteenth-century French: Public Health Movement (S/D)*
- ✓ Brotéria "Cristianismo e Cultura" – CABRAL, Francisco Sarsfield, 1939: *Caritas in veritate: a importância dos fundamentos*, Lisboa, 2009, vol. 169, nº 1
- ✓ Caeiro, Joaquim Manuel Croca - *Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia*. Revista Katálysis 11.1 (2008)
- ✓ CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, (2008). *Políticas Públicas, política social e Estado Providência*, (Manuais), Lisboa, Universidade Lusíada Editora
- ✓ CAPUCHA, Luís, 1957 "Desafios da pobreza", 2005, Celta Editora, Oeiras [p. 337-365], Cap. 1 *Sociedade sem pobreza: utopia ou projecto?*
- ✓ CARDOSO, Gustavo, CUNHA, Carlos e NASCIMENTO, Susana - *O Parlamento Português na construção de uma*
- ✓ CORREIA, Fernando da Silva. *O conceito de Medicina Social*. Comunicação apresentada à 8.ª secção do XVIII Congresso Luso-Espanhol, Coimbra, 1956
- ✓ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895 -, <<Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo>>, in Almanaque de "O Mundo" para 1914, Lisboa, 1913
- ✓ COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Colecção Fundação Mário Soares, Gradiva, 1998
- ✓ COSTA, Bruto, 1983 – *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, 2008, Gradiva
- ✓ *Democracia Digital*, Sociologia, Problemas e Práticas n.º 42, 2003. Disponível em url: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n42/n42a05.pdf> [consultado a 5 de Setembro de 2012]
- ✓ ENGELS, Friedrich, 1820-1895, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra/ Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto*. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010
- ✓ ESTEVES, Lúcia da Assunção Soares. *A intervenção social da Cáritas Portuguesa: o caso particular da Diocese de Évora*, 1991, Trabalho de fim de curso em Sociologia, Universidade de Évora

- ✓ FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: operariado e a igreja militante (da Rerum Novarum à implantação da República)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1982
- ✓ FRANK, John W. and MUSTARD, J. Fraser. The Determinants of Health from a Historical Perspective, *Daedalus*, Vol. 123, No. 4, Health and Wealth (Fall, 1994), pp. 1-19
- ✓ KAHL, Sigrun. *The Religious of Modern Poverty Policy: Catholic, Lutheran, and Reformed Protestant – Traditions Compared*, 2005
- ✓ MACPHERSON, Stewart; SILBURN, Richard. *The meaning and measurement of poverty*. In: DIXON, John; MACAROV, David (Orgs.) *Poverty. A persistent global reality*. Londres: Routledge, 1998, p. 17
- ✓ OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do poder local : dos finais da idade média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996
- ✓ PAQUY, Lucie – *European Social Protection Systems in Perspective*, Compostela Group of Universities, 2004, Vol. 3
- ✓ PERISTA, Pedro – *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*, Lisboa, 2010, revista nº 20
- ✓ *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção: debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza*, 17 a 19 de Dezembro de 1998, Coimbra
- ✓ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2008
- ✓ RODRIGUES, Eduardo Vítor, SAMAGALHO, Florbela, FERREIRA, Hélder, MENDES, Maria Manuela, JANUÁRIO, Susana. *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal (S/D)*
- ✓ RODRIGUES, Karoline Parrião - *Cáritas e Acção Social Católica: caridade libertadora como solidariedade*, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no século XXI, 2007
- ✓ ROSEN, George. *The fate of the Concept of Medical Police 1780-1890*, *Centaurus* 1957: vol 5: no. 2
- ✓ SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia – *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- ✓ SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, (s.d.)
- ✓ SZRETER, Simon. *Health and Wealth: Studies in History and Policy*, (S/D)
- ✓ SZRETER, Simon, (2004). *Health, Economy, State and Society in Modern Britain* in “*Hygiea Internationalis*” 4(1)
- ✓ VAN LEEUWEN M H.D. *Logic of Charity: Poor Relief in Preindustrial Europe*, “*Journal of Interdisciplinary History*”, Vol. 24, No. 4 (Spring, 1994), pp. 589-613
- ✓ VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice, PINHEIRO, Nuno – *Exclusão na História*, Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social, Oeiras, 2000, Celta Editora
- ✓ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2011, vol.18, suppl.1
- ✓ WOODARD, Calvin. *Reality and Social Reform: The Transition from Laissez-Faire to the Welfare State*, *The Yale Law Journal*, Vol. 72, No. 2 (Dec., 1962), pp. 286-328 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/794816>]
- ✓ WOODROOFE, Kathleen. *The Making of the Welfare State in England: A Summary of Its Origin and Development*, *Journal of Social History*, Vol. 1, No. 4 (Summer, 1968), pp. 303-324 [disponível em url: <http://www.jstor.org/stable/3786627>]
- ✓ YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. *Serviço Social e Sociedade*, 2012, n.110

Internet:

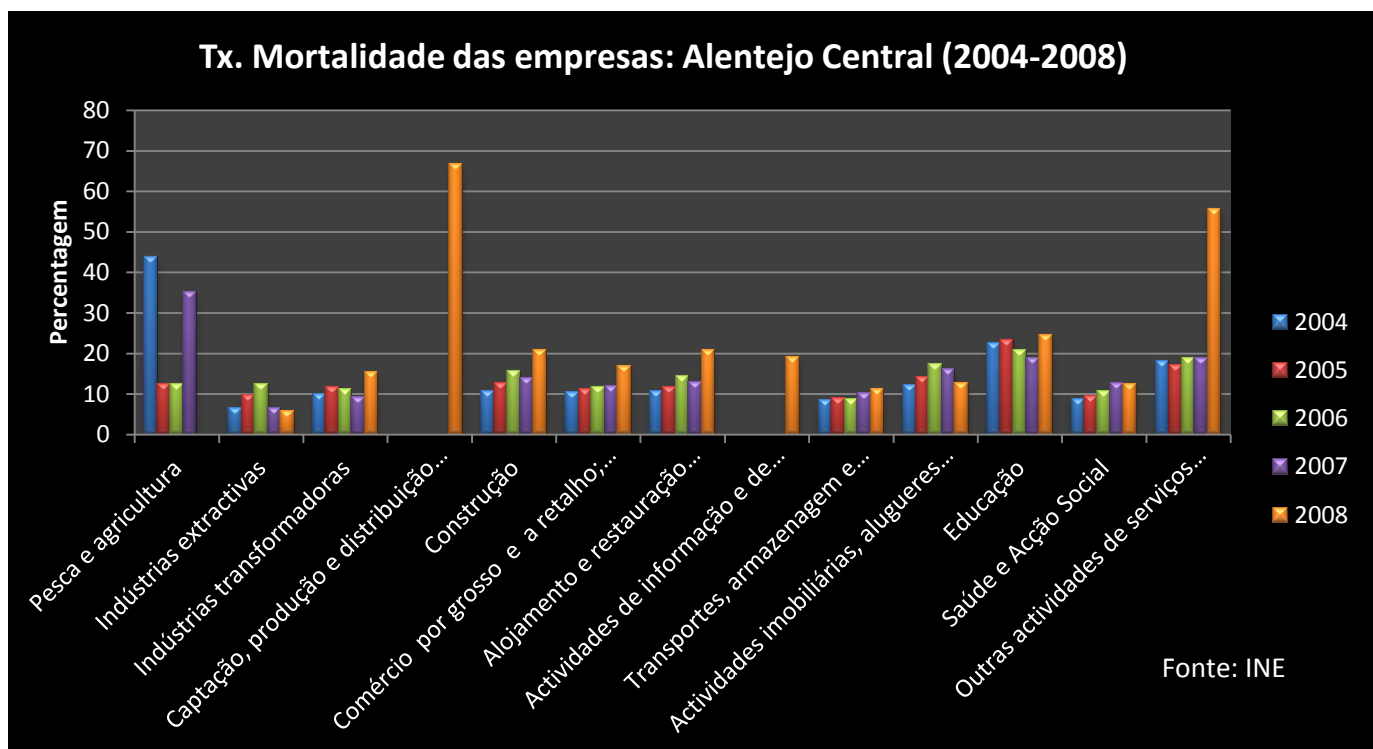
- ✓ BATISTA, Carolina de Almeida; SILVA JR, Alfredo Moreira da. *Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII* - Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR "Património Histórico no Século XXI", 2008. Disponível em url: <http://www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/080.pdf>
- ✓ Blog de Jorge Pires Ferreira – Tribo de Jacob: *15 de Maio de 1891. Leão XIII publica a encíclica "Rerum Novarum"*, 2010. Disponível em url: <http://tribodejacob.blogspot.pt/2010/05/15-de-maio-de-1891-leao-xiii-publica.html>
- ✓ Blog do Núcleo Distrital de Évora da REAPN: Rede Viva – *Cáritas Diocesana de Évora*, 2006. Disponível em url: <http://redeviva.blogspot.pt/2006/06/critas-diocesana-de-vora.html>
- ✓ Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII: sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em url: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html
- ✓ FRANCO, Augusto de. *O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Brasília: AED, 2004. Disponível em url: <http://www.cafecomsociologia.com/2010/11/capital-social.html>
- ✓ FROMMHOLD, Eduarda. – Blog Dinheiro Vivo – Boaventura Sousa Santos: os desenvolvimentos e retrocessos em Portugal depois do 25 de abril, 2012. Disponível em url: <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO042985.html>
- ✓ OLIVEIRA, Edson. *O princípio da subsidiariedade e o Magistério da Igreja*, São Paulo, 2006. Disponível em url: <http://conservador.blog.br/2006/07/o-principio-de-subsidiariedade-e-o.html>
- ✓ LEONCIO, Beatriz. *Rerum Novarum é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de Maio de 1891*. Blog disponível em url: <http://pt.scribd.com/doc/71465962/Rerum-Novarum-e-uma-enciclica-escrita-pelo-Papa-Leao-XIII-a-15-de-Maio-de-1891>
- ✓ METELO, António Perez. *Cinco vezes a entrar e a sair de crises* – DN Portugal, 2010. Disponível em url: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1678224
- ✓ PENEDA, José Albino Silva; ROSSA, Proinsias de. *Relatório sobre um modelo social europeu para o futuro*, 2006. Disponível em url: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2006-0238+0+DOC+XML+V0//PT>
- ✓ Sítio oficial na Internet da Cáritas Europa: disponível em url: <http://www.caritas-europa.org/code/en/abou.asp>
- ✓ Sítio oficial na Internet da Cáritas Internacional: disponível em url: http://www.caritas.org/about/Caritas_Internationalis.html
- ✓ Sítio oficial na Internet da Cáritas.Org.: Disponível em url: <http://www.caritas.org/es/index.html>
- ✓ Sítio oficial na Internet da Plataforma Portuguesa da ONGD: disponível em url: <http://www.plataformaongd.pt/site.aspx?info=plataforma/oquefazemos>
- ✓ Sítio oficial na Internet da Cáritas Portuguesa: disponível em url: <http://www.caritas.pt>
- ✓ SOARES, Rosa. *Economia paralela superou os 25% em 2011*, 2012. Disponível em url: <http://economia.publico.pt/Noticia/economia-paralela-superou-os-25-em-2011-1562861>

Fontes:

- ✓ Relatórios trimestrais e anuais da *Cáritas Diocesana de Évora* (2000-2010)
- ✓ Relatórios mensais, semestrais e anuais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (2004-2010)
- ✓ Base de dados PORDATA (2000-2010)

Anexos

Anexo A – Taxa de mortalidade das empresas no Alentejo Central (2004-2008)



Anexo B – População desempregada por grupo etário em Portugal (2000-2010)

